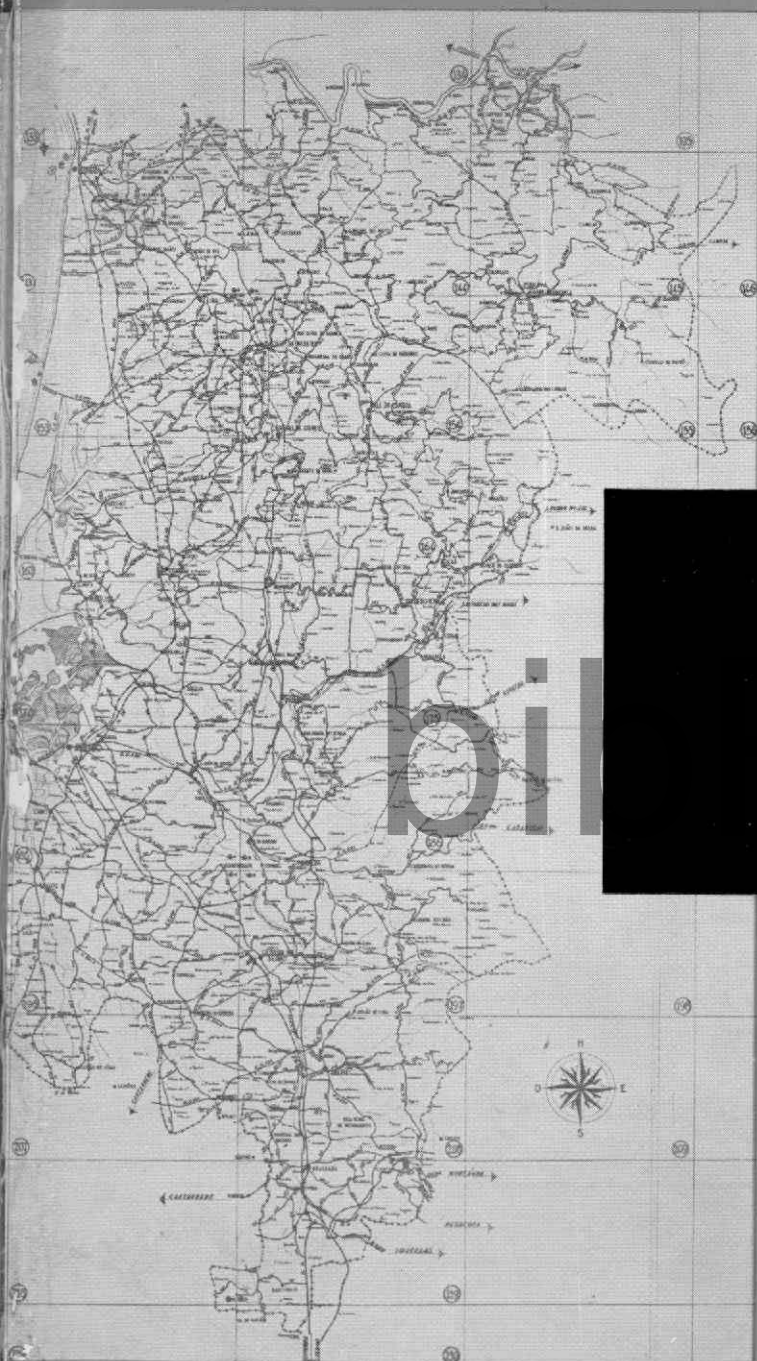




AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO
bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

bibRIA



SALAZAR: MITO OU GÉNIO?

Constituiria grave injustiça esta Revista ignorar um facto transcendente da vida nacional: o passamento de Salazar.

Com efeito, a História deste País, que contém em si mesmo os sinais mais contraditórios do génio e da «apagada e vil tristeza», haverá de registar nos seus anais um mandato de 40 anos, que se poderá discutir mas que não será legítimo menosprezar e muito menos ignorar.

A perspectiva histórica fará esbater sombras e avivar contornos ainda mal definidos, não obstante a má memória dos homens, melhor, no entanto, que a das nações.

É que restarão sempre cidadãos independentes, que nunca se deixaram atrelar ao carro do Poder para melhor vencer na vida, erigida de incompreensões, invejas, ódios, paixões, fanatismos e tibiezas.

Muitos de nós seríamos tentados a dizer que nem sempre estivemos de acordo com Salazar.

Isso, se determinado por honesto sentido crítico, será uma manifestação de independência e de liberdade, quer nos situemos no conceito de Stuart Mill, quer muito simplesmente no de S. Pedro.

Mas se nos recolhermos à nossa insignificância, não seremos obrigados a reconhecer, humildemente, que nos falecem meios para apreciar e compreender, pelo menos imediatamente, os nebulosos rasgos dum génio?

É que, em boa verdade, o génio ou se aceita ou se repudia.

Está nisso uma atitude de confiança ou de desconfiança, de fé ou de cepticismo no mandatário dos nossos interesses.

Contestado ou aceite, vilipendiado ou adulado, uma certeza transparece com nitidez na figura enorme de Salazar: a sua honestidade, o seu desapego aos bens materiais, a sua dedicação à causa da Pátria, que tomou como esposa, o seu fascínio de autêntico condutor de homens, em resumo, o seu fulgurante génio político.

Como sempre, muitos o idolatraram, mas não tiveram categoria para seguir o seu trilho, outros o contestaram e entretanto lhe copiaram os métodos.

Curvemo-nos, pois, ante a sua veneranda memória.

Como lapidariamente defeniu Marcelo Caetano, o que fica para a História é o saldo positivo da sua acção governativa.

É caso para dizer: Morreu o Génio! Viva o Génio.



Vitrais colocados nos janelões do edifício da Junta Distrital,
da autoria do Pintor Guilherme Camarinha



bibRIA



PORTARIA N.º 8316

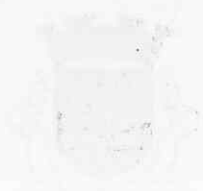
Tendo em vista o parecer da comissão de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e atendendo ao que representou a comissão administrativa da Câmara Municipal de Ilhavo, distrito de Aveiro: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que a constituição heráldica das armas, bandeira e selo daquele Município seja a seguinte:

ARMAS: de prata, com um barco antigo de negro, realçado de ouro, mastreado e encordoado de negro, vestido de uma vela de púrpura, vogando num mar de seis faixas onduladas, três de verde e três de prata. Em chefe três videiras de púrpura realçadas de ouro. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres: «Vila de Ilhavo», a negro.

BANDEIRA: de púrpura. Cordões e borlas de prata e de púrpura. Lança e haste douradas.

SELO: circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação de esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: «Câmara Municipal de Ilhavo».

Ministério do Interior, 14 de Dezembro de 1935. — O Ministro do Interior, Henrique Linhares de Lima.



bibRIA

O Arrais Gabriel Ançã

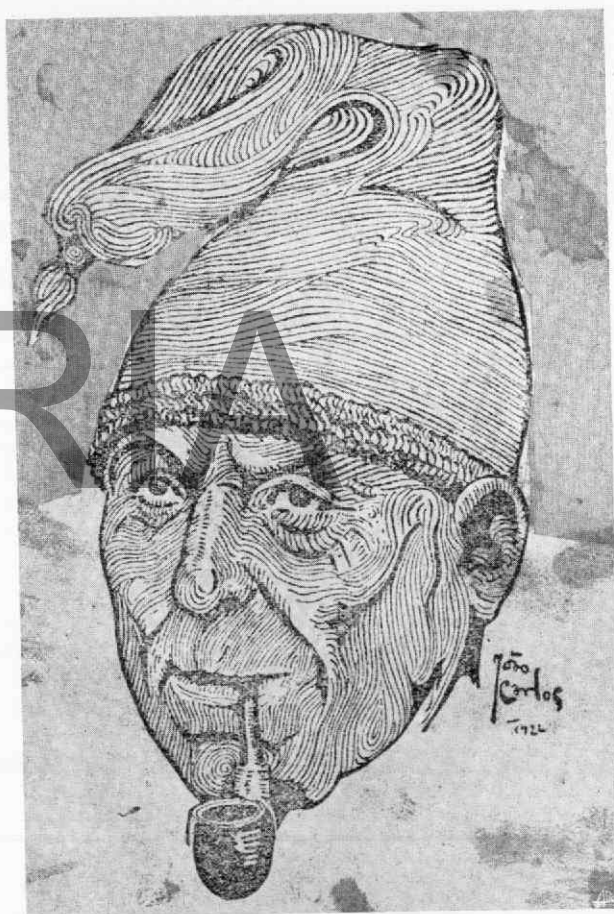
Pelo Dr. Frederico de Moura

Eu estou a vê-lo. Tenho-o guardado na retina desde a infância — desde a infância que, como coisa nenhuma, sabe guardar retratos pelos tempos fora, envolvê-los em névoa de sonho e cercá-los de um nimbo de ternura humana. Mas, de vê-lo a exprimi-lo, de tê-lo a comunicá-lo, vai uma distância que a minha pobre pena não vence e que a minha palavra não consegue percorrer antes da laringe me ficar afónica.

A bruma da distância, é certo, vincou-lhe mais as sombras, marcou-lhe mais os traços, deixou-o mais descarnado de fundos diluentes, com as proeminências e os ângulos mais ponteagudos. A visão da adolescência enriqueceu-lhe a figura tismada e rude de um bafo quente de humanidade e de uma legenda brônzea de heroísmo. Mas foi tal o respeito que a sua figura me transmitiu que, agora, até tenho medo de lhe tocar para a trazer para aqui.

Eu já tenho visto a sua máscara sulcada de rugas de severidade; eu já a encontrei não sei aonde, mas talvez nas tábuas de Nuno Gonçalves, de entre aqueles grupos de portugueses, sérios, graves e firmes.

Conheci-o já na ruína. Mas, como um castelo que tivesse desabado, os escombros ainda metiam respeito. Passava horas e horas a espreitar a réstia do sol que lhe desentorpecia as juntas dormitando amiude, num sono de ausência, sem deixar cair da firmeza da sua boca o cachimbo que lhe corroborava a fisionomia. Na cabeça um barrete negro, enterrado até aos supracílios, ensombrava-lhe ligeiramente o olhar. Um cheiro intenso e acre a tabaco se evolava dele e as palavras saíam-lhe pausadas, sentenciosas e graves... Sobre os ombros, um gabão negro envolvia-o de austeridade quaresmal e monástica. Usava uma linguagem sumária e rica de expressão que lhe saía entremeada com baforadas de fumo forte com o cheiro da pólvora. Contava coisas do Mar... e era um livro de memórias a desfolhar-se nas palavras entrecortadas e esquemáticas, dum discurso sincopado.



O Arrais Ançã

Desenho de João Carlos

O velho Arrais vivia do passado como quem vive dum sonho, e nutria dele as horas longas da sua velhice, a passar, conta por conta, o rosário infinito dos tempos passados na faina da pesca.

Tinha metalizado o brilho dos olhos a prescrutar no lombo das vagas a traição dos naufrágios e a sondar, no céu e nas estrelas, a fúria das tormentas.

Tinha espessado as sobancelhas a olhar carrancudo para a hostilidade das ondas e a investir com o silvo serpentino do vento. E o rosto povoara-se-lhe todo de uma grafia complicada, que contava uma epopeia de luta com as negras águas do mar.

A sua voz tinha asperezas arenosas, arranjadas a dar ordens por cima do vozear da companhia e do estrépito da água a bater no costado do barco em crescente. E, ainda quando o conheci, as suas palavras rasposas e ensurdecidas tinham o tom do comando categórico.

Já lá vão anos em barda sobre o dia em que a Morte o venceu e o fez cair na cova do cemitério, mas o relevo da sua máscara ainda se não achatou na minha retentiva visual, que lhe conserva as cores solenes sem as deixar esmaiecer; e nem as suas falas graves, impregnadas de brisa salgada, se me esvairam do ouvido.

Passou pelas ruas negras e tortuosas da Vida sem esboçar sorrisos nem amenizar o perfil severo, como se todos os seus actos tivessem um coteúdo de seriedade espessa; e a mesma ruga da testa presidia ao acto de deglutir um copo de aguardente e ao de arrancar

pelos cabelos uma vida ao cachão que ia abrir uma sepultura.

A sua presença tinha não sei quê de tutelar como uma velha carvalha centenária que dá sombra a quem dela se aproxima, porque o naufrago agarrado pela sua mão era como se estivesse preso a uma âncora.

Havia nele uma santidade específica que não cabia em nichos — a não ser que o nicho fosse uma cratera hiante — e que não tinha um vestígio que fosse de doçura superficial. Era uma santidade rígida e maciça, que o levava a arriscar a vida para salvar um irmão-homem com o ar natural com que arrancaria um peixe maior do seio de um cardume e sem colocar à roda do episódio nenhuma coroa de palavras que ultrapassassem o sentido pragmático, ou qualquer gesto que emoldurasse a façanha de legenda.

Quis dar um retrato, e saiu-me um esboceto de perfis esbatidos e de expressão disártrica; quis investir com o cerne de um tronco, e saiu-me o miolo de sabugueiro; e, em vez de uma figura forte e rica, saiu-me uma fotografia de fotógrafo de província, anemiada, pelo tempo, num velho álbum de recordações.

bibRIA

Problemas da reconversão agrícola na orla marítima de Aveiro à Figueira da Foz

Pelo Eng.º Agr.º Eduardo A. Ramalheira

Este artigo foi baseado quase na íntegra numa palestra dirigida em Junho do ano corrente a lavradores e técnicos num colóquio promovido pela Liga Agrária Católica em Mira.

O tema que nos fora proposto inicialmente «A orla marítima de areias de Cantanhede à Figueira da Foz — Monocultura ou Policultura? Horticultura ou Fruticultura?» foi posteriormente alargado.

O texto descreve sumariamente a sub-região considerada, focando aspectos caracterizadores da actividade agrícola, aflora problemas técnicos suscitados pelas exigências de modernização da Agricultura, nomeadamente o da matéria orgânica, de vital importância para a valorização dos solos de areia e permanência deste sector económico e aborda, por fim, de um modo genérico, aspectos relativos à Horto-fruticultura numa perspectiva de desenvolvimento.

O valor da produção agrícola da sub-Região é considerável, se bem que de difícil estimativa. Se apenas fixarmos, na zona agrícola da Gafanha, a produção da batata concluiremos, apesar da incerteza dos números globais, que o seu valor, mesmo em anos de baixa cotação do mercado, se cifra em mais de 30 000 contos!

A Agricultura depara amiúde com a profunda ignorância que os seus problemas encontram noutros sectores sócio-profissionais, geradora de indiferença e até de hostilidade; no entanto, a civilização urbana tem nela um dos seus suportes mais evidentes em homens, capitais e alimentos. Actividade dispersa no espaço por milhares de empresas, a concentração das unidades produtivas tão comum na Indústria esbarra nela com dificuldades intrínsecas e extrínsecas consideráveis. Apesar de tudo, numa visão realista da vida económica que subjaz às aparências enganadoras, poderá continuar-se a minimizar este importante sector de actividade?

A orla marítima de areias de Aveiro à Figueira da Foz é uma extensa planície que liga a Bacia Hidrográfica do Vouga à do Mondego, participando assim das zonas de influência económica de Aveiro, ao Norte, e Coimbra, ao Sul.

No aspecto geomorfológico apresenta uma grande unidade, sendo constituída na fachada marítima por dunas do Moderno e em imediato contacto, pela parte interior, por uma faixa alongada de areias do Pliocénico.

O clima desta sub-região marca a transição do domínio atlântico ao Norte para o domínio mediterrâ-

nico ao Sul; ou se se preferir, de uma zona em que as influências marítimas sobrelevam as mediterrânicas, para outra em que ambas as influências se equilibram (carta fitoclimática de Pina Manique e Albuquerque).

A extensa superfície de dunas não agricultadas tem sobretudo valor de uso florestal (conforme a Carta de Capacidade de Uso do Solo do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário).

A proximidade do mar e da Ria de Aveiro imprimem uma influência profunda sobre as condições da actividade agrícola desta sub-Região, o primeiro actuando como regulador do clima, a segunda princi-

palmente fornecendo o moliço, fonte essencial de matéria orgânica para a manutenção da fertilidade das areias. Definem-se nela fundamentalmente duas zonas agrárias bem caracterizadas no aspecto humano e agrícola, a saber:

- 1.^a — a faixa litoral constituída por areias do Moderno que bordeja a Ria de Aveiro nos concelhos de Ílhavo, Vagos e Mira — a **Gafanha** (com cerca de 4 000 ha.*) e
- 2.^a — a faixa alongada e estreita de terrenos arenosos em imediato contacto com o Rio Boco pela parte leste, com predomínio de areias do Pliocénico, nos concelhos de Vagos e Mira, a **Gelfa**, zona de transição da **Gafanha** da qual está separada pela Mata Nacional, para a zona a sul de características semelhantes, que se alarga nos concelhos de Mira, Cantanhede e Figueira da Foz e se estende até às imediações da Serra da Boa Viagem a Gândara (à volta de 20 000 ha.*).

Embora a **Gafanha** tenha muitas afinidades com a Gândara, dela se diferencia contudo na utilização do solo, nas condições de clima e fertilização com moliço que se vai esbatendo a pouco e pouco na Gândara com o agravamento do custo do seu transporte, a partir dos locais em que é recolhido na laguna.

Como aspectos fundamentais da estrutura agrária deve assinalar-se a proporção dominante de explorações diminutas, parceladas, como resultante directa do «processus» de pulverização, fragmentação e dispersão da propriedade rústica durante várias gerações.

O tipo de empresa de importância esmagadora é a familiar — o trabalho necessário à produção, na totalidade ou em parte, é fornecido pela família, justificando-se na mesma unidade (a família) a actividade produtiva e a de consumo, pelo menos parcialmente.

Por estas características e pelo equipamento ainda utilizado largamente, têm também um cunho marcadamente **artesanal** que tende pouco a pouco a esbater-se. Ressalve-se neste contexto predominante, a **Gafanha**, que possui um núcleo de explorações bem dimensionadas com carácter capitalista, em que o empresário, capital e trabalho se encontram diferenciados.

Assinale-se portanto o carácter predominante, pré-capitalista, e a rigidez estrutural da actividade produtiva desta sub-Região a diluir-se progressivamente com o êxodo rural e emigração, sofrendo não obstante em ressaca, as vagas dominadoras do mundo do negócio na compra de alguns factores de produção e na venda de bens produzidos.

Sendo a autonomia a regra nestas pequenas empresas, o preço da decisão independente na compra e

na venda, real ou ilusória, é muito grande. Poderá David vencer Golias, nesta nossa era em que a concentração económica dita sempre a palavra, a lei do mais forte?

Pequenez não significa de nenhum modo simplicidade e quem alguma vez se debruçou para dentro destas empresas fica maravilhado com o mundo complexo que nos é descerrado.

O gafanhão e o garandês souberam laboriosamente com uma tenacidade sem limites, fazer prodígios num solo ingrato, à custa de engenho e do maior bem que a natureza lhes concedeu, uma toalha de água riquíssima que eles utilizam quase gratuitamente em sub-irrigação nas terras úmidas, frescas ou «baixas» ou elevada de pequena profundidade nas terras secas ou «altas». A cultura é contínua e intensiva por vezes com sucessões anuais de 3 culturas graças à manutenção do fundo de fertilidade à custa de moliço, de estrume de curral, de tremocilha para siderar e à natureza do solo que permite trabalhos aratórios fáceis e oportunos em plena época de chuva. Só excepcionalmente existe o afolhamento e a rotação de culturas. As rotações, quando ocorrem, são curtas, quase sempre bianuais, fazendo alternar em dois anos duas sucessões de culturas.

O milho e o feijão, (e a batata em oásis de cultura) ocupam a maior parte da superfície agrícola útil dedicada à cultura arvense no período primaveril-estival. Em complemento as culturas forraginosas de leguminosas e cereais ocupam a mesma área, não como culturas únicas, bem se vê (como acontece em determinadas regiões de cultura extensiva entrando em «folhas» dos sistemas de produção em que o afolhamento é a regra), mas comprimidas no tempo, só subsistindo praticamente como culturas intercalares ou furtivas outono-inverniais.

Esquemáticamente 3 tipos de sucessões anuais de culturas ocorrem mais frequentemente nas duas zonas:

Intercalar — sachada — sachada;

Intercalar — sachada;

Cereal — sachada.

SUCESSÕES CULTURAIS

GAFANHA

Areias secas

a) não regadas

— tremocilha p/ siderar — milho e feijão c/ ferrã
— tremocilha para semente.

b) regadas

— erva (cevada, aveia, centeio) — milho e feijão;
— couve repolho — milho e feijão.

Areias medianamente húmidas

- batata — couve lombarda (plantada) ou feijão;
- cevada para grão — batata ou feijão ou abóbora porqueira;
- ervilha para vagem — batata.

Areias húmidas

- erva (cevada, aveia, trevo encarnado) por vezes nabo — batata — chicória para café (plantada) ou couve lombarda (plantada).

GELFA E GÂNDARA

Areias secas ou medianamente húmidas (sem rega)

- erva (ferrã de cereais e tremocilha) — milho e feijão
 - tremocilha
 - aveia
 - centeio
 - trigo
- } para grão

Areias medianamente húmidas ou regadas

- erva (centeio, cevada, aveia, trevo encarnado e serradela e por vezes nabo ou tremocilha) — milho verdeal e feijão;
- erva (ferrã de cereais) — batata — milho verdeal e feijão;
- cevada para grão — milho verdeal e feijão.

Nota: — Por vezes ao milho associa-se a cultura de abóbora porqueira; na bordadura dos campos planta-se por vezes couve galega e beterraba forraginosa.

Areias húmidas (em oásis de cultura)

- ferrã de cereais e ou serradela — feijão c/ milho — batata;
- batata — feijão — batata;
- cevada para grão — feijão ou batata.

Os sistemas de produção na Gafanha são mais variados que na Gândara e têm uma feição comercial mais evidente, mobilizando os agricultores em áreas reduzidas avultados capitais; assentam fundamentalmente na batata e subsidiariamente noutras culturas de rendimento (ervilha para vagem, chicória para café e couve lombarda) e no milho e feijão.

Na Gândara o sistema de produção baseia-se praticamente na monocultura do milho (a que se associa o feijão e a abóbora), monocultura mitigada no entanto pelas culturas outono-invernais para forragem. Apenas a interessante cultura do linho para fibra quebra de onde a onde esta uniformidade.

Dominadas as nortadas frescas com sebes ou cortamentos de manchas de pinhal, a água com valas de enxugo bem localizadas e o espaço (pelo menos potencialmente para o futuro) nesta vasta planura onde a introdução da máquina é muito fácil, conseguirá o agricultor ganhar igual domínio no controle de húmus das areias, base necessária da fertilidade e de agricultura permanente?

Gafanha à parte, com a sua produção hortícola de carácter comercial, caso «sui-generis» de profunda originalidade no país, a agricultura gandraesa entronca, apesar das suas características peculiares, no tipo de Agricultura do Noroeste. Nesta parte do País o milho detém há séculos o primado como cultura chave dos sistemas de produção, sendo de longe a cultura herbácea social e economicamente mais importante. Pela regularidade das produções, maior capacidade produtiva relativamente aos outros cereais, fácil conservação, pelas suas múltiplas utilizações (alimentação humana e pecuária, bovina e porcina) e a possibilidade de se lhe associarem outras culturas (o feijão e abóbora) foi o alicerce em que mergulhou suas raízes uma densa população acantonada no Noroeste, que exigia para sobreviver a máxima intensificação cultural com base no trabalho humano.

Quebrado este equilíbrio tradicional pelo progresso técnico e económico, evolução dos géneros de vida, êxodo rural e emigração, tudo parece indicar que passará ainda a caber ao milho um papel dominante na profunda reconversão cultural que vai nutrir as novas necessidades de consumo.

Neste novo contexto as variedades de milho híbrido para alimentação de gado substituirão as tradicionais menos produtivas e paralelamente o armentio bovino para leite e carne irá render o gado bovino, motor de trabalho.

O porco suportará idêntica revolução: desbordará os «chiqueiros» e dos limites das explorações tradicionais para entrar em sistemas de criação bem dimensionados, alimentado pelas empresas originárias renovadas, ou mais radicalmente passará para pocilgas industriais apenas vinculadas ao fluxo de rações do mercado.

Nos últimos 15 anos o efectivo bovino de gado marinhão e mirandez de trabalho tem declinado rapidamente na Gafanha e na Gândara, sendo substituído por vacas turinas. A vaca de leite permite um aumento de receita notável, em «crias» e leite, distribuída ao longo do ano, o que confere à sua exploração um enorme valor social em empresas pequenas de débil economia. Vem realizando também parte do trabalho de tracção outrora dependente do bovino mirandez. Assim se explica a generalização fulminante

da vaca turina na Gândara, de Vagos à Figueira, como símbolo de uma Agricultura mal estruturada. Não basta já que o bovino forneça o trabalho, a carne, o estrume... exige-se-lhe uma quarta virtude, a da produção leiteira!

Paralelamente a este fenómeno de um extremo dinamismo os milhos tradicionais pouco produtivos mas também pouco exigentes continuam incrustados na Agricultura Gandaresa.

Haverá lugar para o cultivo generalizado dos milhos híbridos?

A cultura de milhos híbridos para pecuária nestas condições de meio apresenta evidentes limitações:

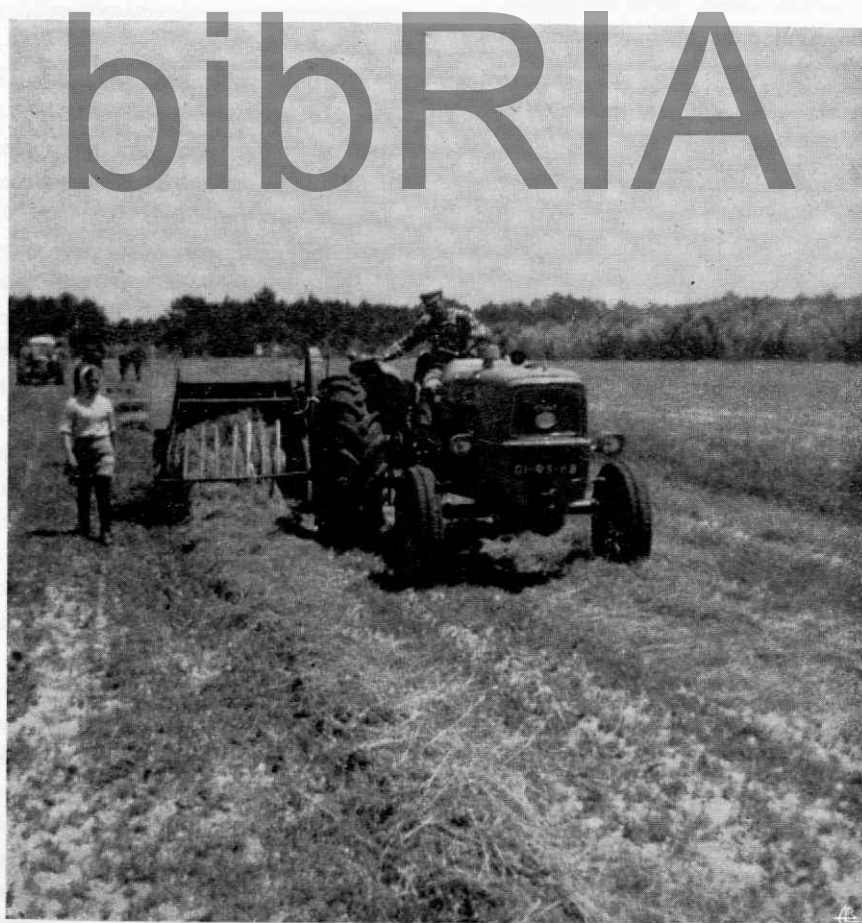
- a) exigem avultadas reposições anuais de matéria orgânica que atenuem as más condições ecológicas das areias para a sua cultura, o que cria um artificialismo muito caro para a finalidade que se visa; **por outras palavras** — o uso da matéria orgânica, factor limitante e raro da cultura em areias, deve ser o mais económico possível, reservando-se de preferência para culturas de rendimento.

- b) demandam sementeiras em linhas abertas, e sachas e mobilizações na quadra mais quente do ano, o que em solos muito permeáveis de areia conduz inevitavelmente à delapidação rápida da matéria orgânica do solo pelo arejamento muito intenso.

Deste modo segundo nos parece, a cultura de milhos híbridos exigentes deverá ser reduzida ao limite do indispensável.

Se a reconversão da cultura tradicional do milho oferece evidente dificuldade em solos de areia a posição do agricultor gandarês na produção forraginosa de sementeira outonal é muito mais sólida com as ferrãs dos cereais, o nabo, o trevo encarnado e uma leguminosa preciosa, a serradela, muito rústica com aptidão notável nestes solos, de excelente qualidade, que permite prolongar a produção de matéria verde até fins de Maio e princípios de Junho. Alguns retoques são possíveis, como, por exemplo, com a introdução de trevo da Pérsia em determinadas situações.

Interessa particularmente em areias pobres que a cultura de forragens assegure, se possível, a manuten-



Campo de serradela associado a avcia (Mira)
Respigador de descarga lateral voltando e encordoando a erva previamente cortada com celfeira-gadanheira

ção do teor de matéria orgânica do solo ou favoreça o seu enriquecimento em húmus — base da sua fertilidade.

Uma solução promissora nesta perspectiva está na instalação de **prados temporários** com duração à volta de 3, 4 anos com base na associação de uma leguminosa com uma gramínea e mesmo na de **prados multianuais**.

A introdução de prados temporários em rotação com ervagens de leguminosas e gramíneas anuais e culturas de rendimento permitiria estabelecer um **sistema de policultura** equilibrado que assegurasse um nível de fertilidade necessário à cultura permanente.

Com a exploração destes prados poderia resultar:

- a diminuição de consumo de estrume numa área determinada da exploração e o seu consequente desvio para as parcelas de cultura intensiva;
- o enriquecimento do teor de matéria orgânica do solo com os resíduos e raizame deixados pelas leguminosas e gramíneas;
- a regularização da produção de forragem ao longo do ano (na Gândara o período mais crítico da produção de matéria verde costuma ser no fim do Verão, princípio de Outono);
- o abaixamento do custo da produção pecuária;
- o aproveitamento de terras de arrozal dispersas nesta zona de rentabilidade marginal.

A tremocilha para siderar, uma descoberta de séculos valorizadora dos solos de areia, adoptada sábia-mente pelo agricultor gafanhão e gandarês, deverá merecer renovado interesse no futuro.

A apanha de moliço na Ria de Aveiro é uma actividade profissional em declínio o que pode ser comprovado pela diminuição de barcos moliceiros inscritos nesta faina de ano para ano. Mais do que a Gafanha são os clientes longínquos da Gândara e de outras zonas limítrofes que animavam, ainda não há muitos anos, singularmente, o comércio do moliço, que parecem ser afectados.

Será a colheita tradicional do moliço na Ria, penosamente feita a braço e à mercê da ocorrência de vento favorável, susceptível de uma reconversão?

Um processo de recolha do precioso produto orgânico, baseado em energia motriz, salvaguardará esta riqueza, remetendo muito embora para museus etnográficos, irremediável e tristemente os belos moliceiros, como espécimes arqueológicos?

O estrume de curral continuará a ter um papel saliente como base da fertilidade dos solos do Noroeste e das areias da Gândara. Perderá contudo o seu carácter de quase exclusividade?

O estrume foi até há pouco considerado como sub-produto obrigatório da exploração pecuária.

Parece não ser este mais o caso. Esta concepção deixou de ser aceite unânimemente — assim há estábulos modernos sem camas nos quais os dejectos dos animais são removidos por via hidráulica para fossas anexas em virtude do mato e palha não serem abundantes, reservando-se o chorume das fossas para rega dos campos em cultura ou para rega de pilhas de mato ou palha, etc., que após «curtimento», são utilizados na fertilização dos solos. Por outro lado, um sucedâneo do estrume, o **estrume artificial**, pode ser fabricado a partir do mato, palhas e outros resíduos orgânicos, em completa independência da exploração pecuária.

Como sub-produto o estrume subsistiu durante séculos e jamais alguém se interrogou sobre o seu custo em pequenas empresas familiares de trabalho não remunerado. Num contexto de empresas modernas capitalistas a determinação do seu custo impor-se-á — será por certo muito variável de exploração para exploração na sua complexa teia de operações que incluem a roça e transporte do mato, a sua manipulação no assento de lavoura e a sua incorporação no solo. O seu custo sendo muito variável, é elevado por vezes, e com despesas praticamente incompreensíveis; noutros o seu custo é susceptível de ser reduzido.

O problema da matéria orgânica é nevrálgico e limitante em cultura de areias e o seu estudo aprofundado impoe-se nesta época de mudanças.

Só a investigação e experimentação agronómica conduzida em base realista poderá determinar a influência relativa sobre a fertilidade e o custo de diversos meios disponíveis de actuação sobre o teor de matéria orgânica do solo:

- prados temporários;
- culturas de sideração;
- ervagens intercalares e resíduos de culturas;
- estrume de curral;
- moliço;
- outros produtos orgânicos.

A presença do gado turino nesta vasta sub-Região deveria ser motivo de reflexão para todo o lavrador gafanhão e gandarês consciente.

Em relação à bovinicultura e às duas opções fundamentais — produção de leite, produção de carne — escreveu Mario Scapaccino, Director da Produção Agrícola, sobre o seu país, a Itália, mas que flagrantemente reflecte os nossos próprios problemas:

«Quando se fala da criação de bovinos, o primeiro dilema que se apresenta é o da escolha entre a exploração bovina e a de vacas leiteiras. Em geral, nas zonas de Itália do Norte (podíamos dizer nós, no Noroeste

Português), onde o clima é fresco e as produções forragíneas naturalmente abundam, desde há séculos que a produção leiteira predominou sempre.»

E continua o mesmo autor:

«A escolha, dizia eu, estava em relação com o clima, com as condições de meio e com a qualidade das forragens disponíveis. Hoje as coisas tendem a mudar e em toda a parte apesar das advertências contínuas dos técnicos e as indicações inequívocas dos mercados, nota-se uma orientação sempre mais decidida para a produção leiteira. Nós conhecemos todas as condições dos mercados internacionais em face dos dois produtos e todos nós sabemos que na Europa, pelo menos, salvo algumas oscilações estacionais da oferta, há uma diferença negativa, constante, entre as disponibilidades e a procura de carne, diferença que aumenta de par com a melhoria do nível de vida das populações; o consumo de carne vem aumentando entre os povos mediterrânicos e mesmo que se não possa nunca pensar em atingir os níveis de consumo dos povos do norte por motivos evidentes de condições climáticas, há ainda um longo caminho a percorrer antes de se satisfazerem, pelo menos, as exigências mínimas da ração quotidiana em proteínas animais. Pelo contrário as disponibilidades de leite, de gorduras e de outros lacticínios excedem as necessidades e, se mesmo para estes últimos, sobretudo para o leite e queijos, se pode prever um aumento futuro para os povos do Mediterrâneo do consumo total e «per capita», este consumo, por mais considerável, não chegará nunca a absorver os excedentes sempre em aumento.

Em todo o caso será necessário sempre resolver o problema dos excedentes de manteiga, resultante da concorrência formidável dos sucedâneos (margarinas).

«Conhecem-se os embaraços das organizações agrícolas dos países europeus por causa dos excedentes de manteiga, leite em pó e queijo.»

A generalização recente da vaca turina no Sul do País, nomeadamente no Alentejo, é um facto de grande alcance. Se parece fora de dúvida oferecer ao Noroeste melhores condições de meio para a exploração de bovinos de leite e como é certo ser um dos seus distritos, o de Aveiro, que detém a primazia económica na indústria de lacticínios no Continente, então estes factos deveriam provocar uma tomada de consciência na Lavoura do Noroeste, em que se integra a Gândara, para, perante os poderes públicos, se discutirem as opções fundamentais neste sector a fim de serem objecto de regionalização adequada.

A bovinicultura é um sector económico importante, na Agricultura da Gafanha e Gândara e sê-lo-á porven-

tura no futuro, constituindo uma actividade imposta antes de mais pela própria estrutura da produção agrícola nas explorações, para valorização e aproveitamento:

- **de ervagens outono-invernais** de difícil substituição neste período, que como culturas de cobertura são muito eficazes na protecção do solo de areia sem as quais ficaria sujeito a intensa lavagem no período de chuvas intensas;
- **de prados temporários**, alicerce da fertilidade dos solos;
- **de sub-produtos da exploração** (no caso da Gafanha, batata porqueira, chicória e couves).

Em resumo, pode assinalar-se, em síntese:

NO PRESENTE

NA GAFANHA

Policultura intensiva com base em culturas hortícolas e de rendimento e secundariamente no milho, associada a ervagens forragíneas de outono e à tremocilha (recursos de matéria orgânica — moliço e estrume); pequenos retalhos de searas.

Poliprodução

- culturas de rendimento:
 - hortícolas (batata e outras)
 - industriais (chicória para café)
- carne (bovinos e porcos) e leite (bovinos).

NA GÂNDARA

Quase-monocultura do milho, mitigada pelas ervagens forragíneas outonais, com produção mais variada que na Gafanha, e na tremocilha; pequenos retalhos de searas (recursos de matéria orgânica — estrume, por vezes, moliço).

Milho, feijão, leite, carne (raramente linho).

NO FUTURO

EM AMBAS AS ZONAS:

Policultura intensiva de culturas hortícolas e outras (nomeadamente industriais) associadas a ervagens forragíneas de outono, à tremocilha e a prados temporários e secundariamente o milho.

Produção especializada

- culturas hortícolas e outras
- bovinicultura, etc.

A expansão do consumo de produtos hortícolas e de frutas, bem como de carne, vai-se acentuando em detrimento de produtos alimentares muito importantes na dieta tradicional — pão, legumes secos e outros produtos de massa, à medida que o poder de compra da população aumenta (esta lei económica tem sido verificada nos países ricos do Norte da Europa e nos da América do Norte).

Deste modo os produtos horto-frutícolas devem ser encarados numa reconversão cultural de acordo com as potencialidades naturais quer para satisfazer necessidades do mercado interno quer com vista à exportação.

Os solos arenosos desta sub-região (com a possível excepção dos citrinos) não são favoráveis à produção frutícola.

Escreveu o grande mestre, Prof. Vieira Natividade:

«A fruticultura só pode ser lucrativa desde que se cultivem as árvores nas condições de ambiente que lhes são mais propícias. Logo que o ambiente não é por completo favorável ao desenvolvimento do arvoredo, há declínio de vigor, menor resistência às pragas, menor produtividade, menor crescimento, menor lon-

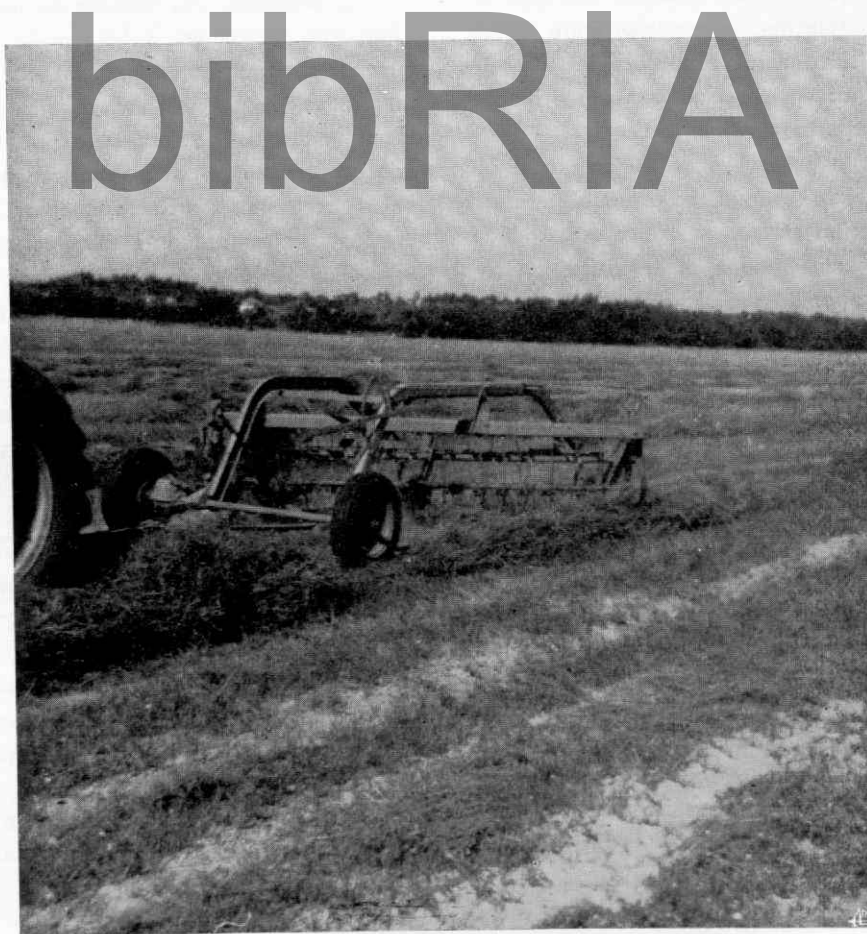
gevidade. As colheitas mais fracas e menos valiosas, requerem mais dispendioso cultivo, daí a impossibilidade dos produtos concorrerem vantajosamente com os que provêm de regiões mais favorecidas.»

A tradição da cultura da laranjeira e a existência de pomares ou de núcleos de laranjeiras junto dos assentos de lavoura, constitui uma produção digna de apreço económico e uma fonte de receitas para o agricultor gandarês.

Com efeito desde que não falte a água e a fertilização seja adequada e o clima permita, os solos arenosos prestam-se perfeitamente à cultura dos citrinos que são muito favorecidos pelo intenso arejamento do seu sistema radicular.

Como podemos considerar o clima da Gândara para a cultura de laranjeiras?

Um especialista português em citricultura estabeleceu há anos (1964, Eng.º Parreira da Gama) uma carta de aptidão climática da laranjeira, dividindo o Continente em regiões classificadas provisoriamente (no aspecto cultural) como **muito boas, boas, regulares, sofríveis e más**. A zona da Gândara foi classificada apenas como **sofrível**.



Campo de serradela associado a aveia (Mira)
Enfardadeira de baixa pressão enfardando feno

O mesmo autor considerava, contudo, honestamente, numa análise ao seu próprio trabalho e em palavras textuais que aqui transcrevemos:

«Assim nasceram estas cartas de aptidão macroclimática em que tudo é discutível desde o rigor dos dados da partida, até ao método de trabalho e aos critérios de classificação.»

Com estas dúvidas tão claramente expressas importa esclarecer em profundidade este problema de tão grande interesse para esta sub-Região.

As espécies hortícolas com carácter comercial têm presentemente importância na Gafanha. A cultura recai em espécies de maior poder de conservação (a batata, a couve lombarda) ou perecíveis (a ervilha) em que há a alternativa de venda em vagem ou em grão seco, o que se por um lado dá melhor defesa ao agricultor na sua comercialização, explica, pela sua limitação, as dificuldades em que este comércio se processa. O seu carácter especulativo sem estruturas de conservação (apenas existem armazéns de batata) caracteriza um circuito comercial de tipo tradicional e arcaico pois não permite quaisquer progressos na diversificação cultural ao produtor isolado nem qualquer melhoria de abastecimento ao consumidor, inserindo-se entre ambos o negociante, que salvo raras excepções infelizmente é muitas vezes apenas um especialista na especulação e outras mero transportador de ofício.

A diversificação e generalização de uma horticultura comercial eficiente e moderna depara, a curto prazo, com as limitações em que se exerce a actividade agrícola, particularmente no que diz respeito à Gândara, em que a proporção de pequenas unidades de produção é esmagadora. Dentro do tipo de exploração minifundiária os progressos imediatos para a modernização da Agricultura e introdução de culturas hortícolas são difíceis e as opções culturais não podem ser muito flexíveis.

Micro-proprietários gerem estas pequenas unidades de produção, como repúblicas independentes, mau grado o sopro de progresso que vai arruinando esta concepção, aumentando a solidariedade económica entre os agricultores e criando o ambiente favorável à renovação das estruturas de produção e comercialização.

A escolha de culturas hortícolas a introduzir para a valorização deste importante e promissor sector da actividade agrícola, deveria considerar simultaneamente:

1.º — A sua maior ou menor aptidão para os solos arenosos;

2.º — as que, com crescente interesse no mercado

interno, possam também vir a interessar à exportação pela sua qualidade e preço;

3.º — aquelas que ofereçam boas perspectivas em cultura de primor na zona favorecida neste aspecto, a Gafanha, aferindo-se a precocidade pelos padrões dos grandes mercados importadores (a batata semitemporã em Abril e Maio e o espargo, de meados de Fevereiro/Março, etc.);

4.º — as que ofereçam interesse para a produção de estação, quer na Gafanha, quer na Gândara (o espargo, a cenoura, o feijão verde, a ervilha para fresco, e ainda a salsa, a cebolinha, etc.).

Para dinamizar todos este sector será contudo necessário criar as estruturas agora inexistentes que modernizem o circuito comercial, promovam uma política de qualidade, permitam levar ao consumidor nas melhores condições de apresentação, valor nutritivo e preço os produtos hortícolas, incluindo os perecíveis.

O estabelecimento de um **centro de recepção, transformação e comercialização** necessita, antes de mais, de homens bem preparados com capacidade para esta transcendente tarefa, no plano comercial, no plano da produção agrícola e da transformação tecnológica.

O progresso nas técnicas de produção e de transformação tecnológica é hoje muito rápido e no sector comercial, à ampla informação das características dos mercados, requere-se um espírito realista e exacto, impregnado de bom senso e perseverança e sentido do progresso que possa vencer as barreiras da competição acesa nos mercados externos e conquiste a confiança dos compradores estrangeiros.

Daí que a associação da Lavoura com industrial competente e com provas dadas pudesse ser talvez uma fórmula desejável.

O segundo ponto seria a instalação das estruturas materiais necessárias em fases sucessivas de acordo com um plano de prioridades enraizado bem fundo nas perspectivas comerciais e na experiência ganha progressivamente.

O centro comportaria um ou vários dos seguintes elementos, de acordo com os estudos e opções de produção tomados:

— equipamento de transformação permitindo realizar, segundo a qualidade dos produtos e as condições dos mercados uma ou as duas operações seguintes:

— conservação «por appertização», ou seja, conserva por esterilização em latas;
— desidratação;

— estrutura para escolha, calibragem e acondicionamento susceptível de garantir, segundo as exigências

internacionais, a normalização, a selecção e embalagem de produtos frescos destinados à exportação;

— equipamento frigorífico apto a assegurar a pré-refrigeração, a stocagem, a congelação ultra-rápida (quick-freezing) em ligação com uma cadeia de frio.

É notória a crise que avassala a Agricultura desta Sub-Região, paralela à que afecta todo o Noroeste. A deterioração do nível de vida dos agricultores em relação às outras classes bem a evidencia.

A relativa rigidez das suas unidades de produção de dimensões lilipulitanas num contexto sócio-económico, em que a propriedade e a exploração estão demasiado identificadas, não tem facilitado a mobilização do factor terra em novos arranjos de produção mais conformes com as exigências de modernização da Agricultura.

Existem actualmente os diplomas legais pelos quais o Estado concede empréstimos, subsídios e participações, por meio de fundos administrados pela Junta de Colonização Interna, que permitem corrigir e reno-

var as estruturas de produção e comercialização (Decretos-Lei sobre Emparcelamento, Agricultura de Grupo, Fundo de Melhoramentos Agrícolas, Fundo de Fomento de Cooperação, Fundo Especial de Reestruturação Fundiária).

Virá o suporte financeiro do Estado, agora dotado de tão poderosos meios, na hora justa das aspirações da Grei Rural, mal definidas ontem e por isso frustradas, hoje alicerçadas no conhecimento lúcido, na consciência exacta do que importa renovar e construir urgentemente?

Encontrará porventura uma massa de agricultores receptivos aptos a vencer o desgaste das situações sem mudança e a derrubar o isolamento no tempo e no espaço que sustenta um acabrunhante e ultrapassado individualismo?

(*) — Números que representam apenas ordens de grandeza aproximadas.

bibRIA



Painel de Nossa Senhora do Mar da autoria de João Carlos Celestino Gomes
(Propriedade da Junta Distrital)

D. Manuel Trindade Salgueiro

Por D. Manuel de Almeida Trindade

Estou a vê-lo. Alto, franzino, quase transparente. Tenho nos ouvidos o timbre da sua voz, a que o gesto nervoso e amplo mais vivacidade emprestava. Parece-me sentir ainda a cadência dos seus passos, que o faziam adivinhar ao longe. A frase de Pascal, que ele tantas vezes citou na vida: *l'homme c'est un roseau...* o homem é uma cana, mas uma cana que pensa, quase que se lhe poderia aplicar à letra. A encimar aquele corpo débil, que uma aragem faria vergar, havia uma cabeça — uma bela e inconfundível cabeça. Ela era o espelho da sua personalidade: testa ampla, emoldurada por madeixas de cabelos, que o tempo embranquecera; olhos fundos, que tanto eram capazes de um olhar de enternecimento e doçura, como de um brilho de indignação ou da mística fixidez de alguém que contempla o Absoluto. Face cavada de sulcos profundos, cuja mobilidade permitia o gesto do rosto, a completar aquele com que todo o seu ser físico comentava a palavra, que lhe saía dos lábios.

D. Manuel Trindade Salgueiro foi um homem de ilhavo. Dizer que foi um homem de ilhavo é dizer que foi um homem que trazia o mar no coração e nas veias. Se se encostasse o ouvido ao seu peito, talvez se ouvisse dentro dele, como acontece aos búzios, o murmúrio das ondas.

Os homens de ilhavo têm a vocação do Oceano. A sua terra é o mar. Ali vivem, ali trabalham e ali morrem também. Mais do que o lavrador, o seu destino está pendente do incerto e do imprevisível. Quando saem para o mar, acompanha-os sempre a dúvida do regresso. Talvez esteja aí a razão por que são tão profundamente religiosos. **O Senhor dos Navegantes** podia ali ser invocado antes mesmo de ilhavo ser terra cristã. Junto dos altares da igreja paroquial há sempre luzes acesas em sinal de prece pelos que andam no mar, e as paredes da igreja e das capelas cobriam-se facilmente de ex-votos de promessas feitas por homens

em perigo, ou pelas mulheres e filhas deles que ficaram em terra à espera de eles voltarem.

Nem sempre as preces são atendidas. Há lâmpadas que parecem arder inutilmente. Há orações que se assemelham às pérolas perdidas no fundo dos Oceanos e parece não servirem a ninguém. Esse é um mistério cuja solução se encontra escondida no coração de Deus. As almas simples aceitam-no com resignação.



A fé dá-lhes a resposta antecipada daquilo que não conseguem por ora compreender.

D. Manuel Trindade Salgueiro era filho de um homem do mar—de um homem que perdeu a vida no mar. Nos cemitérios das outras terras, pelas lápides sepulcrais pode refazer-se a história das gerações. Os filhos podem ajoelhar-se junto dos jazigos dos pais: o pó das sepulturas é feito da carne dos seus maiores. Em terra de pescadores, porém, o cemitério dos homens é, muitas vezes, o mar.

Um homem do mar, que perdeu o pai no mar, sente no marulhar das ondas o que os outros descobrem na brancura das campas ou na silhueta esguia e recolhida dos ciprestes. Talvez esteja nisso a razão por que D. Manuel Trindade Salgueiro gostava tanto do mar. Quando voltava a ilhavo o seu passeio predilecto era até junto da amurada da Barra, em frente do Oceano, por onde todos os dias entram e saem os barcos que andam na faina da pesca.

O homem de ilhavo tem um modo de ser especial. Senhor absoluto e plenamente à vontade dentro do barco, sente-se estranho em terra. A terra é o domínio da mulher. É ela que governa o dinheiro, que matricula os filhos na escola, que trata do baptizado ou dos papéis do casamento. Em terra o homem sente um complexo de inferioridade, ou, quem sabe, de superioridade, como se valessem pouco as coisas da terra,

comparadas com aquelas, mais importantes, que ele vive em cima das ondas.

Tenho pensado no que teria sido aquela criança, órfã de pai desde os mais tenros anos, se, em vez do pai, lhe tivesse faltado a mãe. Em ilhavo esta circunstância reveste um significado especial.

D. Manuel Trindade Salgueiro foi um modelo de homem, de intelectual, de sacerdote e de bispo.

Homem dotado de qualidades invulgaes de carácter, de inteligência e de sensibilidade, acordava facilmente nos homens com os quais contactava, mesmo que não comungassem do fervor da sua fé religiosa, a sintonia do coração.

Nítida vocação de intelectual, foi um contemplativo da verdade, que ele procurou repartir com os outros, no magistério da palavra e da pena, no seminário, na cátedra universitária e no púlpito da sua catedral.

Sacerdote e bispo, dominava-o a paixão de levar os homens a Deus. Em papel, que traz a sua inspiração, escreveu ele esta palavra de S. Francisco de Sales: **Senhor, que eu aproxime de Vós todos aqueles que se aproximam de mim.**

Um homem de tal robustez espiritual a morte não o vence. As suas virtudes e o seu talento falam dele para além da morte.

biblioteca

O Museu Marítimo e Regional de Ílhavo

Pelo Director do Museu Dr. Frederico de Moura

Em 6 de Agosto de 1933 o Dr. António Gomes da Rocha Madail lia aos seus conterrâneos, nos Paços do Concelho de Ílhavo, um notável relatório em que traçava o esqueleto do que viria a ser o museu da sua terra, dando, assim, concretização ao sonho de um grupo de impenitentes bairristas, à frente do qual se encontrava Américo Teles que era o elemento aglutinante de todas as boas vontades e que, ainda hoje, é o coração pulsátil de uma obra que, em grande medida, a ele se deve.

Trata-se de um trabalho meticulosamente estruturado e culturalmente fundamentado e que continua a servir de vertebração sistemática à instituição e de que veio a ser publicado, sob a designação de «Etnografia e História», uma exígua edição, hoje, deploravelmente esgotada dado que foi apenas de 300 exemplares.

Nesse trabalho inicial eram consideradas, objectivamente, todas as possibilidades que Ílhavo tinha de concretizar o seu Museu sem que, nem ao de leve, a erudição e a cultura do seu autor o deixassem resvalar para entusiasmos fáceis que são o caminho que conduz à utopia. A propósito desse modelar trabalho, o Prof. Mendes Correia, disse com inteira justiça que «não se trata de um plano ambicioso, desordenado ou com os exclusivismos que são o defeito de muitos especialistas. Antes pelo contrário, ao mesmo tempo que se confina, modestamente — mas seguramente — no terreno das possibilidades reais da sua Terra, estabelece, metódicamente, os tópicos de uma ampla messe de documentos e materiais que definem a região e a gente, os caracteres locais, as tradições, as actividades dominantes, desde a Geologia e a Geografia, à História, à Arte, à vida espiritual, desde o Mar e desde a Ria — teatro da labuta e dos sonhos de tantos ilhavenses — à terra, à faina mercantil e agrícola».

Sumariamente pode-se enunciar assim o plano que então foi estabelecido:

- 1.º) Como elemento basilar uma secção de **Arquivo** que haveria de recolher o mais possível de documentação gráfica referente aos aspectos geológico, topográfico, hidrográfico e climático, enriquecido com boas fotografias, gravuras e outras espécies de documentação;



O «Homem do Leme»
Escultura de Américo Gomes

- 2.º) **Pesca** — **Ria, Litoral e Alto**, que recolheria o mais possível de redes, anzóis, agulhas e respectivos **muros, canastras, oleados, macolas, foquins**, etc.
- 3.º) **Navegação** — Com o maior acervo possível de barco, actuais e históricos, quer de transporte, quer de recreio, quer à vela, quer a remos, quer a motor, com particular interesse pelas embarcações específicas da Ria de Aveiro;
- 4.º) Sala de Fauna e Flora marítimas;
- 5.º) Vida agrícola, com particular atenção para a especificidade da lavoura da região designadamente quanto ao chão de areia e à adubação à custa dos moliços;
- 6.º) Indústrias locais, com particular atenção para a salicultura, a construção naval e a cerâmica, muito especialmente o que diz respeito às porcelanas de Vista-Alegre;
- 7.º) Artesanato (olaria, tecelagem, vestuário regional, etc.);
- 8.º) Recordações históricas da terra;
- 9.º) Artistas locais;
- 10.º) Obras de arte, embora de autores estranhos à terra mas que tenham qualquer relação com o meio ou documentem paisagens, usos e costumes.

E sobretudo, já se aventava, talvez ainda no campo das hipóteses possíveis, a tentação de uma etnografia comparativa que dilataria as colecções para fora

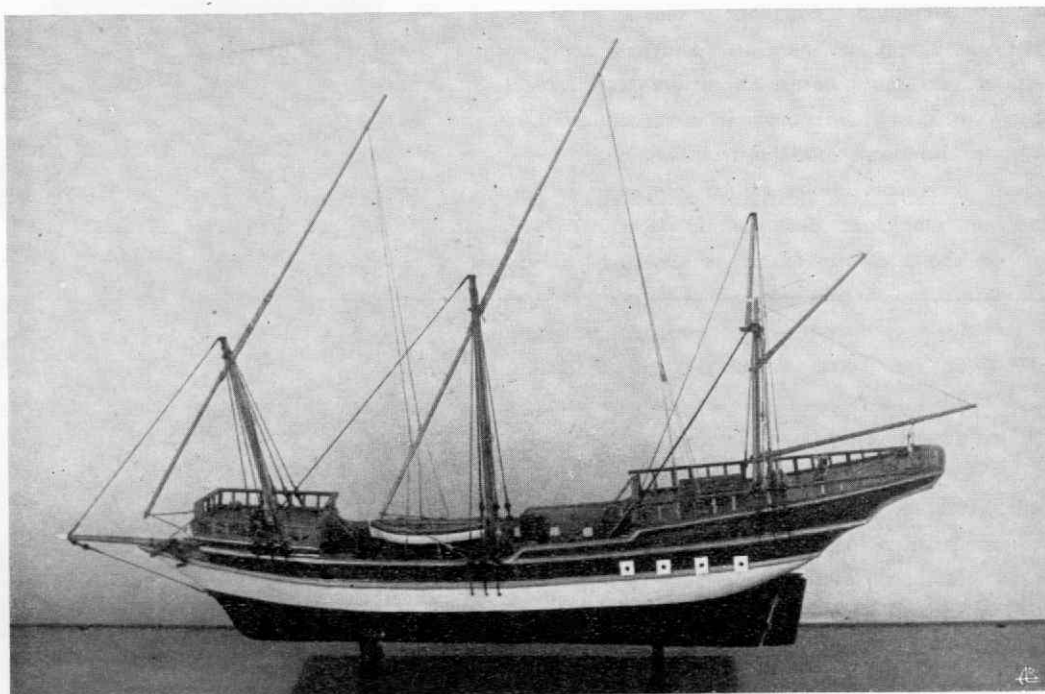
de um âmbito puramente local, possibilitando estudos de genética etnográfica.

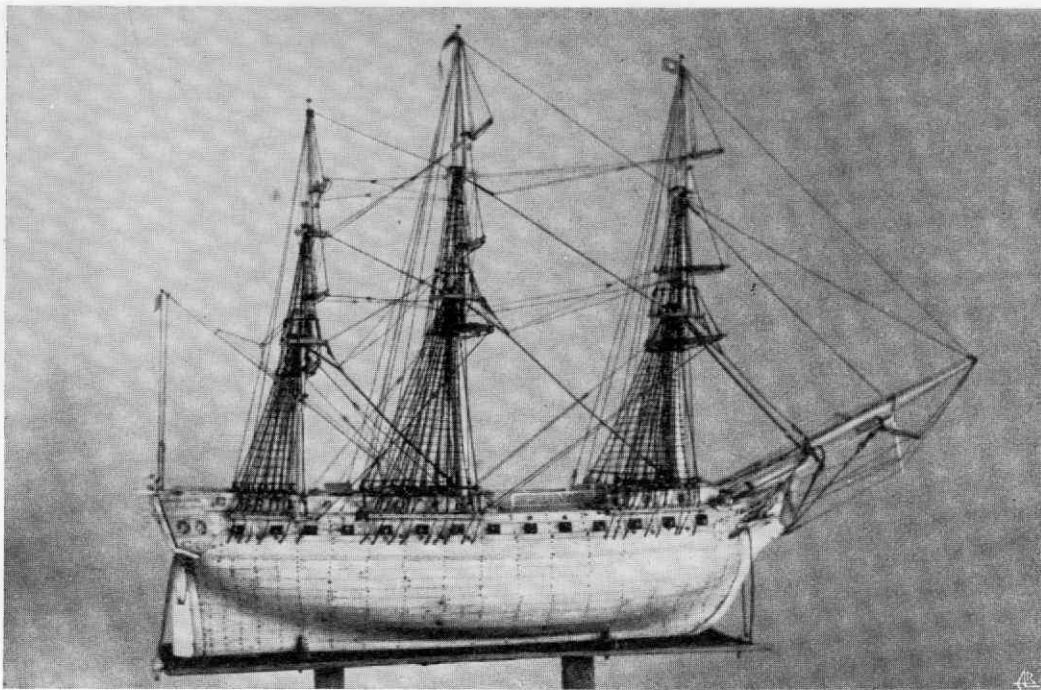
Por fim, uma Biblioteca, completaria o plano de aspirações então formulado.

Apontou-se, resumidamente, o projecto, dada a impossibilidade de, num trabalho deste género, nos podermos deter sobre a argumentação robusta com que o Rocha Madail fundamentava as suas aspirações e a sua sistematização.

A concretização das aspirações levou ainda muito tempo e acarretou um trabalho árduo e teimoso de recolha, de selecção e de exposição museológica restringida e perturbada pela exiguidade do edifício que foi adaptado a uma função para que não tinha sido construído. Com o tempo, com o aumento do recheio e com a degradação que a casa foi sofrendo mercê das intempéries e da velhice que não mereceu qualquer socorro de restauro, as coisas complicaram-se de tal forma que a exposição museológica de hoje enferma de defeitos a que nenhuma ortopedia pode dar solução.

Na verdade os objectos expostos amontoam-se de modo a não deixar os imprescindíveis espaços vazios para que as peças possam ser convenientemente apreciadas e a circulação se possa fazer em condições aceitáveis. Por outro lado, este estado de coisas, inibe, totalmente, a direcção do Museu de trazer à luz do dia uma grande quantidade de objectos merecedores de exibição e que jazem inermes em arrecadações de empréstimo à espera da hora em que a construção de um edifício próprio que se impõe venha possibilitar um arranjo museológico que, devendo ser selectivo, permita tirar das colecções o máximo que elas com-





Galera de guerra do Século XVIII
(precioso exemplar de marfim)

portam em documentação científica, em função pedagógica e em valor estético.

Sendo, como é, um Museu essencialmente de etnografia marítima é sob esse aspecto que tem de ser encarado. E pode-se, sem excessos deformantes de bairrismo, dizer que sob esse ponto de vista o seu recheio é notável.

Se os argumentos de autoridade podem valer alguma coisa ao menos como testemunhos qualificados não me é difícil apoiar o meu juízo de valor sobre opiniões de conhecedores do assunto, pondo à cabeça o parecer do Prof. Dr. Jorge Dias, uma das maiores competências em assuntos de Etnologia e que se exprime nestes termos:

«Este Museu importantíssimo deve-se ao seu director e fundador (Rocha Madail e a um grupo de ilustres Ilhavenses que reuniram uma preciosa colecção de miniaturas de embarcações e barcos da Ria e do Mar, aprestos, vários tipos de redes, vestuário popular, ex-votos e louças regionais. É um **Museu Etnográfico regional valiosíssimo**, muito digno de ser visitado e que muito honra esta pequena e simpática terra».

E acentua, como não podia deixar de ser, que «Pena é que a falta de instalações adequadas não permita dar-lhe o desenvolvimento que era de esperar viesse a conseguir pelo que vemos realizado, etc., etc.».

Jean Meirat, o conhecido nautógrafo francês, refere-se assim ao Museu de Ilhavo:

«Aux amis des Musées de la Marine qui vont visiter le Portugal nous croyons devoir signaler la petite ville

d'Ilhavo, sur la Côte, à 5 km au sud d'Aveiro, pour l'intérêt que présente son musée municipal».

Por sua vez, D. Sebastião Pessanha, outra autoridade em assuntos de etnografia faz, entre outras, as seguintes referências:

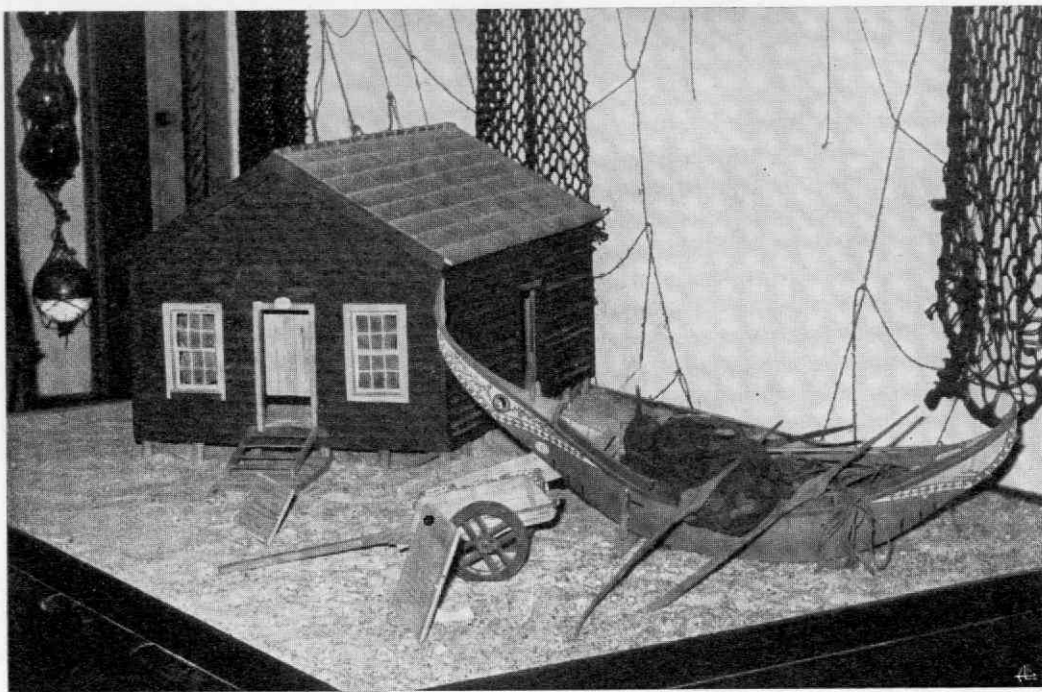
«Este pequeno, mas adorável Museu de Ilhavo, só poderia ser uma realidade com uma feição nitidamente etnográfica, pobre todo o concelho de outros valores afins, e a própria realização de tão feliz iniciativa se encarregou de demonstrar que foi acertado o caminho seguido, muito havendo, ainda, neste campo, para arrecadar e pôr a bom recato.»

E acentua:

«Sem instalação condigna e adequada, como sucede com a maioria dos nossos museus, é, porém, um modelo de arrumação metódica e de bom gosto que muito contribuem para a valorização do seu já valioso recheio».

Poderiam multiplicar-se os testemunhos, alguns de grande valia, como os de Jaime Cortesão, Artur de Magalhães Basto, Aarão de Lacerda, Alfredo de Magalhães, etc., etc., se não fosse, apenas, a título exemplificativo que se transcreveram para aqui algumas opiniões.

Impossível enunciar nesta sumária memória, mesmo o essencial, dos documentos etnográficos recolhidos mas, como simples amostra, diremos que na sua secção marítima, desde a canoa ao dongo africano, desde o



Reconstituição de uma Xávega

chaveco argelino ao palhabote, dede o pangaio da Índia ao «kayak» esquimó, desde a Caravela e a Nau dos Descobrimentos ao paquete dos nossos dias, a colecção reúne tal profusão de modelos (muitos, rigorosamente construídos em escala) que dificilmente encontraremos outra que emparece com ela.

Notável também a colecção de agulhas de marear e um rico mostruário de poleame que tem 42 peças: notável da mesma forma a colecção de trabalhos de marinheiro em fio que reúne 153 espécies.

Os barcos da nossa ria estão, como é natural, completamente documentados, e lá se encontram a **bateira mercantil**, o **moliceiro** (o das Gafanhas e o Mirão), o **barco saleiro**, a **bateira labrega**, a **ilhava**, a **caçadeira**, sendo de lamentar que a precaridade das instalações não tenha permitido recolher exemplares autênticos, o que se fará quando as futuras instalações em edifício próprio o permitirem.

Redes e apetrechos de pesca estão também completamente representados, bem como uma interessante miniatura da instalação de uma **Xávega** com o seu Palheiro, o Barco de Mar, e o carro de bois de rodas apropriadas para areia e de tudo aquilo que constitui a utensilagem empregada naquela actividade.

Importantíssima a documentação que diz respeito à Salicultura com uma miniatura, em escala, de uma marinha de sal e exemplares autênticos das alfaia onde estão recolhidas as **almanjarras**, o **anafador**, o **basculho**, a **trangureira**, o **círcio**, a **moeira**, o **pajão**, o **pé de pov**, o **ugalho**, o **rapão**, e onde nem sequer falta o sal, o sal de espuma, a **ândua**, o **torrão**, etc.

Documentados, também se encontram com modelos, rigorosamente construídos em escala, a «Seca do Bacalhau» com seus armazéns e utensílios e uma **xávega** com seu barco em crescente cuja misteriosa origem talvez possa ir catar-se no petroglifo de «Häggeby» na costa da Suécia, com seu carro de bois de rodas de largo rasto para rodarem sobre a duna, o Palheiro e todos os aprestos de uma actividade popular que ameaça desaparecer definitivamente se o **turismo** não a vier conservar ou a criar, para exemplo, um sucedâneo deturpado para **turista ver**.

Seria fastidioso nesta mera notícia espetadora estar a fazer enumerações exaustivas que, futuramente, terão o seu lugar no catálogo quando a disposição, tanto quando possível definitiva, da exposição museológica permitir fazer o roteiro do Museu ao mesmo tempo da catalogação.

Entretanto não poderá deixar de se chamar a atenção do leitor para a já preciosa colecção de porcelanas, vidros e meios cristais da Vista-Alegre que se **amontoam** (é o termo), na exiguidade da sala de exposição e na insuficiência das vitrinas que a contêm. Do mesmo modo é de realçar a escultura e a pintura que o Museu possui e que, apesar de modesta, tem já motivos reais de interesse e, sobretudo, de corroboração do núcleo etnográfico que constitui a medula de toda a instituição. Na verdade, a maior parte das obras plásticas que enriquecem o museu estão ligadas à parte paisagística da região e às actividades piscatórias, marítimas, não apenas regionais, mas de sentido muito mais lato ou a razões de ordem iconográfica.



Utensílios de uso nas Xávegas

fica em relação com Ilhavenses que se tenham notabilizado.

A título meramente exemplificativo interessa referir que se encontram, entre muitas outras, obras dos seguintes artistas: Alberto de Sousa, Alfredo Morais, António Vitorino, Cândido Teles, Cândido Craveiro, Rei D. Carlos, Fausto Gonçalves, Francisco José de Resende, Fausto Sampaio, João Carlos, Manuel Tavares, Martins Barata, Sousa Lopes, Tomazzini, em pintura e desenho, e Abel Salazar, Américo Gomes (a escultura «O Homem do Leme», documentada em fotogravura nesta Revista) Euclides Vaz, Henrique Moreira, Sousa Caldas, Raúl Xavier, etc., sem falar de outras menos conhecidas mas que por razões ligadas à especificidade das obras, mereceram representação.

Claro que o Museu de Ílhavo quer ser — e é, realmente e nuclearmente — um museu de etnografia marítima; e é nesse sentido que a sua função tem maior interesse para o visitante e para o estudioso que lá encontrará excelente material para gastar tempo e actividade com real proveito. Mas foram cuidadosamente aproveitados dentro das possibilidades todos os elementos corroborantes quer importados da actividade

artística, quer do elemento natural (fauna e flora, por exemplo, onde são notáveis as colecções de algas). Por outro lado, não podia deixar de se interessar por variadas manifestações de artesanato regional (olaria, tecelagem, trajes, etc.) e por uma indústria de tanta expressão artística como a porcelana da Vista-Alegre que, no concelho, há perto de cento e cinquenta anos tem enobrecido o vidro e o caolino com os primores de um apurado fabrico e com o virtuosismo dos seus artífices, pintores e escultores.

E não se estranhe que um Museu que se chama «Marítimo e Regional» não tenha esquecido aquilo



O túmulo do Bispo, de Claude Laprade, na Capela da Vista Alegre



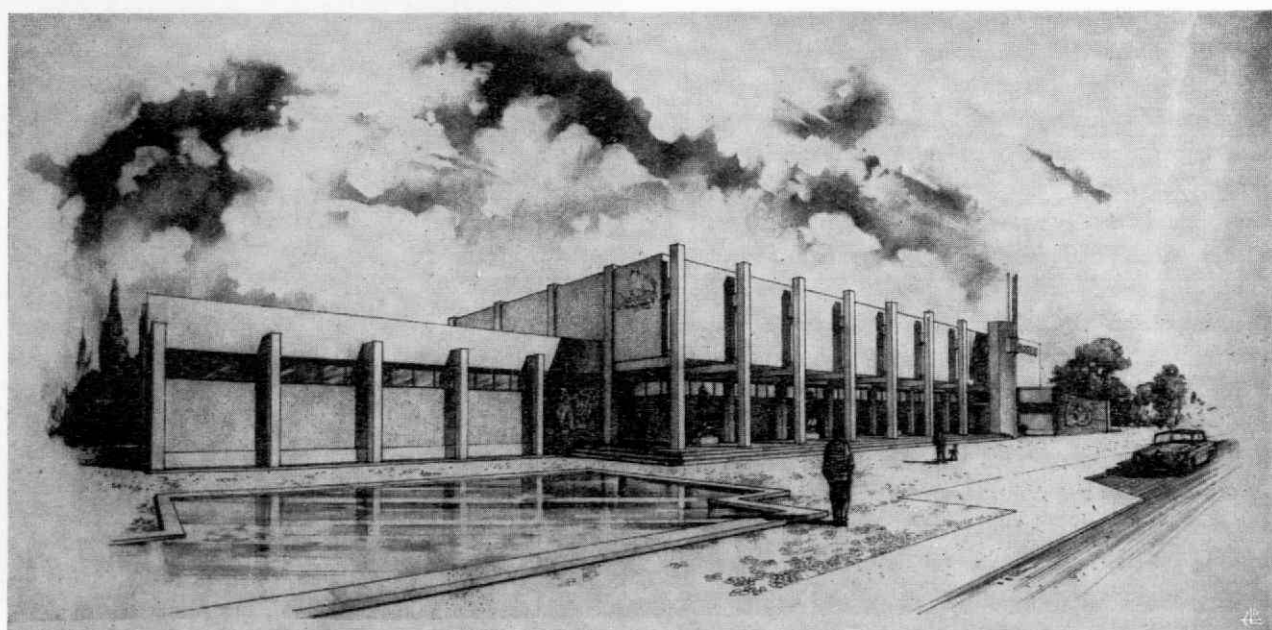
Par de preciosas jarras pintadas por Victor François Chartier Rousseau

que recorda os seus homens notáveis e as peças de valor artístico que, embora de origens dispersas, foram recolhidas dentro do concelho e com ele tenham relação.

Imperioso é que uma obra, tão amorosamente concebida e realizada, e tão sistematicamente organizada, encontre apoio para a concretização da sua aspiração máxima—um edifício capaz onde possa recolher e expôr (sobretudo expôr) para um destino pedagogicamente fecundo o que tanto custou a recolher e tantos anos de estudo sério gastou ao seu sonhador e ao seu concretizador.

Estão dados os passos iniciais já visíveis no terreno onde virá a ser implantado, na aprovação, pelas entidades superiores, do projecto do edifício e, até, na existência de uma quantia que, bem medida, deve orçar pelo milheiro de contos.

Esperamos todos — e confiadamente — que, num futuro próximo, a mão de dar de entidades e instituições venha em socorro de uma obra que não merece a condenação do armazenamento em que neste momento se encontra e que tão expressivamente tem sido lamentado pelos conhecedores do assunto que a têm visitado com visível e expresso interesse.



O alçado do futuro Museu de filhavo

Página de um Diário Náutico

Pelo Dr. Amadeu Eurípedes Cachim

Barca Adília, navio português, mil cento e vinte toneladas, números redondos, dispondo de quatro embarcações miúdas, sem motor auxiliar, dezassete homens de equipagem, carregado de aduela.

Ano do Senhor de 1909: Derrota que, com favor de Deus, pretendo fazer este porto de Nova-Orleans para Lisboa, etc....

No diário de bordo, em certa página, menciona-se uma avaria de particular gravidade. A redacção da ocorrência é acompanhada de um singular e rápido desabafo, como de quem já vai rilhado de contratempos: «**ainda faltava mais esia!**»!

Aparte as anotações incidentais, as páginas náuticas, daí por diante, não se lhe referem mais nem dão sinal de qualquer alarme. O diário segue como de costume.

Mas a viagem foi muito dura e excepcionalmente longa: sessenta e sete dias.

De volta a casa, um dos praticantes, novato, contou o que não se escreveu, nem verdade seja, é de regra escrever-se. Quem quer não escolhe aquela vida. Mas foi fácil concluir que a travessia esteve feia.

Cá em terra não faltavam motivos de séria apreensão nas famílias. Em toda a vila a demora das notícias causava já um negrume que se adensava nas ruas. Crescia nos grupos um cochichar que se ouvia alto. A povoação, toda a gente, andava inquieta.

Quarenta e cinco, mesmo cinquenta dias, havia casos. Mas mais de dois meses para um navio daquela arqueação e nesta época de ciclones...

Sabia-se ao certo a data da saída 31 de Agosto. Estava-se na primeira semana de Novembro, e nada.

A inquietação trespassava os olhares, as famílias

dos tripulantes mal saíam à rua, nomeavam-se as pessoas, relembavam-se os seus postos na equipagem: «casado com aquela», «pai de fulano», «tantos meninos!...», «disseram-me», «se calhar», «vinha ontem no jornal», «os patrões telegrafaram», «é de estarrecer!...», «coitadinhos», «nem é bom falar...». «O Senhor se lembre deles!!!!...».

Aos quinze dias de viagem o vento refresca muito, mar de vagalhões, todo o pano largo; quarenta e oito horas depois, com mar cavado e vento tempestuoso, o capitão manda pôr de capa, e capa rigorosa, pela noite e todo o dia seguinte que o tempo cresceu; só pela outra madrugada se largaram o traquete, bujarrona e mezena. Às dezoito horas do quarto dia de tormenta vento muito rijo, horizontes escuros, correndo à popa só com as gáveas — dá-se conta da singular avaria: leme rachado no veio e muito lasso em baixo!!!

Situação séria num veleiro já cansado, demandando 19,15 pés à popa e 18 1/4 à proa, debaixo de mau tempo, no meio do mar, a 23-28,5 Lat. N. e 38-47,5 Long. W.

Com vendaval em cheio, impossível era um concerto capaz. Improvisa-se contudo, arriscadamente, uma precária segurança que permite alguma manobra, bem que lenta e muito difícil.

Ferto da noite, ordem para orçar e largar mais pano: traquete, bujarronas, gáveas altas e joanete.

A viagem da barca estava seriamente comprometida, o navio bastante inferiorizado nas suas capacidades de governo, os aproveitamentos morosos, acrescidos os riscos... e tantas, tantas milhas ainda para correr...

E agora? E então?

Avaliadas as possibilidades de manobra, ponderadas as distâncias e indicados os prováveis vendavais nesta época do ano, ouvido o senhor piloto, então, o capitão do navio convoca para a câmara, naquela noite, a sua tripulação. Já todos sabem do que se

trata e nenhum ignora o perigo: o leme não merece confiança, está espiado, e se se aperta muito com ele racha mais e perde-se de vez...

Pergunta-se: retroceder ou seguir? Arribar é menos sujeito e está-se mais perto; continuar será mais duro e há muito mar para correr. Arribar é voltar para a América, seguir é buscar Lisboa e a nossa casa. Retroceder é um desgosto e uma grave despesa para o armador; se, com Deus, chegarmos a Portugal, será a alegria e a compensação para todos. Mas a viagem vai ser longa, muito mais árdua e insegura, trabalhos dobrados... e, de certeza, com a demora e sem notícias, aflições para as nossas famílias. Comunicações rápidas, a distância, nenhuma; só aquelas que as bandeiras, na adriça consentem.

Molhados dos vagalhões e humedecidos das garroas, derreados das ininterruptas horas de constante vigilância e urgente esforço, silenciosos porque inquietos, de pé e descobertos, sueste e botas altas, os marinheiros escutam. O tempo não amainou de vez: vento de sudoeste, rumo noroeste três quartas de este, sarria escura...

Com o balanço, o candeeiro da câmara, apesar de suspenso à cardam e a meio, oscila largo e as sombras dos homens atropelam-se nas portas dos camarotes.

Sobre a mesa da câmara, a carta do largo Atlântico pontuada de números, riscada de rumos; o boné do capitão em cima da caixa do sextante; régua e lápis sobre a tábua de logaritmos; o binóculo junto ao diário; o código de sinais aberto em certa página e as bandeiras do mariato, escolhidas já, ali à mão.

Estão todos. Todos menos o praticante que se aleijou no peito, empastado por uma vaga de encontro à escotilha; menos o cozinheiro que não sai lá do seu buraco, atrás do gunicho; e ficaram no tombadilho os dois que estão de quarto, agarrados à roda do governo, rentes à gaiúta.

Um balanço mais largo e brusco, uma puxadela mais dura na mastreação, uma surriada forte pela escada abaixo e logo o piloto, sôfrego, dá um salto lá acima. Não foi nada: o mar varreu o convés, mas está tudo peado; os homens seguram-se; a sonda é que acusa umas tantas polegadas de água a mais nas cavernas; a vaga levou metade da borda-falsa de estibordo, a meia nau. Não foi nada.

O mocito da câmara, novato, lá atrás, espreguiçado, tímido, à porta dum camarote, meio dentro meio fora.

O capitão, quarenta e dois anos bem endurecidos, (correrá a escala toda: moço, praticante, piloto, capitão aos vinte e cinco), debruçado sobre a carta, revê marcações. Contra o costume não fez a barba há quatro ou cinco dias. Mas está sereno. Se tranquilo ou não

é lá com ele. Uma olhadela ao barómetro que teima em não subir e outra ao cronómetro; um apontamento no mapa. Tudo muito natural, muito como é.

— Então, rapazes, vocês que dizem?

Um pequeno silêncio e logo daquela meia lua de marinheiros preocupados, sem que ninguém lhe encomendasse o recado, mas sentindo-se que a sua palavra, continha, com assentimento, a palavra todos, surde e alteia-se, breve e incisiva a voz do contramestre.

(O contramestre, sessenta anos, vincados na face.

O homem da prática, o da marinharia, das longas e largas singraduras e dos portos de todo o mundo; o homem do convés e dos mastaréus e dos panos e das amarras, do paiol, dos pertences e do porão, do bom e do mau tempo, misturado à intimidade da popa e chefiando o rancho lá na proa, conselheiro dos oficiais e executor seguro das suas ordens, sempre o primeiro e o mais exposto nas safa-rascadas; silencioso porque experimentado, criança como os adultos conscientes, respeitador como um sábio, sincero e de coração limpo, simples e confiante como a própria disciplina, não raro rabugento como a própria vida, rude no modo de dizer e aberto na expressão do olhar; mão firme para o remo numa embarcação, mão rija para segurar a rede-nida ou dar uma volta na escota, mão tente para alar a marreta, pear o molinete ou emanilhar a corrente, mão adestrada para uns pontos numa vela rota e mão trémula, canhestra, ao rascunhar o nome num papel de notário; o homem que não tem na memória quantas vezes passou aquele mar... pai de outros que andam embarcados e avô de muitos que já falam em ir...

Marinheiro desde sempre. Conheceu o seu capitão ainda menino, de calções, nas ruelas da vila. Anos depois, embarcara com ele, jovem praticante saído da aula, no patacho «Alvor», da praça de Setúbal. Navegaram juntos nas costas da Irlanda. Já piloto, encontraram-se no lugre «Flor da Rocha», o que desarvorou à entrada de Leixões. Quando lhe deram o governo desta barca, há cinco anos, o capitão mandou-o chamar, andava então de mestre num iate da costa.

Eram vizinhos lá na terra. As casitas, herdadas dos pais, parede com parede, davam para o mesmo largo salheiro ao fundo do beco. A avó de um e a mãe de outro eram parentes chegadas, segundas primas...).

Olhando o seu chefe, o contramestre, sem mais conversas, disse esta curta e alta, heróica e definitiva fala: «O senhor capitão tem família como a gente; o que vocemecê fizer está bem feito!»

E pronto, senhores, ali se lavrou, naquela fala, espontânea e decisiva como a própria sinceridade, a mais funda escritura de confiança total e de responsabilidade sem vírgulas: Decida; o que escolher é tanto para si como para nós, para a sua e nossas mulheres,

para os seus e nossos filhos, escolha que nós todos, estamos nas suas mãos; diga e ordene, e pronto, mãos à obra. Seja o que Deus quiser.

Voz alguma, algum dia, disse melhor a um chefe?

Voz alguma, no perigo, aliou melhor à obediência sem reticências a responsabilidade sem diminutivos?

«Diga».

E o capitão, sem tirar os olhos do mapa, depois de um curto silêncio, consciencializando o momento, sem alterações na voz, nem gestos bicudos, ergueu-se, erguendo em si mesmo o navio inteiro:

«Nesse caso ala para diante». E pegou no boné!
«Podem ir para cima».

Sem uma palavra a mais desfez-se a sessão. Cada um a seu posto.

O mocito da câmara, estabanado, pulou pelas escadas acima, e largou a correr para a cozinha; de caminho, junto ao mastro grande, escorregou numa lona, bateu com a cabeça num bote e esmurrou o nariz.

O mar varria o convés.

A 27 de Setembro lê-se nas ocorrências de bordo:

«Navegamos como acima mostra o diário, com vento fresco até às 6 horas e depois muito fresco que às 14 horas metemos de capa marta só com as gáveas baixas e velas do estae da proa; mar agitado do N. W. Atmosfera e horizontes com fortes trovoadas e chuva e vento. Às 18 horas abonançou mais, que largamos o traquete para assim ver se o navio aproava melhor ao mar e às 21 horas largamos o belacho e gáveas altas. Avistamos uma barca pelo nosso estibordo, puxando para o norte. Sem mais».

Páginas, páginas: vinte e nove dias, quarenta e cinco dias (vento sudoeste fresco, horizontes claros, trovoadas frias, fogos de San Telmo nos galopes dos mastros e nos laes das vergas), cinquenta e nove dias (vento noroeste, partiram-se os dois bandais do joanete da proa), sessenta e seis horas (vento bonançoso, mar chão, rumo sudoeste)—e «às sete horas avistou-se pela proa o clarão do farol da Rocha, que às 24 horas se via perfeitamente; de manhã vimos terra».

Nessa madrugada, mão amiga e inquieta, redige, na capital, um telegrama: **Adília à vista**.

E quando, horas depois, o lacónico texto é lido e soluçado numa modesta saleta de uma casa térrea da vila ansiosa, ali se repete, com outro tom, a cena da câmara: são então as companheiras, são as filhas, são as mães que rodeiam a esposa do chefe, de quem esperavam, dia por dia, encafuadas em sua dor, ou a voz do viver ou a notícia do luto para todo o sempre. Mas agora a fala é a fala de todas à uma, agora é o alvoroço, são os incontidos choros de alegria, são as

correrias: «A que horas é o comboio?»; «corre meu filho, vai dizer à tua avó»; «levo o meu menino, levo, pois então? Chegamos a Lisboa às seis da manhã, vocemecê não vem? Tenho a roupinha toda pronta!» «O meu sogro até vai ficar tolinho, já não esperava nada! Minha Nossa Senhora».

E começaram a chegar os parentes açodados e as amigas mais próximas. Chegavam e largavam, que era quase meio-dia: «que tenho o comerzinho ao lume»; «nem tive tempo de mudar de blusa»; «olha, logo à tarde venho cá com mais vagar»; até o senhor Capitão Pereira, coitadinho, que mal pode andar e mora lá tão longe, para Cimo de Vila, até esse veio logo com uma lágrima ao canto do olho.

O negrume das ruas esvaíu-se. Já se falava alto por todos os cantos. Na rua Direito, por Espinheiro, na Fontoura, era uma corriola... Na praça, os homens do ofício faziam conjecturas técnicas. O sino da matriz tinha outro somido. Mas, nesse domingo, à missa do dia, ninguém prestou atenção aos avisos do senhor prior. O Senhor Jesus dos Navegantes, em seu altar, esse sim, pela tarde fora, acolheu as mais quentes lágrimas do mundo...

O telegrama do capitão, entregue à última hora, antes do correio fechar, dizia somente: «Chegámos bem».

E era quanto bastava.

Anos passados, encontrei, casualmente, o contra-mestre. Preso do reumático, sentado à soleira da sua porta de fora, alegrava-se numa réstia de sol; entre-tinha-se a cortar uma casqueira, talhando um barco para os netos que patinhavam numa poça de chuva.

Saudei-o e não me tive que não lhe perguntasse: «fora realmente assim?»

Franziu um pouco a testa. Sentiu-se que foi ao fundo da vida pescar o pequeno incidente. Tinha havido tantos e muito mais sérios! «Que sim, mas que tinha lá isso? Olhe, tem tido notícias do seu pai?»

E mais nada.

Ao homem que cumpre, que cumpre com simplicidade, que é a forma mais alta de cumprir, não lhe dá para remear as façanhas. Nem elas existem. Façanhas contam-nas os outros.

E os homens do mar, experimentados, não são para descritivos. O dever, a faina, é-lhes consubstancial. A eles a vida, aos cronistas as crónicas. Histórias.

Duas páginas passadas, o diário náutico recomeça, naturalmente: **Derrota que, com favor de Deus, pretendo fazer deste porto de Lisboa, etc.**

E pronto!

ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO

Seria impossível abordar a personalidade literária de Alexandre da Conceição sem, ao menos esquematicamente, lhe dar coordenadas que o localizem.

Com efeito, formular juízos de valor acerca de alguém que fez proeminência em qualquer departamento de actividade intelectual sem, previamente, o situar, conduz, de um modo geral a visões deformadas, quer por adelgaçamentos da personalidade em estudo quer, ao contrário, por engorgitamento de méritos, qualidades e defeitos que deturpam o retrato que se pretende.

No caso de Alexandre da Conceição, individualidade propensa a exageros temperamentais que lhe comunicavam uma combatividade robusta, o problema avoluma-se de dificuldades dado que a sua actividade se situa numa época de transição entre os últimos lampejos de romantismo e a erupção vulcânica e deslumbrante da escola realista, ou, colocado o problema em termos de balizas concretas, entre o prestígio absorvente de Camilo Castelo Branco e a arrojo inovador de Eça de Queirós.

Não se tinham, ainda, esvaído os últimos suspiros do «Noivado do Sepulcro» recitado ao piano nos serões familiares e lavrava, concomitantemente, como fogo em estopa, uma super valorização dos factos científicos que enterrava as raízes no positivismo Canteano, de que Teófilo Braga se arvorava patriarca no chão lusitano e que havia de aglutinar os jovens do tempo como um íman congregate.

De um lirismo deliquiscente e tantas vezes clorótico, resvalava-se para um culto, quase de seita, da positividade da ciência que apunha à indagação de cariz metafísico uma pesquisa afanosa e sistemática de factos.

Por outro lado a instituição monárquica, com todo o peso secular da sua tradição começava a ser posta em causa por contestantes aguerridos que, ao mesmo

tempo que investiam com o trono, não deixavam de dirigir as suas invectivas assanhadas contra o altar.

Anti-metafísica, anti-monárquica, anti-católica, esta geração desembocava no positivismo, no republicanismo e no livre-pensamento. O que **anti-eram** conduziu pelo caminho do combate, ao que **foram**, mas não foi de pé para a mão, que os laivos marcados da tradição desapareceram da obra que deixaram atrás de si.

E, assim, a transitoriedade que nascia da ebulição das refregas, poluiu, em grande medida, o que na obra desta geração havia de permanente. O espírito polemizante que irrigava o trabalho dos escritores não foi capaz de impedir que este pendor para a disputa acalorada das ideias parasitasse e infectasse o espírito reflexivo de modo a impedir que os argumentos e, por vezes, os sofismas que eram a linguagem das contendas, soterrassem, em grande medida, o que de essencial existia na mensagem que tinham a transmitir.

É neste clima de estreloçada que surge na campina literária o jovem Alexandre da Conceição.

Nascido a 16 de Outubro de 1842, em Ilhavo, trazia consigo um estigma que pode estar na base de algumas das suas atitudes mais violentas e intempestivas.

Realmente, o poeta das «Alvoradas», era filho natural do Dr. Bernardino Simões da Conceição, médico partidista na vila, e de sua governanta Joana Marques de Carvalho que segue os caminhos de seu amo quando este se desloca para Pinhel a cujo partido médico concorrera, só regressando a Ilhavo quando este vem a constituir família legal casando com uma senhora daquela localidade.

Que a bastardia o tenha tocado interiormente, traumatizando-o na profundidade, é coisa que para ser avaliada não precisa de grande penetração psicológica. Na verdade a leitura atenta da sua obra, quer em verso, quer em prosa, revela, profusamente, a sua preo-

cupação hipervalorizadora do esforço individual do homem com postergação, concomitante, de todas as razões de sangue e de origem. «Super-compensação de interioridade voluntariamente corrigida», segundo a terminologia da Psicologia individual de Alfredo Adler, aparece testemunhada a miúdo, e nitidamente, na sua poesia «Pergaminhos».

Certo é que sempre o seu pai, exuberantemente, lhe deu o amparo de uma paternidade que o seguiu amorosamente.

Frequenta a Escola Politécnica do Porto onde obtém o seu diploma de engenheiro e naquela cidade foi companheiro de sonhos e boémia de Guilherme Braga, Custódio Duarte, Ernesto de Almeida, Dias de Oliveira e Pedro Lima na revista literária «Grinalda». Colabora activamente no tricentenário de Camões. Colabora, também, assiduamente, no «Século» de Magalhães Lima e é companheiro de lutas cívicas de Latino Coelho, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas, José Falcão e Augusto Rocha. Estes últimos — José Falcão e Augusto Rocha — viriam a apadrinhar o registo de seu filho Alexandre no primeiro registo civil efectuado na cidade de Coimbra.

O Dr. Emídio Garcia, filho do lente do mesmo nome, em carta dirigida a Feio Terenas refere-se-lhe nestes termos:

«A pleiade de homens insignes que acompanharam meu pai na fundação da «Associação Liberal de Coimbra» e do «Centro Republicano», era composta por Bernardino Machado, José Falcão, Augusto Rocha e Alexandre da Conceição, distintíssimo engenheiro e Poeta de raro merecimento que as novas gerações mal conhecem».

E Guilherme Braga definiu-o assim:

«Alexandre, o que vê na linha do horizonte
A luz que há-de dourar a mais humilde fronte
E que adora essa luz, como os índios o Sol».

Em volume deixou, apenas, Alexandre da Conceição o livro de poemas «Alvoradas» e um livro de prosa «Notas» que em subtítulo especifica o seu conteúdo ao esclarecer que se trata de «ensaios de crítica e literatura».

Em 1891, dois anos após a sua morte, um grupo de amigos, tendo à frente o Prof. Teófilo Braga, recolheu no seu espólio poético as poesias que publicaram sob o título de «Outonais». Muita coisa, porém, ficou perdida na efemeridade de publicações periódicas e, possivelmente, do mais lúcido e mais importante que a sua pena produziu. Como amostra da actividade literária do poeta Ilhavense, vou dar a indicação, que está longe de ser exaustiva, de algumas publicações onde

colaborou com mais ou menos assiduidade. De momento e que nos lembre, cooperou com os seus escritos na «Grinalda», na «Revista Literária» (1877), na «República das Letras» (1875), no «Protesto» (1875), no «Pirilampo» (1879), na «Evolução» (de que foi redactor) (1876), nas «Vespas e Mariposas» (1874), na «Pérola» (1877), largamente no «Século», etc., etc.

Mas a sua actividade literária vem a ser prejudicada pelo exercício absorvente da sua profissão de engenheiro que exerceu na Figueira da Foz e, sobretudo, em Viseu e em que se mostrou um profissional distinto, como o demonstrou em notável trabalho sobre Caminhos de Ferro que apresentou na Exposição Industrial de Coimbra de 1884.

Mas foi, com certeza, a sua polémica com Camilo o facto da sua vida literária que lhe deu mais relevo e projecção no futuro.

No número 2 de o «Século», em 5 de Janeiro de 1881, Alexandre da Conceição publicou, na secção «Biografia», uma Crítica à «Corja» do Gigante de Seide que dizia assim:

«Apareceu «A Corja» do Sr. Camilo Castelo Branco em continuação do «Eusébio Macário».

Ambos estes trabalhos literários têm por intuito confessado, lançar sobre a escola realista, de que é representante em Portugal o Sr. Eça de Queirós, todo o ridículo e todo o descrédito que as péssimas coisas e as péssimas acções merecem às consciências.

É deplorável que o Senhor Camilo Castelo Branco, cujo talento literário e cuja elevação artística são de primeira ordem, se tenha neste assunto deixado obcecar pelas suas pequenas vaidades de Seita, até ao ponto de ter do autor do «Primo Basílio» somente esta estreita compreensão: de que é, apenas, um romancista ridículo!»

E depois de variada consideração acrescenta:

«A Corja é como romance uma banalidade suja e como crítica do realismo um esgar grotesco e lastimoso».

A propósito da primeira parte do volume — «Poetas e Raças finas» — Alexandre da Conceição acrescenta:

«Até, porém, nesses estudos o Sr. Camilo Castelo Branco revela o seu velho azedume rabugento e opressivo contra os melhores talentos da moderna geração de escritores portugueses e, particularmente, contra o Sr. Teófilo Braga a quem nega toda a **autoridade moral.**»

E ajunta:

«Que o Sr. Teófilo Braga seja, por vezes, em assuntos de crítica histórica, um pouco fantasioso e preci-

pitado, que, como confessado positivista, esteja muitas vezes em contradição com a filosofia que diz professar, etc., etc.... é uma coisa.»

Foi o rastilho! De S. Miguel de Seide não se fez esperar a resposta enopada em sarcasmo:

«Dá-me vontade, depois desta sua aversão ao **sujo**, ao despeitorado, à desonestidade, à **Corja**, lembrar-lhe que se assine **Alexandre da Conceição Imaculada**.»

E a contenda prolongou-se num «dize-tu», «dizei eu» que, em crescendo, se vai avolumando em paroxismos de insultos, em espasmos de despejamento até, quase chegar, à linguagem obscena e à devassa da vida íntima.

Difícil era a alguém aguentar-se contra o estadulho de marmeleiro nodoso manobrado pela mão crispada de Camilo; impossível se tornava competir com o agudo sentido do ridículo e com a chalaça rude, e peninsular de cepa, do Gigante de Seide.

Da casa de São Miguel choviam as chufas mais cruéis sobre o poeta das «Alvoradas» que — é justo reconhecê-lo — se aguentava na refrega com uma firmeza de cerne.

O romancista do «Esqueleto» acariciava o seu antagonista «pedindo licença às bestas para lhe chamar Conceições» enquanto o escritor ilhavense, afinando pelo mesmo tom, proclamava:

«Acabou-se a palha com que a azémola das «Ribal-tas» tirou o ventre de misérias».

Caiu-se na epilepsia dos insultos e da linguagem desbragada, e os espíritos superiores e de opinião equânime não deixaram de deplorar esta lamentável contenda.

Teófilo Braga, por exemplo, refere-se nestes termos à controvérsia:

«A luta provocou interesse, mas era um espectáculo desolador ver espíritos com o poder de direcção desvairarem quase, até à obscenidade. Ambos ficaram mal; e ambos obedeciam à neurose de que foram vítimas. Camilo suicidou-se no desespero da doença. Alexandre da Conceição sucumbiu também a um esgotamento nervoso, uma forma de suicídio imposta pelo temperamento».

E o próprio Camilo Castelo Branco, em carta dirigida a Emílio Navarro, após a morte de Alexandre da Conceição, escreve:

«Creio que já ninguém se lembra hoje de Alexandre da Conceição falecido há 15 dias. Recordo-me eu, com saudade, porque a sinto dolorosamente desse tempo em que ele e eu, com grande gáudio das galerias, esgrimimos algumas frases insensatas, talvez aleivosas,

e de todo o ponto inúteis. Caímos ambos quase a um tempo nas trevas eternas,, mas ele mais feliz porque as não pode apalpar com os braços inertes cruzados sobre o peito.

Permita-me V. S.^a que eu lhe ofereça e ao seu jornal, esta bagatela que representa a reconciliação entre dois mortos.»

Esta carta, escrita em 24 de Outubro de 1889, remetia para publicar no jornal de Emílio Navarro, o soneto que a seguir se transcreve:

ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO

(Ao Senhor Conselheiro Emídio Navarro)

Bem me lembro que o vi na juventude,
Rosado pela aurora dessa idade.
Eram prismas de amor e de amizade
Os carmes do seu místico alaúde.

Sendo fatal que degenerere e mude
A crença e o afecto e o bem da mocidade
Sangraram-lhe o peito espinhos de vaidade
Nos arranques da brisa azeda e rude.

Mais tarde o encontrei. Já era um homem
Ralado por desgostos que o consomem
E põe na face um gesto acre e sereno;

Se o seu bondoso riso era apagado
Restava-lhe este honroso predicado:
Pregando o Socialismo era sincero.

E o próprio Silva Pinto, que na polémica tinha tomado aguerridamente partido ao lado do romancista do «Amor de Perdição», presta sentida homenagem, na imprensa do Porto, ao seu antagonista de outros tempos.

*
* *
*

Vida intensíssima de luta por ideais, a sua obra poética está adstrita a uma permanente posição de combate: de combate pela República e pelo Socialismo, e de combate contra a Igreja que é expresso num anti-clericalismo cuja acidez atinge, por vezes, paroxismos rábicos.

Numa pequena antologia que publicamos no fim destas considerações, procuraremos testemunhar este pendor do autor das «Outonais» que, profundamente poeta, não soube, ou não foi capaz de se eximir, ao circunstancial que lhe impregnou quase toda a produção com uma seiva polemizante.

A sua actividade profissional de engenheiro distintíssimo afastou, quase totalmente, Alexandre da Conceição das lides literárias porque, sendo pobre, a necessidade de sustentar a família o obrigou a uma existência pragmática de que algumas vezes se lamentava. Assim, numas quadras dedicadas à actriz Beatriz Rente, e deplorando de não poder assistir ao seu benefício escreve:

Beatriz, estou enquiçado
— vê lá tu o meu suplício —
inda este ano não me é dado
ir ver o teu benefício.

Há uma estrada na Beira
que me exige nesse dia
uns versos de **alvenaria**,
um soneto com **soleira**.

Uma segunda, esquisito!...
Vê lá tu se isto é possível,
pede-me estrofes de **nível**
e carmes... de **teodolito**.

Uma terceira... — Que tola,
imagina tu que estrada —
quer rimas de **bandeiriola**
e amor de **pedra britada**.

De modo que enquanto a côrte
te faz do aplauso tributos,
canto eu **musas de suporte**
e imortalizo **aquedutos**.

Enquanto Lisboa inteira
te aplaude a paga e o talento
eu apanho pela Beira
poemas de chuva e vento.

Pela tua estrada há flores
Pela minha há... **cantoneiros**;
Tu tens mil admiradores
Eu tenho alguns **empreiteiros**.

São diversos os ideais
que nos levam à vitória:
tu pela estrada da Glória,
Eu por **estradas ... reais**.

Da mesma forma, em Novembro de 1884, num soneto escrito no álbum de José Coelho da Motta Pregos lamenta-se:

«Tem-se-me a pouco e pouco ido apagando
A inspiração juvenil da poesia,
Como se apaga a clara luz do dia,
A medida que o sol nos vai deixando.

Hoje é noite cerrada e às vezes, quando
procuro pela sombra a fantasia,
encontro-a sempre inerte, morta e fria
branca Ofélia que as águas vão levando.

Pálido, fulminado, triste, absorto,
fico, então, como um pai junto de um berço
ao encontrar ali um filho morto.
Fechou-se-me o poema do Universo
nem ouço aquela voz, o meu conforto
que antigamente me falava em verso.

Tendo começado a sua actividade literária incorporado na fileira do Romantismo como em 1865 provou com a publicação do seu primeiro livro a que deu o título de «Alvoradas», Alexandre da Conceição virá a assentar praça nas lutas do realismo, de que viria a ser um defensor ofegante e um crítico entusiasta, ao mesmo tempo que, em matéria filosófica, opta pelo positivismo, arvorando Augusto Conte no pontífice do saber científico de que era devoto incondicional.

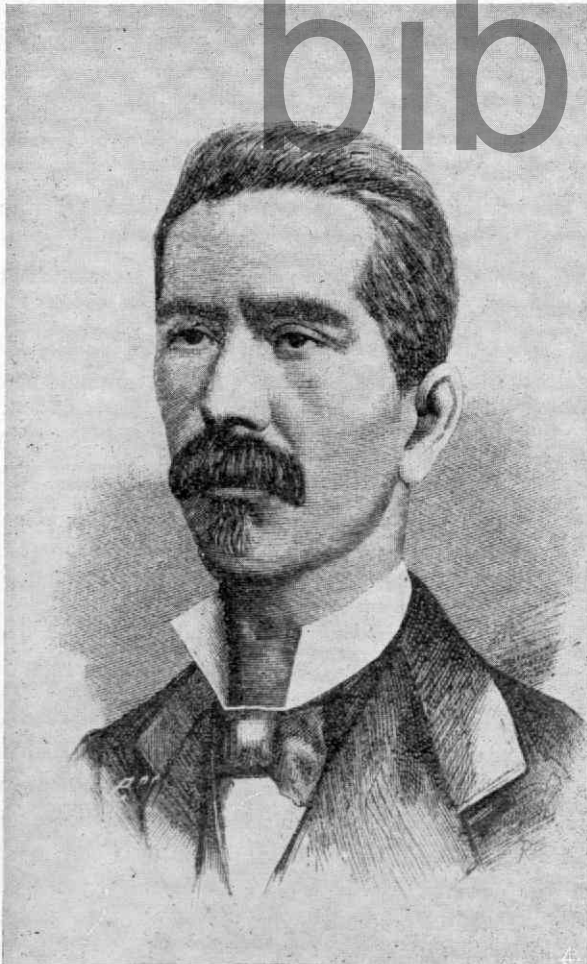
Datam desta conversão as suas diatribes iracundas contra o fenómeno religioso, designadamente contra o catolicismo, e particularmente contra o clero que ele considerava como o exército guardião das cisternas do obscurantismo. Antidogmático militante, é após esta mutação que surgem os seus poemas de combate mais exacerbado com a «Réplica a um Católico», «A um Padre», «Resposta a um Católico», «Cristo», «Os Jesuítas», etc., onde vibra um clarim de guerra e onde é fácil anotar algumas semelhanças com a acidez e a verrina do Junqueiro na «Velhice do Padre Eterno» publicada pela primeira vez em 1885, embora só em 1887 tenha aparecido refundida e acrescentada de modo a ficar como hoje a conhecemos.

Em 11 de Outubro de 1889, Alexandre da Conceição, exausto talvez de uma luta que não consentiu uma lacuna de ócio, fechou definitivamente os olhos na cidade de Viseu, onde desempenhava distintamente as funções de Director de Obras Públicas do Distrito. Provisoriamente inumado no jazigo do Conde de Prime, veio posteriormente a ser trasladado para campa rasa no cemitério daquela cidade, onde a ternura de suas filhas ergueu um mausoléu que assinala a nesga de chão que guarda os seus restos mortais.

Sumaríssima nota sobre a vida do escritor ilhavense, não se pretende neste escrito ir além de uma simples notícia que lembre um artista, hoje quase totalmente esquecido e que, sejam quais forem as limitações de que se cerque o seu contributo, deixou uma obra onde há muito que aproveitar e onde empunhou o facho do progresso e da mocidade com um **elan**, ainda agora, credor de homenagens.

A JOSÉ ESTEVÃO

Levava após de si — Orpheu da liberdade —
 No encanto da palavra o espirito e a vontade.
 Como um vento que leva as folhas d'um olmeiro.
 N'este homem tudo foi viril e verdadeiro:
 Onde existisse um erro, um despotismo, um crime,
 Lá estava aquella voz vibrante, audaz, sublime,
 A combatel-o em face a e erguer pelo direito
 — Missionario da luz — um culto em cada peito.
 A sua grande força, a sua inspiração
 Vinha-lhe toda a flux do immenso coração,
 Do forte coração altivo e generoso.
 Que nunca conheceu rancor victorioso.
 Tudo n'elle era grande: a palavra, o talento.
 A voz, o enthusiasmo, a fôrma, o pensamento.
 O culto do dever, o amor da liberdade.
 A indole leal e a simplicidade
 Do seu coração de ouro, ao qual toda a victoria
 Augmentava a bondade — esta suprema gloria.
 Politico de ideia, abominava a intriga
 — Cabala que transforma a politica em briga
 De egoismos brutaes. Character franco e aberto



Combatia de pé e a peito descoberto
 Despreoccupadamente. E assim em quanto os fracos,
 Os habeis, os subtis, os nullos e os velhacos
 Subiam em tropel a escada do poder,
 Elle ficava sempre em baixo a combater,
 Tranquillo, colossal, forte, sereno, austero,
 Como guerreiro antigo, ou como heroe de Homero.

Depois veio a justiça inflexível da historia
 E, envolvendo na luz da sua immensa gloria
 O simples combatente, o forte luctador,
 Ergueu-lhe um pedestal todo feito de amor,
 E amarrou ao escarneo — o pantheon dos fracos —
 Os habeis, os subtis, os nullos e os velhacos.

Figueira — abril de 1881.

N'UM TUMULO

Envolve-se a existencia em dois mysterios,
 Berço e campa — dois ovulos diversos —
 Dos berços faz-se o pó dos cemiterios,
 Das campas sae o pollen dos berços.

Mysterioso circulo da vida
 Que esmaga em cada giro uma alma, um ente,
 Que rasga em cada volta uma ferida,
 Que deixa em cada sulco uma semente.

1876.

PERGAMINHOS

Não me esmagam mulher os teus sorrisos;
 Eu tenho mais orgulho do que pensas
 E rio-me também;
 E' debalde que tentas humilhar-me,
 Porque eu ousa pensar — vê tu que insania! —
 Que tambem sou alguem.

Alguem que veio ao mundo sem familia,
 Um producto do acaso, um pária, um misero,
 Um engeitado enfim,
 Um sêr sem protecção das leis canonias,
 Filho sem pai no assumpto do baptismo,
 Mas um sêr, inda assim.

Levantou-me da estrada do infortunio
 Um homem que entendeu que um filho espurio
 Tem jus à protecção,
 Um homem que entendeu que é vil e infame
 Atirar para o lodo dos hospícios
 Uma alma em embryão.

E' que eu vi as premissas da victoria,
O applauso espontâneo dos estranhos
Incitar-me a seguir,
E' que eu via diante de meus passos
Rasgar-se ampla, infinita, luminosa
A estrada do porvir.

Se alguma cousa sou a mim o devo,
Ao meu trabalho honrado, ao meu estudo,
Ao amor de meus paes,
A' força de vontade, á intelligencia,
A' sociedade pouco, ás leis bem menos...
E a ti não devo mais.

E és tu que vens fallar-me em pergaminhos?
E és tu que vens fallar-me nas riquezas
Que o destino te deu?
Eu não troco os meus louros de poeta,
As conquistas do estudo e o meu futuro
Por tudo quanto é teu.

Não me compares pois á horda ignára
Que te adora os sorrisos pelo ouro...

Eu tenho coração,
Tenho por pergaminhos o trabalho,
Por thesouro a minha intelligencia
E a honra por brazão.

Nós, os homens que andamos procurando
A' luz do coração por este mundo
Os caminhos do bem,
Como trazemos alto o pensamento,
E a fronte erguida ao céu, temos orgulhos,
Bem vês, como ninguém.

Alexandre da Conceição

*
* *
*

O THOMÉ RONCA

O Thomé Ronca era um robusto pescador ilhavense, alto, musculoso, tranquillo e solidamente construído como um lutador romano. Tinha apenas vinte oito annos e era já arraes d'uma companha. Conquistára este logar proeminente entre duzentos companheiros de trabalho, por actos d'um heroísmo brutal e impertubável.

Thomé Ronca tinha a força muscular de um athleta e a coragem impassível d'um duellista. Nunca deixava de ir ao mar por mais ruim que elle estivesse, senão quando a sua companha se recusava terminantemente a segui-lo.

Tinha um syllogismo ácerca de naufrágios; não acreditava nelles, pela razão obvia de que, sendo o

barco de tabuas e não indo as tabuas ao fundo, é claro que não ia ao fundo o barco.

No inverno os pescadores de Ilhavo vão trabalhar para o Tejo, e, antes da abertura do caminho de ferro do norte, faziam a viagem a pé, em bandos, seguindo todo o littoral. Por occasião de uma d'essas viagens, O Thomé Ronca ao passar em Buarcos viu um barco desarvorado e sem governo a 400 ou 500 metros da costa, em riscos de se despedaçar contra os rochedos que o cabo Mondego manda para o mar como raizes d'uma arvore enorme, e sem que ninguém se atrevesse a accudir áquelles desgraçados, que faziam signaes de desespero e soltavam gritos afflictivos. Na praia ia uma confusão e um alarido indescriptiveis. Os homens praguejavam desordenadamente e as mulheres corriam desatinadas pela praia soltando gritos ululantes, que o vento e o forte sussurro das vagas confundiam e dispersavam no ar dando-lhes vibrações elegiacas e confrangentes.

Thomé Ronca aproximou-se do grupo mais numeroso dos homens com os olhos iluminados, e sentindo os arrepios sagrados do seu heroico entusiasmo de homem do mar, clamou como um trovão para o grupo:

Eh! almas do diabo! Então não ha ahi um raio do diabo que accuda áquella gente?

— Quem é que *lh*e ha-de accudir, com o mar que faz? perguntaram os do grupo assomados e em tom de desespero.

— Quem *lh*'ha-de acudir?... Accudo-*lh*e eu, já que vocês, seus almas do diabo, nem para fiar na roca servem.

E às ultimas palavras Thomé Ronca pegava na ponta d'uma corda, recommendava que *lh*'a fossem largando, e lançava-se ao mar com ella atravessada nos dentes.

Houve então dez minutos d'uma anciedade indescriptivel e oppressiva.

Na praia todo o alarido cessou como por encanto, e aquelles centenaes de olhos estavam fixos num ponto, que as vagas ora encobriam ora balouçavam no dorso encrespado, mas que se aproximava constantemente do barco perdido! As mulheres sentiam as crispções do entusiasmo religioso que as envolve na missa em dia de festa, quando os sons do órgão reboam como um coro de anjos pelas naves do templo, e aos homens parecia-lhes que o vento, que *lh*es revolvía os cabellos, *lh*es enchia o peito d'uma vida desconhecida e vigorosa.

A anciedade começava a ser afflictiva quando finalmente o Thomé Ronca, a alguns metros apenas do barco, atirou certo com a ponta da corda aos naufragos e continuou a nadar para elles. Na praia houve uma explosão triumphal de alegria e de entusiasmo. A's raparigas solteiras accudiu-lhes indistincta e confu-

samente à imaginação a idéa de se o Thomé Ronca seria casado, e os homens sentiram uns vagos ciúmes d'aquella intrepidez heroica.

O Thomé Ronca agarrou-se enfim ao barco, içou-se para dentro e d'ahi a instante fez sinal aos de terra para que puxassem.

Passados alguns minutos o barco estava varado na costa e salvos todo os tripulantes. O Thomé Ronca foi levado em triumpho até à primeira taberna, e ahi, depois de mudar de roupa, bebeu socegradamente um vintem de aguardente e sobre um bocado de brôa meia canada de vinho.

Ficou como um rei, e d'ahi a duas horas seguia viagem para Lisboa tão indifferente e humilde como qualquer dos seus descalços companheiros.

Quando chegou a Lisboa começava então a germinar no cerebro do sr. José Silvestre Ribeiro a grandiosa idéa, hoje realisada, da sociedade protectora dos animaes, nos quaes se não incluem os homens e particularmente os pescadores valentes.

D'outra vez o Thomé Ronca, já arraes, embirrou em querer ir ao mar, apesar da companhia offerecer resistência a isso por ver o mar muito picado. O Thomé Ronca conseguiu convence-los despejando sobre elles toda a casta de injurias grossas, chamando-lhes mulherengos e exhibindo em tom de mofa o seu argumento predilecto: que o barco era de tabuas e que as tabuas não iam ao fundo. Lançou-se o barco ao mar, com mil diabos, entre um praguejar e um berreiro infernal.

Sabe-se que os barcos da costa de Ilhavo não tem leme nem aparelho para vela. A direcção é dada ao barco pelas cordas da própria rede que elle leva dentro. Na ida para o mar a ponta de uma das cordas fica bem amarrada em terra, e o arraes, que vai em pé à popa do barco, desenrola a corda à medida que este vai avançando, dando voltas com ella na bica da ré, quando o quer aguentar contra o impulso das vagas ou para as esperar à distância conveniente. Percorrida a distancia medida por esta primeira corda, é a rede lançada ao mar, e, na volta para terra, é a segunda corda da rede, que serve, do mesmo modo que a primeira, de governo, tendo por ponto de apoio a propria rede, que fica ao largo e que só é começada a puxar depois que o barco está encalhado em terra. O trabalho do arraes, o mais melindroso e o de maior responsabilidade, consiste em dar a tempo as voltas com a corda na bica da ré, sustentando o barco ou deixando-o avançar pelo impulso dos remos, segundo as exigências da vaga.

Naquelle dia o Thomé Ronca descuidou-se um segundo, não reparou bem numa onda, e, julgando-a menos puxada, deu apenas uma volta na bica. A onda, porém, foi temerosa, ergueu o barco a uma altura

enorme, cavou-lhe à prôa um abysmo, para o qual o barco começou a resvalar, fazendo correr a lançada singela da bica.

O perigo era eminentissimo, porque a alguns metros de distancia erguia-se já outra vaga enorme, que reventaria como um dilúvio sobre o barco submergindo-o! O Thomé Ronca comprehendeu num lampejo o perigo da situação, agarrou a corda com toda a potência dos seus músculos de bronze, por já não ter tempo de dar segunda lançada, e sustentou o barco no declive! A corda ainda resvalou alguns centímetros, mas a onda quebrou um pouco à frente da prôa, passando fumegante de espuma por baixo do barco, que a galgou como uma gaivota, embalando-se-lhe no dorso arripiado e colerico. Estava passado o perigo e o barco continuou a avançar para o mar sem outro transtorno.

Transposta a **pancada** do mar o arraes pediu a um dos da companhia que fosse para a ré, e então viu-se o que sucedera: a corda, ao resvalar, quando o arraes com mais força a segurava, tinha-lhe levado a pelle das mãos; elle sentira a dôr cruciante da corda a morder-lhe as carnes em sangue, mas não contrahira um musculo da face, nem deixara afrouxar a corda um segundo, aliás estavam todos perdidos.

Nos estaleiros de Aveiro e de Ilhavo constroem-se uns barcos de fundo chato, muito apreciados dos pescadores do Tejo e que vão para ali por mar, carregados de sal ou de madeira, tripulados apenas por dois homens, que levam por unico instrumento nautico um relógio de sol de trinta réis. Chamam a estes barcos **enviadas**.

Um dia o Thomé Ronca, com o auxilio de algumas moedas que pediu emprestadas, comprou uma **enviada**, carregou-a de sal, arranjou um companheiro de viagem (o João Chinha, e deliberou levar o barco ao Tejo.

A **enviada** sahiu uma madrugada da **Malhada** de Ilhavo e dirigiu-se para a barra a fim de esperar ali a maré e vento favorável. Eram oito horas da manhã quando o Ronca e o Chinha chegaram ao **forte** da barra de Aveiro. A maré estava quasi em preamar, mas um vento fresco de oeste, ponteiro à barra, impedia a sahida da **enviada**, que só pode navegar para Lisboa com um bom vento norte. O Ronca ficou desesperado com o contratempo, mas deliberou esperar pelo vento, visto que não tinha outro remédio. O João Chinha notou porem que lhe tinha esquecido a almotolia com o azeite, tempero indispensavel a um pescador, e propoz ao arraes para ir a Ilhavo buscal-a numa carreira. O Thomé Ronca concordou e o Chinha partiu para Ilhavo a buscar o azeite.

Passada meia hora e quando a maré já começava a descer, o vento rodou para o norte, o Thomé Ronca meditou dois segundos no caso, rogou duas pragas pela

demora ao Chinha, que ainda não tinha tempo sequer de ter chegado a Ilhavo, esperou impaciente mais tres ou quatro minutos, e depois tranquilamente e resolutamente poz todas as couzas em ordem: amurou a vela, prendeu-lhe a ponta da escota, içou-a no mastro, collocou-se ao leme e sahio barra fóra, sósinho, caminho de Lisboa, onde aportava d'ahi a dois dias!

Quando o Chinha, às 10 horas, voltou à barra e soube que o arraes tinha sahido sósinho com a **enviada**, limitou-se a dizer, depois de dois segundos de pasmo:

—O raio do home quer dar cabo da **enviada**! Como diabo ha-de aquelle malvado governar-se sem azeite?

E voltou para Ilhavo, apprehensivo, meditando nas dificuldades em que o arraes se havia de ver... sem a almotolia!

Estes e outros actos de heroismo tranquillo e despretencioso formavam em volta do Thomé Ronca uma atmospha de inviolabilidade que o tornavam absolutamente respeitado e obedecido entre todos os pescadores da Costa Nova e particularmente entre os homens da sua companhia. Por mais accesa e descomposta que estivesse a alteração, ou mais travada a desordem, em chegando o Thomé Ronca todos se acomodavam, porque o Thomé pegava num homem pelo peito, agarrando-lhe só com uma das mãos a camisola, e atirava com elle pelo ar a dez passos de distancia deixando-o estatelado e sem accordo na areia.

Numa noute entrou elle numa taberna em Ilhavo para beber meio quartilho. Na taberna estavam uns oito ou nove pescadores da companhia do Gallo, que andava em rivalidade com a companhia Nova, de que o Ronca era arrais. O Thomé Ronca conheceu o perigo da situação, mas avançou tranquillamente para o mostrador da taberna pedindo meio quartilho. Entre os circunstantes estabeleceu-se um silencio ameaçador, cortado apenas por alguns monossyllabos duvidosos e aggressivos. A taberneira percebeu também o perigo, empallideceu e ficou sem coragem para ir tirar o vinho.

—Então você fica-se ahi pasmada, tia Maria? Dê-me cá meio quartilho, com um raio de diabos, praguejou o Ronca, senão tiro-o eu da barriga a estes bebados que você aqui tem.

A esta provocação os assistentes ergueram-se ameaçadores, e um d'elles foi fechar a porta da taberna, para alli esfaquearem o arraes. Este deu um salto de gamo para a porta, agarrou no homem que a fechara, atirou com elle como uma pella por cima do mostrador contra as pipas, tirou a chave da porta, mettev-a no bolso, sacou d'alli uma navalha, que deu tres estalos seccos e metalicos ao abrir-se e disse a sorrir-se como uma hyena para o grupo:

—Agora é que se vae ver quem são os homens. Vocês, seus malandros, sahem d'aqui quando me tirarem a chave do bolso, ou saio eu sósinho depois de os deixar ahi estendidos nesse chão, cosidos a facadas. Vamos a isto!

E à luz enfumada e oscilante da candeia, a navalha scintillava-lhe na mão direita fria, hirta e ameaçadora como a língua d'uma serpente.

Os da taberna pediram misericórdia, assegurando ao arraes que ninguem lhe queria fazer mal.

—Então para que fecharam a porta?

Ora fiquem sabendo que não são vocês que brincam comigo, e que a primeira vez que tornem a perder-me o respeito, eu migo-os a facadas, como quem miga sallada.

E sahio pela porta fóra tão tranquillo e direito como tinha entrado.

II

Esta natureza heroica e brutal tinha porem um domador: era a mulher, uma d'aquellas formosas mulheres d'Ilhavo, levemente morena, de cabellos pretos, olhos escuros e doces, dengosa e meiga, e tendo na voz, avelludada e clara, aquellas entonações rythmicas, peculiares a quasi todas as bellas populações da nossa costa maritima.

O arraes sentia pela mulher um d'estes amores, que o povo chama cegueiras, e que são com effeito a fascinação de todos os sentidos.

A mulher, com o superior instincto de todas as mulheres, tinha a consciencia d'este amor do marido, e sentindo-se como envolvida na atmospha protectora de uma paixão ampla e profunda, possuia a alegria communicativa e luminosa que nos dá a plenitude da vida.

Nos poucos dias que o mar ou o trabalho da companhia lhe permittiam ficar em casa, o Thomé Ronca é que encendia o lume, que lhe rachava a lenha, que não consentia à mulher o minimo serviço. Era elle que lhe ia buscar a agua á fonte e que lhe cosinhava a caldeirada. A mulher limitava-se a varrer a casa e a ralhar com fingida indignação ao marido por elle se se intrometter nestas cousas, que não eram da sua conta.

—Ora sempre és bem **confiado**, dizia a mulher ao arraes, tentando inutilmente tirar-lhe a caldeira das mãos. Quem vir isto ha de dizer que eu sou uma **mariola**, que até preciso que o homem me faça o comer. Vae-te d'aqui! Ora o enguiço!

—Chama ahi a visinhança a ver se tu e toda ella são capazes de me tirar a caldeira d'esta mão. Vae fiar na roca, que para pouco mais tens força. Olha a

aranha! Arreda-te d'aquí, senão metto-te dentro da caldeira e cosinho-te para o jantar como quem cosinha um carapau.

Havia porém uma pequena nuvem no ceo azul d'esta tranquilla felicidade domestica, nuvem que as circunstancias converteram em cerração e mais tarde em temporal desfeito. O arraes, ao contrário do que se dá na maioria dos homens do mar, tinha pelas cousas de religião uma indiferença olympica e por vezes agressiva. Não ia à missa nem se confessava; e quando por acaso a mulher o increpava por estas faltas, taxava os padres de **malandros** e a missa de geringonça. Radicaram-n'o neste voltairianismo inconsciente as patifarias de um padre que conhecera, ao tempo em que requestava a mulher com quem casara, e à qual esse padre ousára fazer no confessorio perguntas indecentes e propostas infames, que a noiva lhe contara por alto enrubecida de vergonha e de indignação.

O Thomé tinha querido logo d'alli ir esfaquear o padre; e foram percisos todos os rogos e todas as lagrimas da noiva para o padre ficar com as costellas direitas naquella dia.

Conservára, porem, um tal asco ao padre que o não podia vêr sem empallidecer, e um dia que o encontrou numa das ruas de Ilhavo em occasião em que a rua estava pouco concorrida, aproximara-se d'elle e dissera-lhe a tremer de raiva recalcada:

— Eh! seu padre Antonio! você sabe o que perguntou no confessorio a minha mulher, quando ella era ainda minha noiva. Para seu bem e meu peço-lhe que se livre de se encontrar commigo em sitio de geito, porque eu abro-o com uma navalha, como quem abre uma cavalla. Lembre-se d'isto, porque eu não quero pagar por bom um maroto como você é.

O padre já não ouvira as ultimas phrases d'este discurso pouco académico, porque, mal tinham expellido as primeiras palavras, o padre percebera immediatamente que o melhor era ir andando.

Não tinha inclinação para o martyrio este santo.

Em Arada, povoação a 5 kilometros ao norte de Ilhavo, appareceram um dia tres missionarios a resgatar as almas da perdição mundana à força de berros, de inépcias, de confissões, de rozarios, de livros, de missões e de **correias** de Santo Agostinho, outros tantos artigos de commercio rendoso, de que o fisco ainda não tomou conta.

A fama das virtudes dos missionarios e dos beneficios espirituaes das suas confissões correu por todas aquellas povoações com a rapidez d'um terror sagrado. A imaginação popular, a inextinguivel geradora do maravilhoso, creou em volta de cada missionario uma lenda mystica, cheia de doçuras celestiaes e de pro-

messas de salvação eterna. Aqueles **santinhos** alimentavam-se a pão e agua e dormiam vestidos sobre a terra fria, tendo por cabeceira uma pedra dura.

Um **livre pensador de Arada** averiguou o caso e soube que os missionarios dormiam, como cerdos repletos, em excellentes colchões de folhelho de milho na casa onde estavam hospedados, e que os seus jejuns se limitavam simplesmente e precisamente à abstinência da agua e do pão duro. O mais comiam tudo, desde o naco luzidio de toucinho indigesto até ao mais lourado peito de Perú e à mais saborosa perna de vitela mamôna. Beber é que só bebião vinho... Coitados, uns santos! Pelo menos era o que o povo, esta eterna besta mansa, acreditava.

A mulher do arraes, a instâncias d'um rancho de vizinhas, foi às missões de Arada num dia em que o Thomé tinha ido para a Costa Nova. E impressionada com a rethorica apoplética e com a gesticulação abundante e desordenada de um dos missionarios, pediu-lhe uma confissão geral, que, attenta a peregrina formusura da requerente, lhe foi logo concedida.

A mulher do arraes, entre outros peccados de menor tomo, confessou que o marido não ia à missa nem se confessava, e, fulminada de terror sagrado, ouviu o missionario negar-lhe a absolvição por viver em peccado mortal com um ímpio sem religião nem temor de Deus. À força de lagrimas e de rogos, conseguiu porém que o padre lhe deitasse a absolvição com a promessa formal e solemne de, ou converter o marido à santa religião, obrigando-o a ir à missa e a confessar-se, ou a separar-se d'elle para sempre.

Assegura-se aos ingénuos que estes factos, afóra as circunstancias do local, são perfeitamente authenticas.

Há por ahí uns sujeitos que, conscios das proprias necessidades, arvoram a religião em freio, e que hão de talvez acoimar-me de phantasiado e jacobino, dando como falsa e calumniosa a exigência do missionario. Neste ponto declaro que sou simplesmente e strictamente verdadeiro.

Mas vamos ao conto.

O leitor dispensa-me da discripção das scenas ora ridiculas ora tragicas, mas sempre deploraveis, que se deram d'ahi em diante entre o Thomé Ronca e a mulher. O arraes teve ao principio desconfianças de que a mulher estava doida, e começou a tracta-la com a paciencia carinhosa com que se tracta um doente caprichoso e querido; mas quando a viu apparecer-lhe um dia com os cabellos rapados e averiguou que tinha feito confissão geral aos missionarios, atinou logo com a causa da sua desgraça.

Pensou sombriamente no transtorno da sua vida de familia, na perturbação irremediavel do seu futuro, na perda d'aquelle amor da mulher que elle estremecia

como um louco, no constante martyrio que o aguardava d'alli em diante, e depois de cavar alguns dias, como um taciturno coveiro, nestas ideias, tomou uma resolução selvagem e brutal.

Um dia de madrugada disse à mulher que ia para o mar, vestiu-se socegradamente, considerou a mulher um instante com o coração repleto de lagrimas represas, deu-lhe um beijo rapido, que ella repelliu com um gesto de pejo e de terror, e sahiu pela porta fóra, mas em lugar de ir para a Costa Nova, tomou pelo caminho de Aveiro. Depois, já próximo de Aveiro, dirigiu-se para Arada, esperou à sahida da igreja o missionario que lhe confessara a mulher, e cujo nome previamente averiguára, e ali, deante de todo aquelle mulherio que beijava ao **santo** a fimbria da batina, numa explosão de raiva selvagem e de allucinação sanguinaria, deitou-se ao missionário e deu-lhe dezoito facadas no peito, na cara, nos braços, no ventre, por toda a parte onde o encontrou no furor da sua fascinação homicida,

e até que alguns homens, que acudiram ao berreiro descomposto e felino das beatas, o poderam desarmar e manietar.

D'ahi a um anno o Thomé Ronca sahía das cadeias da relação do Porto numa leva de presos para a Africa degradado por toda a vida.

A mulher, essa, meia idiota e meia allucinada, pede hoje esmola pelas portas, e quando lhe dão dinheiro gasta-o em agua-ardente, e, depois de embriagada, insulta os transeuntes e passa as noites a berrar pelas ruas obscenidades repugnantes.

O rapasio apedreja-a, e leva-a a um extraordinário ponto de irritação chamando-lhe em berros e em guinchos — **Sarabéca.**

Março — 1879.

Frederico de Moura

bibRIA

Egas Moniz e a Igreja Católica

Pelo Padre João Gonçalves Gaspar

A 5 de Outubro de 1910 — sabe-o qualquer jovem aluno que tenha terminado os estudos elementares da Escola Primária — proclamava-se em Portugal o Regime Republicano. Nesse dia e com esse facto, traçava-se no País uma linha marcante na nossa história: terminava a secular Monarquia e começava a incipiente República.

Campanha anti-religiosa

Apesar de, há vários anos, muitos políticos virem atacando a Igreja e as suas instituições, sem poupar diversas estruturas morais e tradicionais, os primeiros meses que se seguiram à revolução triunfante foram de expectativa nas altas esferas eclesásticas. Contudo, logo na tarde da vitória da Rotunda, um grupo descontrolado de energúmenos assaltava em Lisboa o Colégio de S. Vicente de Paulo e criminosamente assassinava dois sacerdotes lazaristas. E o novo Regime, embora proclamando-se defensor de todas as liberdades, anunciava-se, desde o princípio, como hostil à Religião e anti-clerical; restava saber até onde iriam os seus extremismos — o que se conheceria pela ulterior legislação.

Sucederam-se as leis e os decretos, por onde se foi antevendo a posição dos homens do Governo quanto às futuras relações com a Igreja. Põem-se em vigor as leis pombalinas e liberais, pelas quais são extintas as Ordens e as Congregações Religiosas, integrando-se os seus bens no património do Estado (8 de Outubro); é abolido o juramento com carácter religioso (18 de Outubro); suprime-se o ensino religioso nas escolas normais e primárias (22 de Outubro); extingue-se a Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra (23 de Outubro); manda-se que todos os dias, mesmo os dias santificados, sejam de trabalho, à excepção dos domingos (26 de Outubro); publica-se a **lei do divórcio**, atacando a família nos seus fundamentos (3 de Novembro); formulam-se as chamadas **leis da família**, em que o matrimónio passa a ser considerado como



contrato puramente civil (25 de Dezembro); decreta-se o **Código do Registo Civil**, onde também se põem entraves à acção espiritual dos Sacerdotes (18 de Fevereiro de 1911).

Como remate da obra de oposição à Igreja, anunciava-se para breve a promulgação duma **Lei da Separação entre o Estado e as Igrejas**, que viria definitivamente romper as relações multiseculares entre os dois poderes, mesmo sem esperar a convocação da Assembleia Constituinte. O Estado continuava, assim, a não

ser objectivo em face da população que governava, e era infiel ao mandato de que se devia sentir obrigado. Trinta anos mais tarde, o Dr. António de Oliveira Salazar diria, num outro contexto político: — «A primeira realidade que o Estado tem diante de si é a formação católica do povo português; a segunda é que a essência desta formação se traduz numa constante da sua história»⁽¹⁾. A isto não se atendeu nos primeiros anos da República.

Efectivamente, a 20 de Abril de 1911, foi ditatorialmente decretada pelo Governo Provisório a **Lei da Separação**, que iria entrar em vigor a 1 de Julho. Pretendendo estrangular a Igreja e ficar-lhe com os seus bens, ela continha disposições em grande parte agressivas a tradicionais hábitos e direitos da Religião Católica; mas, por outro lado, criou uma profunda e generalizada perturbação espiritual na maioria dos portugueses, e mesmo em bom número de republicanos.

O Dr. Afonso Costa — então Ministro da Justiça — que, a 24 de Abril, afirmava em Braga que o Catolicismo acabaria em Portugal em duas ou três gerações⁽²⁾, já havia feito «sensacionais declarações sobre a próxima **Lei da Separação**» na sessão magna do Grande Oriente Lusitano Unido, a 8 de Março: — «No regime de separação irá conhecendo pouco a pouco o povo que a Igreja é um grande polvo, que o há-de sugar por todas as formas, à medida que o orçamento for sendo aliviado das pensões vitalícias que, neste momento, são concedidas aos actuais serventuários da Igreja. Está admiravelmente preparado o povo para receber essa lei; e a acção da medida será tão salutar que, em duas gerações, Portugal terá eliminado completamente o Catolicismo, que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu. Assim Portugal se distinguirá entre todos os povos latinos da Europa e da América, dando-lhes o exemplo da liberdade»⁽³⁾.

Numa palavra, a actividade legislativa do Governo Provisório mostrou claramente uma preocupação laicizante e anti-religiosa.

Reacção católica

Entretanto, os Bispos portugueses não podiam calar-se ante os diplomas da República. Já a 24 de Dezembro de 1910 haviam assinado uma Pastoral Colectiva, divulgada dois meses mais tarde, que, não sendo um grito de revolta contra as novas Instituições — pois até prometiam obedecer aos poderes constituídos — era todavia um documento cheio de firmeza, escrito com elegância, dignidade e correcção. O Governo mandou-o apreender, proibindo a sua leitura nas igrejas, nas capelas e noutros lugares públicos, bem como a sua publicação em periódicos; os párocos desobedientes seriam detidos e processados e os jornais suprimidos. Houve

vexames a Bispos e Sacerdotes por terem corajosamente cumprido em consciência os seus deveres de homens da Igreja.

Após a promulgação da referida **Lei da Separação**, mais uma vez o Episcopado se dirigiu aos católicos portugueses, assinando e divulgando o chamado Protesto Colectivo. Aí se define aquele diploma com quatro palavras: injustiça, opressão, expoliação e ludíbrio. «A Religião Católica deixou de ser a Religião do Estado; não deixou, porém, de ser a do povo português» — afirma-se nesse documento.

A Santa Sé, por sua parte, foi também tomando uma atitude reservada ante aquilo que, mês a mês, se verificava.

Era Nuncio em Lisboa, desde Dezembro de 1906, Mons. Júlio Tonti, Arcebispo de Ancira. A 20 de Outubro de 1910, ao darem-se as primeiras amostras de anti-clericalismo oficial, retirou-se a caminho de Itália; ficava encarregado da Nunciatura o jovem sacerdote Mons. Bento Aloisi Masella, como representante officioso do Vaticano, que passou a corresponder-se com a Santa Sé por intermédio do Nuncio em Madrid.

Mons. Masella, que veio para Portugal em 1908 e cá se manteve até 1919, era um diplomata de boa formação, dotado duma inteligência esclarecida e duma vontade firme; soube sempre orientar e encorajar os Bispos em numerosas dificuldades, e informar fielmente a Santa Sé e dela receber directrizes para as transmitir. Nesses anos conturbados da nossa vida político-religiosa, granjeou a admiração de todo o Episcopado Português; mais tarde, cumprida a sua espinhosa missão, seria nomeado Nuncio noutras nações e, por fim, Cardeal da Igreja, vindo a falecer a 30 de Setembro de 1970.

Uma vez que, pelas primeiras disposições legais, o nosso Governo se mostrava anti-religioso, Mons. Júlio Tonti julgou melhor tomar aquela atitude: o abandono das suas funções; era praticamente o corte das relações diplomáticas entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

O Papa S. Pio X, que já a 15 de Março, em carta dirigida aos Bispos, se congratulava com eles pela publicação da Pastoral Colectiva, uma vez decretada a **Lei da Separação** houve por necessário divulgar uma encíclica sobre o caso português. Desta forma, a carta apostólica **Jamdudum in Lusitania**⁽⁴⁾, de 24 de Maio de 1911, consumava oficialmente aquele rompimento de relações, de que a República, pelo seu agir, tomara a iniciativa. Os Bispos dirigiram ao Santo Padre uma mensagem acerca dos dois documentos pontifícios, a qual muito os honra pela formal e inteira adesão à Santa Sé⁽⁵⁾.

Em Roma, o Encarregado de Negócios de Portugal terminaria as suas funções em Setembro desse ano.

Opinião de Egas Moniz

Conforme escreveu o Dr. Egas Moniz, «a separação do Estado da Igreja era uma aspiração de muitos liberais portugueses; mas não o era menos de uma grande parte dos católicos, sobretudo daqueles que, pensando pouco em interesses, aspiravam à sublimação das doutrinas cristãs. Daqui se conclui que uma lei que marcasse a diferenciação dos departamentos do Estado e da Igreja devia agradar à maior parte da população portuguesa. Bastava que fosse estabelecida em bases honradas e não houvesse o propósito de vexar fosse quem fosse. Todos se devem respeitar e, mais ainda do que os homens, se devem respeitar as crenças de cada um. Por isso, uma lei que houvesse de fazer-se em assunto de tanta monta, visto jogar com milhões de consciências portuguesas, tinha de ser ponderada e sem propósitos agressivos. Ora a **Lei da Separação** que foi publicada, embora fundamentalmente consignasse um princípio justo, vinha cheia de pequeninas agressões contra o clero, classe que merece ser respeitada como qualquer outra.

E foi pena que assim sucedesse — continua o insuspeito Dr. Egas Moniz — porque imediatamente o meio eclesiástico se manifestou contrário às disposições que o vexavam e a população católica do País não viu com bons olhos os exageros da lei» (6).

Entretanto, a aplicação do **Código do Registo Civil**, que começara a vigorar a 1 de Abril de 1911, punha obstáculos ao livre exercício do múnus pastoral dos Párocos; as **culturais**, fomentadas e dirigidas pelos governantes, eram condenadas como associações cismáticas a intrometerem-se na vida da Igreja; o Clero rejeitava as pensões que se lhe ofereciam em condições humilhantes, apesar de ficar reduzido a uma vida económica incerta e deficiente, preferindo sacrificar o seu bem-estar à liberdade da sua consciência e da sua acção espiritual; arrolavam-se os bens móveis e imóveis da Igreja; perseguiam-se e desterravam-se Bispos e Sacerdotes; proibia-se o uso dos hábitos talares na via pública; praticavam-se sacrilégios com o aprazimento da Autoridade; não se permitia o ensino religioso não só nas escolas oficiais mas ainda nas particulares.

No meio de todas estas e de outras violências, nota-se também um intenso e salutar ressurgimento cristão; aparecem católicos sinceros e destemidos, prontos a defenderem os direitos da Igreja. São eles que, no próprio Parlamento, se levantam corajosamente em nome da liberdade religiosa, apesar das apóstrofes e das ameaças. Revela-se uma novidade política nas eleições de 13 de Junho de 1915: em alguns círculos são propostos deputados do partido católico — **O Centro**

Católico; o Dr. António Augusto de Castro Meireles, mais tarde Bispo do Porto, tomava lugar no Parlamento, fazendo ouvir várias vezes a sua voz.

Um novo clima

A partir de 1914, começa a fazer parte do programa de certos Ministérios a necessidade de se rever a **Lei da Separação** — o que, quando se tenta, provoca acesas discussões entre os deputados; mas... tudo vai ficando na mesma. Tanta desorientação política e social faz com que o Dr. António José de Almeida, futuro Presidente da República, reconhecesse em Março de 1916 a tremenda realidade: — «A Pátria está em perigo» (7). Quando se arrepiaria caminho e se começaria a rever a governação pública, dentro da realidade portuguesa?...

Cedo os políticos portugueses verificaram que a interrupção das relações diplomáticas com o Vaticano constituía um erro grave a que se tornava urgente dar remédio, uma vez que a população portuguesa era essencialmente católica; e — como afirma o Dr. Egas Moniz — «a República não diminuiu esse espírito religioso; pelo contrário, avigorou-o», porque «as Religiões não se extinguem ao sabor dos estadistas» (8).

Em 1917, o Chefe de Estado, que era o Dr. Bernardino Machado, tentava o reatamento dessas relações diplomáticas; mas tais diligências efectuadas em Roma foram então infrutíferas, por falta de entendimento entre as partes, senão mesmo por insuficiência de tacto. Nessa ocasião, ante a recente expoliação dos bens da Igreja e a constante perseguição de que foram vítimas os Bispos, os Sacerdotes e os católicos, a Santa Sé apresentava bases de acordo deveras exigentes.

Mas já se haviam começado a abrir caminhos novos ao Catolicismo em Portugal; preparava-se uma Igreja liberta das peias e das prepotências do Estado, onde o Clero deixasse de ser uma das categorias de funcionários públicos à mercê dos governantes políticos. A Revolução Republicana trouxe sem dúvida horas amargas, mas — forçoso é reconhecê-lo — marca também um ponto de partida para uma tomada de consciência da Igreja em Portugal; mais uma vez, Deus escreve direito por linhas tortas: homens sem paixões partidárias pensavam com o Dr. António Lino Neto que dizia, ao escrever ao Bispo de Portalegre a 19 de Setembro de 1917: — «Quanto a perseguições a Prelados, espero que não continuarão; e as que se fizeram recentemente aos Srs. Patriarca e Bispo do Porto redundaram em benefício do prestígio e força da Igreja em Portugal» (9).

Entretanto, em Dezembro deste ano, após uma revolução triunfante, o Dr. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais tornou-se o Presidente da República Portuguesa. Da orientação do seu Governo fez parte, desde

logo, o uso da máxima tolerância tanto no campo político como no campo religioso. As principais disposições de excepção consignadas na **Lei da Separação** foram abolidas e a consciência católica era libertada de embaraços injustos. Enveredando por novo caminho no sentido de reintegrar o País nas suas tradições, o Dr. Sidónio Pais pôs termo à perseguição religiosa, tranquilizou a consciência nacional, anulou os castigos infligidos a membros do Clero, declarou sem efeito a pena de interdição de residência imposta aos ministros da Religião e aboliu várias outras prescrições vexatórias. Mas não só: prestou também justiça aos capelães militares, reconhecendo como útil e válida a assistência religiosa em campanha e alargando o seu raio de acção; assistiu oficialmente a cerimónias religiosas, com a presença dos Ministros do Governo e do Corpo Diplomático. Tantas e tão oportunas providências, tomadas num curto espaço de tempo, obtiveram-lhe as simpatias da população católica — a grande maioria da Nação — e criaram-lhe um ambiente internacional, propício ao Regime.

Pouco antes da revolução de Dezembro fundou-se também um novo partido — **O Centrisimo** — para o qual trabalhou activamente o Dr. Egas Moniz. No programa de acção deste movimento inseria-se a liberdade dos cultos e, mantendo-se embora a separação do Estado da Igreja, concedia-se aos sacerdotes seculares as regalias de cidadãos portugueses; além disso, julgava-se necessário reatar as relações diplomáticas com a Santa Sé e celebrar uma **Concordata de Separação**, para pacificação dos espíritos.

Foi dentro destes princípios que o Dr. Sidónio Pais, «inteligente e tolerante como todos os homens verdadeiramente superiores»⁽¹⁰⁾, procurou governar, como estadista fiel ao sentimento popular; passou como um meteoro, vítima das paixões políticas, mas «foi uma individualidade marcante»⁽¹¹⁾. Como escreveu Cunha e Costa, «aos que o acusam de não ter feito tudo, diremos simplesmente que fez o bastante para que lhe tirassem a vida»⁽¹²⁾. Morto violentamente a 14 de Dezembro de 1918, dele afirma ainda o mesmo autor: — «O culto recatado da sua memória é maior do que o aplauso ruidoso da sua vida»⁽¹³⁾.

Egas Moniz — Embaixador em Madrid

Nesta ocasião, aparece-nos na órbita dos políticos governamentais o nosso conterrâneo, Dr. António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz⁽¹⁴⁾.

Escolhido pelo Dr. Sidónio Pais para Embaixador de Portugal junto da Corte Espanhola, o Dr. Egas Moniz seguiu para Madrid em princípios de Março de 1918; Afonso XIII recebeu as suas cartas credenciais a 16 desse mês e, dias depois, o novo Ministro era convidado

a assistir à abertura solene das Câmaras. A Espanha reconhecia assim, embora de forma implícita, o novo Governo da República Portuguesa.

O Dr. Egas Moniz intentou logo concretizar a parte do ideário do seu partido e do Governo Sidonista, em que se consignava o reatamento das relações com a Santa Sé; é que «os políticos que têm programas a realizar devem procurar efectivá-los, sempre que se lhes proporcione ensejo»⁽¹⁵⁾. Esperavam-no trabalhos e preocupações, mas alcançaria com satisfação o fim almejado; era ocasião de pôr à prova uma vontade bem vertebrada e pertinaz, que facilmente não cedia ou não quebrava ante dificuldades, mesmo as maiores, e muito menos ante oposições que se julgassem inoportunas ou sem fundamento.

Era então Nuncio em Madrid Mons. Francesco Ragonesi, «alta individualidade da diplomacia do Vaticano»⁽¹⁶⁾. É o próprio Dr. Egas Moniz que nos dá conta das tentativas efectuadas.

«Assim, logo que cheguei a Madrid, e feita a **tournée** das visitas ao Corpo Diplomático, pedi ao Sr. Arenas de Lima, Conselheiro da Legação em Madrid, para procurar o Sr. Nuncio e lhe dizer, em ar de conversação, que o novo Ministro de Portugal tinha inscrito no programa do seu partido a necessidade do reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé. A diligência foi feita num dos primeiros domingos de Março, antes mesmo de apresentar as minhas credenciais ao Monarca Espanhol.

Passou-se bastante tempo. Em 15 de Maio o Sr. Nuncio pediu ao Sr. Arenas de Lima que me solicitasse uma audiência.

Como se se tratasse do Decano da Corpo Diplomático, imediatamente me ofereci para ir à Nunciatura, para o que foi pedida a indicação de dia e hora.

A entrevista realizou-se no dia 16, pela tarde»⁽¹⁷⁾.

Egas Moniz e Mons. Ragonesi

Mons. Ragonesi, que causou ao nosso Embaixador «a impressão de homem muito inteligente e com boa visão das coisas, sem intolerâncias excessivas»⁽¹⁸⁾, recebeu-o com afabilidade. Comunicou-lhe que o Cardeal Vicente Vannutelli, antigo Nuncio junto da Corte Portuguesa entre 1883 e 1891, tomara a iniciativa de fundar, com a vultosa soma de trezentos mil francos, seis bolsas de estudo a favor de estudantes portugueses que, destinando-se à vida eclesiástica, frequentassem cursos em Roma; por isso, dizia ter necessidade de se deslocar a Lisboa para se avistar com o Cardeal Patriarca, D. António Mendes Belo, mesmo que tivesse de ir incógnito, sujeitando-se também às condições que lhe fossem indicadas.

No decorrer da entrevista, Mons. Ragonesi foi dizendo: — «Sua Santidade vê com muito agrado o actual Governo da República Portuguesa».

O Nuncio pretendeu ainda saber qual a orientação política do País em matéria religiosa, ao que o Dr. Egas Moniz respondeu, apontando o que ultimamente já havia sido feito. O Diplomata da Santa Sé afirmou categoricamente que «à Igreja nada interessavam as formas de Governo e, pelo que respeita a Portugal, desejava apenas que se mantivesse a República tolerante que hoje temos e que, em seu entender, trará grandes vantagens para o nosso País».

Finalmente, veio a pergunta focal da audiência, lançada por Mons. Ragonesi, porque o ambiente de diálogo e de cordialidade entre os dois estava criado:

— «Que diz V. Ex.^a sobre o reatamento das relações diplomáticas da República Portuguesa com a Santa Sé? A própria Inglaterra, que é um Estado na sua maioria protestante, transigiu em ter representação diplomática junto do Vaticano. A República Portuguesa tem por certo vantagem em reatar as suas relações com Roma Papal. Esse passo reconciliaria de vez com o Regime todos os bons católicos. Consta-me que V. Ex.^a defendeu, como político português, a aproximação com o Vaticano. Em Portugal há alguma corrente nesse sentido?»

A esta questão respondeu prudentemente o Dr. Egas Moniz: — «Neste momento o político desapareceu. Perante V. Ex.^a está apenas o Delegado do Governo Português e, em seu nome, não posso fazer afirmações a tal respeito». Ainda o informou da sua maneira de ver pessoal, que não era uma opinião isolada; «mas — disse — o Governo do meu País é que tem de julgar e decidir sobre a questão».

Por fim, para «desviar a insistência com que o Sr. Nuncio procurava sondar uma opinião que eu, ao certo, não conhecia nem estava autorizado a revelar, mesmo que a conhecesse», o Dr. Egas Moniz prometeu transmitir para Lisboa, embora resumidamente, os termos e a sequência da entrevista; ao mesmo tempo iria solicitar as necessárias instruções para a atitude que devia tomar, tanto sobre este importantíssimo ponto da conferência como sobre a hipotética viagem do Nuncio a Lisboa⁽¹⁹⁾.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Espírito Santo Lima, respondeu imediatamente que Mons. Ragonesi podia deslocar-se a Portugal, quando entendesse, e não necessitava de viajar incógnito, pois era «um diplomata da mais alta categoria, recebido numa nação amiga», onde representava Bento XV, o Chefe da Igreja Católica, «cuja subidíssima autoridade moral o Governo da República não desconhece». O Ministro aconselhava finalmente o Dr. Egas Moniz a prosseguir no diálogo

encetado com o Nuncio, em ordem ao possível reatamento das relações. «Farece-me — dizia — que temos vantagem em ouvir e perguntar, mais do que em responder e nos pronunciarmos»⁽²⁰⁾.

Diálogo franco entre o Embaixador e o Nuncio

Em face do bom acolhimento do Governo, o nosso Embaixador decidiu-se, pois, «a seguir com prudência, mas também com decisão, no sentido desejado»⁽²¹⁾. E o Dr. Egas Moniz, em vez de responder à pergunta formulada pelo Nuncio na anterior conferência, punha ele próprio a Mons. Ragonesi, com toda a clareza, a seguinte questão: — «Convinha ao Vaticano que as relações diplomáticas com Portugal se restabelecessem?»

Diante da pronta resposta afirmativa, o Ministro declarou também que Portugal lucraria com o seu reatamento⁽²²⁾.

As comunicações entre Madrid e Lisboa sucedem-se; os avisos do Governo Português ao seu Representante são sempre de prudência, «visto ter de tratar com diplomatas tão destros e experimentados como os do Vaticano»⁽²³⁾.

Nas audiências finais, o Dr. Egas Moniz e Mons. Francesco Ragonesi concordaram nos pontos seguintes:

1 — O Nuncio deslocar-se-ia a Lisboa, quando e como desejasse, para regulamentar o assunto das bolsas Vannutelli.

2 — O Nuncio também conversaria em Portugal com Mons. Bento Aloisi Masella — o representante oficioso do Vaticano em Lisboa — que se correspondia com a Cúria Romana por seu intermédio, mas que não conhecia pessoalmente.

3 — O Nuncio iria a Lisboa afirmar ao Cardeal Patriarca e aos Bispos portugueses que a Santa Sé estimaria que os católicos se juntassem em torno da presente situação política republicana, trabalhando por melhorar o Regime e dando-lhe o apoio sincero e leal; ia-se ao ponto de assim aconselhar a própria colaboração e o próprio auxílio ao Governo constituído, que não apenas o que Leão XIII determinara aos católicos franceses: — «Aceitai a República, isto é, o poder constituído e existente entre vós; respeitai-a e sede-lhe submissos, como representando o poder vindo de Deus»⁽²⁴⁾. Mas, como dizia o Diplomata Pontifício, «a Igreja não pretende tirar do acatamento e respeito pelas instituições vigentes quaisquer vantagens para si; mais: não deseja tirá-las da recomendação que vai fazer aos Prelados portugueses para que os católicos defendam as actuais Instituições».

4 — O Nuncio acedia em fazer uma declaração pública, na qual, segundo o desejo do nosso Governo, a Santa Sé informasse o País de que era sua a iniciativa do restabelecimento das relações diplomáticas.

5—O Nuncio teria ainda uma audiência com o Presidente da República Portuguesa, a que se seguiria a distribuição à Imprensa duma nota, previamente estudada e redigida em Madrid, depois de trabalhoso diálogo, e sancionada por Lisboa⁽²⁵⁾.

A 23 de Junho de 1918, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, escrevendo ao Dr. Egas Moniz, congratulava-se pelo bom resultado das diligências efectuadas e informava: — «Visto a situação estar bem definida, o Sr. Nuncio poderia vir desde já a Lisboa e pedir imediatamente audiência de cumprimento a Sua Ex.^a o Sr. Presidente da República, que o receberia ostensivamente com todas as marcas de deferência devidas à sua posição».

A 25, o mesmo Ministro, em novo ofício, acrescentava que o último relatório do Dr. Egas Moniz fora lido em Conselho de Ministros e que a solução tivera o máximo assentimento⁽²⁶⁾. Quando o nosso embaixador recebeu esta alegre comunicação, já Mons. Ragonesi se encontrava em Lisboa.

Mons. Francesco Ragonesi em Lisboa

Efectivamente, no dia 26 de Junho chegava a Lisboa Mons. Ragonesi, hospedando-se no antigo palácio da Nunciatura Apostólica, e iria rapidamente cumprir com felicidade todo o programa traçado; acompanhava-o Mons. Cicognani, Secretário da Nunciatura de Madrid. Graças aos porfiados esforços do Dr. Egas Moniz, estavam prestes a ser reatadas as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, depois de mais de sete anos de rompimento.

Logo a 27, o Diplomata encontrava-se com o Dr. Sidónio Pais; os jornais do dia imediato, ao darem a notícia do evento, publicavam a seguinte nota: — «O Sr. Nuncio declarou ao Sr. Presidente que a Santa Sé segue com primoroso interesse os acontecimentos de Portugal e deseja ardentemente o seguimento da política de reconciliação dos espíritos, que está nos propósitos e orientação do actual Governo. Essa reconciliação será a base dum maior e mais esplêndido futuro da República. As recentes modificações feitas por este Governo à **Lei da Separação** marcam já um grande passo para esta pacificação»⁽²⁷⁾.

Mons. Ragonesi demorou-se em Portugal durante o mês de Julho para falar aos nossos Bispos e para tratar da regulamentação das bolsas de estudo.

Reatamento das Relações com a Santa Sé

Finalmente, o **Diário do Governo**, de 10 de Julho, inseria o Decreto n.º 4558, com data do dia antecedente, assinado pelo Presidente da República e por todos os

Secretários de Estado, pelo qual se restabelecia a Legação de Portugal junto do Vaticano e se revogava toda a legislação contrária. A 13 do mesmo mês, a Santa Sé nomeava Mons. Aquiles Locatelli, Arcebispo de Tessalónica e Internuncio em Bruxelas, como Nuncio Apostólico em Portugal⁽²⁸⁾; estaria em Lisboa a 16 de Abril seguinte, entregando as cartas credenciais a 26.

Na sequência dos factos, o Santo Padre Bento XV, imitando o gesto do seu predecessor Leão XIII, a 18 de Dezembro de 1919 escreveu aos Bispos portugueses: — «Alimentamos em primeiro lugar a grande esperança de que todos, sejam clérigos ou leigos, nos quais é sincero e forte o amor da Pátria, a ninguém cedam o lugar em contribuir para a paz e a concórdia dos cidadãos. E, porque a Igreja não conhece facções, pois é evidente que não deve servir partidos políticos, é próprio dela exortar os fiéis a obedecer aos que estão no poder, qualquer que seja a forma de Governo constituído. Destes depende, efectivamente, o bem comum, e este é, na verdade, conforme a vontade de Deus, a lei suprema da sociedade. (...)»

Seguindo, portanto, a doutrina e o costume da Igreja, que tem relações de amizade com Governos de várias formas, e considerando que recentemente se reataram as mútuas relações com a República Portuguesa, pedimos aos católicos que se submetam com ânimo sincero à forma de Governo agora constituído e que aceitem aqueles ofícios públicos que lhes forem oferecidos com vantagem comum para a Religião e para a Pátria.

Fazendo esta exortação, (...) confiamos que o Governo Português deixará à Igreja plena liberdade e o completo uso de direitos sagrados, para que lhe seja dado exercer com a maior vantagem a sua divina missão. E será do vosso dever, Veneráveis Irmãos, persuadir o clero e os fiéis que, pondo a Igreja acima de questiúnculas e partidos, estejam unidos para totalmente lhe defender os direitos; assim contribuirão também para o incremento e a prosperidade da Pátria Portuguesa»⁽²⁹⁾.

Estas relações amistosas entre a Santa Sé e a República tornar-se-iam ainda mais estreitas com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário, a 7 de Maio de 1940; a Igreja seria reconhecida tal qual é, sem a menor diminuição dos direitos dos cidadãos que não lhe pertencem. Continuará a separação dos dois poderes, embora colaborando entre si, «para a paz e maior bem da Igreja e do Estado»⁽³⁰⁾.

O Dr. Egas Moniz que, regressando de Madrid, havia chegado a Lisboa a 12 de Julho de 1918, cumprira brilhantemente o seu dever e desempenhara com escrupulo mais esta missão, prestigiara o nome da sua Pátria e realizara uma grande tarefa a favor da Nação e um grande acto diplomático para a República. Os

católicos portugueses ficaram a dever ao antigo aluno dos Jesuítas, em S. Fiel, o assinalado serviço daquelas negociações, pois ele, pelo seu carácter firme, pela sua inteligência esclarecida, pela sua cultura extraordinária, pela sua educação esmerada e pelo seu civismo mais puro, apesar de não ser diplomata de carreira, soube atrair o bom acolhimento de Mons. Ragonesi, que nele, desde o princípio, depositou absoluta confiança⁽³¹⁾. Até alguns dos seus próprios adversários políticos lhe prestaram justas homenagens «por tão relevante serviço prestado ao País»⁽³²⁾. É que ele não era um cientista ou um sábio divorciado da vida ou do mundo que o rodeava: se tomasse essa atitude, sentir-se-ia constrangido ou diminuído. Procurou, ao contrário, integrar-se no seu meio, viver a fundo os problemas humanos e ajudar a dar-lhes soluções.

O Dr. Egas Moniz, todavia, reconhecendo as qualidades do Nuncio Apostólico em Madrid, deixou escrito:

— «Devo, porém, dizer, da maneira mais peremptória, que as honras desta obra diplomática se devem especialmente às notabilíssimas qualidades de Mons. Ragonesi, à sua tolerância, ao seu tacto, à sua visão dos acontecimentos»⁽³³⁾.

Posteriormente, decorridos cerca de vinte anos, quando a Santa Sé pensou em transferir a Nunciatura para outro edifício mais acomodado, foi ainda o mesmo Dr. Egas Moniz que, não escondendo o seu aprazimento por continuar a ser útil à Igreja, lhe vendeu o seu palácio, na Avenida de Luís Bivar.

NOTAS:

- (1) — Salazar, Discurso na Assembleia Nacional, proferido a 26 de Maio de 1940, a propósito da assinatura da Concordata e do Acordo Missionário.
- (2) — Afonso Costa, Discurso proferido em Braga a 24 de Abril de 1911.
- (3) — *O Tempo* (jornal), de 26 de Março de 1911, que relata aquela sessão.
- (4) — *Acta Apostolicae Sedis* (Órgão oficial da Santa Sé), Ano III, 31 de Maio de 1911, pgs. 217-224.
- (5) — *Voz da Verdade*, n.º 36, de 7 de Setembro de 1911.

- (6) — Egas Moniz, *UM ANO DE POLÍTICA*, Lisboa, 1919; pgs. 110-111.
- (7) — António José de Almeida, Declaração Ministerial de 16 de Março de 1916.
- (8) — Egas Moniz, ob. cit., pg. 113.
- (9) — Mons. Jerónimo de Alcântara Guerreiro, MONS. ALOISI-MASELLA E O ARCEBISPO DE ÉVORA D. AUGUSTO EDUARDO NUNES, Évora, 1968, pgs. 98-99.
- (10) — Cunha e Costa, *A EGREJA CATHOLICA E SIDONIO PAES*, Coimbra, 1921, pg. 55.
- (11) — Egas Moniz, ob. cit., pg. 87.
- (12) — Cunha e Costa, ob. cit., pg. 55.
- (13) — *Ib.*, pg. 5.
- (14) — O resumo biográfico do Dr. Egas Moniz é o seguinte, conforme consta da *Bibliografia Científica e Literária de Egas Moniz*, Edição do Centro de Estudos Egas Moniz, 1963:

Nasceu em Avanca, do concelho de Estarreja, a 29 de Novembro de 1874; fez a instrução primária numa escola de Pardilhó, do mesmo concelho; cursou os estudos liceais no Colégio de S. Fiel, dos Jesuítas, e, o último ano, no Liceu de Viseu; após os Preparatórios de Medicina, em Coimbra, desde 1891, matriculou-se em 1894 na Faculdade de Medicina; terminado o curso em 1899, doutorou-se em Medicina a 14 de Julho de 1902; de 1903 a 1911 foi professor da mesma Faculdade de Medicina, em Coimbra (Anatomia, Histologia e, mais tarde, Patologia Geral), sendo transferido para a Faculdade de Medicina de Lisboa em 1911, onde ocupou a cadeira de Neurologia, então criada; jubilou-se em 1944, por ter atingido o limite de idade. Tornou-se mundialmente conhecido pela descoberta da angiografia cerebral e da leucotomia pré-frontal, o que abriu novos processos no tratamento de doenças mentais; por isso, em 1949, foi-lhe merecidamente atribuído o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia. Faleceu em Lisboa a 13 de Dezembro de 1955.

Na sua actividade política foi também deputado em várias legislaturas, na vigência tanto do antigo Regime Monárquico como da República Democrática.

(Vd. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XXXV, Aveiro, 1939, pg. 197, nota 1).

- (15) — Egas Moniz, ob. cit., pg. 114.
- (16) — *Ib.*, pg. 115.
- (17) — *Ib.*, pg. 115.
- (18) — *Ib.*, pg. 116.
- (19) — *Ib.*, pgs. 116-120.
- (20) — *Ib.*, pg. 121.
- (21) — *Ib.*, pg. 125.
- (22) — *Ib.*, pg. 125.
- (23) — *Ib.*, pg. 126.
- (24) — *Leão XIII*; transcrito na Carta-Encíclica de 3 de Maio de 1892, dirigida aos católicos franceses.
- (25) — Egas Moniz, ob. cit., págs. 128-136.
- (26) — *Ib.*, pg. 138.
- (27) — Cit. por Mons. José Augusto Ferreira, *FASTOS EPISCOPALES DA IGREJA PRIMACIAL DE BRAGA* — IV, Braga, 1935, pg. 435.
- (28) — *Acta Apostolicae Sedis*, cit., Ano X, 1 de Agosto de 1918, pg. 349.
- (29) — *Revista cit.*, Ano XII, 2 de Fevereiro de 1920, pgs. 32-33.
- (30) — Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, de 7 de Maio de 1940, Introdução.
- (31) — *Jornal da Tarde*, de 13 de Julho de 1918.
- (32) — *O Dia* (jornal diário), de 9 de Julho de 1918.
- (33) — Egas Moniz, ob. cit., pg. 140.

Imprensa Periódica da Vila e Concelho da Feira

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras — Secção de Ciências Histórico-Geográficas, pela Universidade de Coimbra

(Continuação do n.º 9)

B

PAROQUIAIS

Poucos são os jornais desta natureza nas trinta e uma paróquias deste concelho da Feira: apenas os encontrei nas de Argoncilhe, Milheirós de Poiares, Mosteirô e S. João de Vêr.

São poucos, mas muito interessantes.

Com excepção do de Argoncilhe (O Abraço), que foi número único, os demais são periódicos: só existe o de Milheirós de Poiares, juntamente com Macinhata da Seixa e Pindelo, do concelho de Oliveira de Aze-meis — «Vida Nova.»

Aos reverendos párocos que fizeram o favor de me ajudar com as suas informações, protesto o meu reconhecimento.

22

MOSTEIRÔ

O primeiro número saiu em Dezembro de 1956 e o último em igual mês de 1961.

Saía, anualmente, na freguesia de Mosteirô no mês de Dezembro, com 4 a 6 páginas, a três colunas cada e com a dimensão de 0,37 x 0,25.

Era composto e impresso na escola tipográfica das Missões de Cucujães, como se afirma no primeiro

número: nos demais não se diz onde se fazia a composição e impressão.

Em nenhum deles se anota quem foi o seu fundador e director e nem mesmo quem foi o seu editor.

Contudo, por informação do actual pároco da freguesia, padre Manuel Alves Resende dos Santos, posso esclarecer que foi ele que o fundou e ocupou todos aqueles cargos.

Nasceu na freguesia de Souto, do concelho da Feira, em 20 de Março de 1930, sendo filho de António Alves de Oliveira Santos e de sua mulher D. Ana Jorge de Resende.

No artigo de fundo do seu primeiro número — Duas palavras — explica o motivo da sua publicação: — «Não é com foros de jornalista que resolvi apresentar esta despretençiosa folha. Uma razão me levou a proceder assim: pôr os meus amados paroquianos ao corrente das despesas e receitas havidas nesta paróquia e, ao mesmo tempo, apresentar algumas necessidades da nossa Igreja e projectos para o futuro...»

Desde o seu início defendeu a necessidade da construção da Casa Paroquial, lembrando a grandiosa obra da construção da Cantina Escolar feita a expensas de dois beneméritos.

Além de apresentar as contas da Igreja e do movimento económico das associações religiosas da freguesia, tinha diversas secções, como agenda paroquial, notas soltas, vida espiritual, informações sobre os organismos católicos, noticiário e movimento paroquial — ; por não serem assinados, creio que tudo era escrito pelo próprio pároco.

Mosteirô

Dezembro de 1956

VILA DA FEIRA

Duas palavras

A primeira é de profunda admiração, respeito, homenagem e gratidão ao nosso Ex.^{ma} e Rev.^{ma} Prelado e seu Auxiliar, filho muito amado e querido desta terra.

A segunda é de reconhecimento a todos vós, amados paroquianos, que tendes mostrado o vosso carinho para com o vosso pároco. A todos o meu muito e reconhecido obrigado. Para todos as minhas mais afectuosas saudações e votos de felizes e santas festas natalícias.

Não é com foros de jornalista que resolvi apresentar esta despretenciosa folha. Uma razão me levou a proceder assim: — pôr os meus amados paroquianos ao corrente das despesas e receitas havidas nesta paróquia, e ao mesmo tempo, apresentar algumas necessidades da nossa freguesia e projectos para o futuro.

Uma das grandes necessidades é projecto que

Gratidão e Homenagem

Há factos na vida de uma paróquia que não podem ficar esquecidos. Mas se estes factos são feitos por pessoas de outras freguesias — a nossa gratidão e homenagem ainda são maiores. É o caso da Ex.^{ma} Sr.^a D. Lucinda Machado Brandão de Andrade, que, num gesto de grande generosidade e de amor à nossa paróquia acaba de fazer: — dando o terreno necessário para a construção da Casa Paroquial e campos de jo-



Assistência Paroquial

Foi no dia 1 de Janeiro de 1955 que nós demos um grande passo em frente criando nesta freguesia a Comissão Paroquial de Assistência.

Se alguma coisa se fez, no sentido de diminuir o sofrimento em casa de nossos irmãos, isto se deve à generosidade e ao bairrismo deste bom povo de Mosteirô. Mas a verdade deve ser dita: o caminho que temos à nossa frente para percorrer é ainda muito longo. O que é necessário é que todos compreendamos mais e melhor esta obra de tão grande alcance social. É urgente que não nos deixemos ludibriar por aqueles que batem às nossas portas. Devemos negar a esmola a qualquer que venha até junto de nós.

O grande amigo dos pobres, que foi o saudoso P.^{re} Américo da Gaiata, chegou a dizer, certa vez, que deveria ser preso aquele que na rua desse esmola. Se ele tinha razão para assim falar, julgo que, afirmando que quem dá esmola à porta, mereceria igual punição, não

23

CANDEIA ACESA

Fundou-se para ser publicado, mensalmente, na freguesia de S. João de Vêr.

Teve o seu início em 1965, tendo atingido o número 15 publicado em Agosto de 1970; o seu formato é de 0,45 x 0,34.

Embora no primeiro número se anunciasse como mensal, não teve data certa de impressão, variando a sua composição entre seis a doze páginas, com quatro colunas cada.

Sempre foi composto e impresso na já referida escola tipográfica com a sua administração na residência paroquial.

Foi seu fundador, director e redactor, o pároco da freguesia de S. João de Vêr — padre Nuno Álvares Augusto Valente Borges de Pinho.

Nasceu na freguesia de Válega, do concelho de Ovar, a 19 de Agosto de 1931, filho de Carlos Borges de Pinho e de D. Maria de Jesus Valente Pereira: orde-

nado sacerdote em 1 de Agosto de 1950, foi coadjutor da paróquia de Paranhos, do Porto e depois pároco de Valpedre, Penafiel, de onde transitou para S. João de Vêr, onde esteve 7 anos.

O jornal representou o boletim mensal da paróquia. No primeiro número traçou o seu programa, desejando que — Candéia Acesa — «produzindo luz e calor, entre em todos os lares de S. João de Vêr para alumiar as inteligências e aquecer os corações de todos os sanjoanenses, na esperança radiosa de possuírmos uma paróquia viva e operante, conforme Deus quer...» e prosseguindo, diz «...Seja este jornal: um porta-voz do pároco que chegue aos lugares mais recônditos desta paróquia geograficamente tão dispersa e atinja todos os sanjoanenses, dando-lhes conhecimento dos avisos ou pedidos que se formulem. — Um programa de acção — um guia de caminhos a percorrer, traçando rumos novos e mais eficazes para uma rápida floração de virtudes humanas e curtas. Um registo de acontecimentos... Um relatório de contas...»

O principal fim que o ilustre pároco procurou atingir com a publicação do jornal, foi incentivar a cons-

candeia



acesa

S. JOÃO DE VER

A PRE SEN TA ÇÃO

Concretiza-se hoje um sonho do vosso
paróquia — o aparecimento de um boletim

dos tomem conhecimento do movimento económico das várias associações da Paróquia... e sejam apreciadas as almas generosas que já fizeram as suas dadas a favor da construção da Nova Igreja Paroquial.

Um apelo veemente — à boa vontade e à generosidade de todos os Sanjoanenses e de seus amigos. Com efeito, a par da obra espiritual, moral e social que é necessário vitalizar e difundir, temos de edificar uma obra material de vulto — a construção da Nova Igreja Paroquial.

Vamos principiar, dentro em breve, a tratar da construção da Casa de Deus.

Perante a complexidade da obra material e espiritual a realizar, mormente nos tempos que correm, queremos fazer um apelo à generosidade de todos vós que, perto ou longe, ainda não esqueceis a vossa tão linda terra de São João de Ver, onde vistes a luz do dia... onde viveis... ou onde tendes os vossos entes queridos... suplicando-vos o auxílio das vossas ora-

roquial, para que o Rei do Céu nos ajude a concretizar o velho sonho de todos nós.

Ninguém pode dizer «não». Está em causa o prestígio da nossa terra... e a honra e a glória de Deus.

Que em cada lar, todas as noites, se reze, pelo menos, um mistério do terço para que a graça do Senhor facilite o nosso trabalho.

Que cada família contribua com a sua pedra, grande ou pequena, consoante as suas possibilidades, para a rápida edificação da casa de Deus.

Que todos os Sanjoanenses, com brio e lealdade, vivam sempre muito unidos ao seu pároco... e sejam, em qualquer parte que se encontrem, o prolongamento dos seus braços... o altifalante da sua voz... a afirmação da sua fé... e a concretização dos seus sonhos e anelos.

Que Deus nos oia.
Que a Virgem Santíssima nos ajude.

Ali se encontram duas pinturas de valor e um lindíssimo altar primitivo, da antiga Igreja de São João de Ver.

CAPELA DE ALBERGARIA

Pensa-se no embelezamento do lugar fronteiriço à Capelinha da Senhora da Hora, tornando-se num local aprazível. Para essa obra possui-se já a quantia de 5.315\$80, sobra da festa da Senhora da Hora, de 1964. Aguarda-se o projecto desse arranjo.

CAPELAS AS ALMAS DO PURGATÓRIO

Desejamos restaurar o nicho existente no lugar do Areal. Para essa obra existe

trução da nova Igreja paroquial, para o que, no mesmo artigo, lançou um veemente apelo para que todos concorressem para essa grande obra. Ouviram-no e a Igreja e as construções anexas para fins paroquiais estão em plena construção, em ritmo muito acelerado.

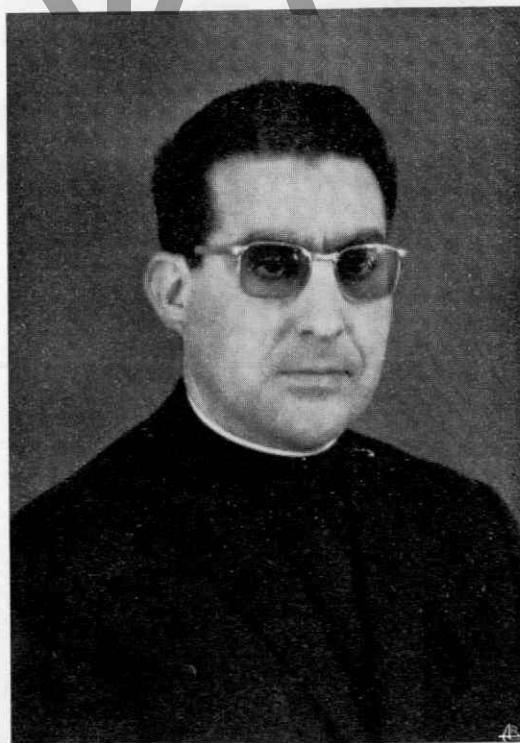
No número 12 de Abril de 1969, faz-se um relato pormenorizado do que tem sido o esforço dispendido para aquele fim.

Este jornal é, de todos os paroquiais que se têm publicado neste concelho, o de maior continuidade.

O seu aspecto gráfico e impressão são muito agradáveis.

Tem muitas secções, como defesa do património religioso da paróquia e das suas confrarias, de cultura e de recreio, vida e actividades paroquiais, de vida desportiva e escolar e de história da freguesia, além de contas.

No número 15 de Agosto de 1970, publica o discurso de despedida do padre Borges de Pinho — «Uma última palavra» — datado de 12 de Julho anterior no qual



Padre Nuno Álvares Augusto Valente Borges de Pinho
Director da «Candeia Acesa»

anuncia — «ainda este mês sairá o último número do Jornal, onde virão também explicadas todas as contas da paróquia».

Assim acabou este periódico que iluminou a paróquia de S. João de Vêr com luz muito mais brilhante do que a de uma simples «candeia» e onde se reflectiu a coragem, decisão, tenacidade e força de ânimo de um pároco que, com muito trabalho e sacrifício, vencendo sucessivas e vultuosas contrariedades conseguiu realizar uma obra notável que serve de lição exemplar.

24

BOLETIM PAROQUIAL DE MILHEIRÓS DE POIARES

Deste jornal publicaram-se apenas dois números: um no natal de 1966 e outro no de 1968, cada um com seis páginas a quatro colunas, com as dimensões de 0,37 x 0,26.

Não diz onde se compunha e imprimia, mas fui informado que foi na já referida escola tipográfica das Missões de Cucujães: a sua redacção e administração localizavam-se na residência paroquial.

Era de distribuição gratuita, mas tinha muitos anúncios, embora pelo que se dirá quando nos referirmos à «Vida Nova», isso não lhe tenha proporcionado defesa económica, pelo que levou Milheirós de Poiares a juntar-se a este jornal com Macinhata da Seixa e Pindelo, do concelho de Oliveira de Azeméis.

Foi seu director, editor e administrador — o padre Albino de Almeida Fernandes, pároco da freguesia: a propriedade do jornal pertencia à Igreja de Milheirós de Poiares.

Nasceu na freguesia de Chave — do concelho de Arouca, em 27 de Janeiro de 1934, sendo filho de Manuel Fernandes Brandão e de D. Silvina de Almeida: paroquiou a freguesia de Cabreiros, do referido concelho, antes de vir paroquiar a de Milheirós de Poiares, onde ainda se mantém.

A finalidade do «Boletim» esclarece-se, como de costume, no artigo de fundo do seu primeiro número — Apresentação: «Eis o que se pretende fazer. E fá-lo-emos, apontando os dois principais objectivos: Primeiro, quisemos que este Boletim servisse de apoio à Campanha de Renovação da Paróquia iniciada precisa-



BOLETIM PAROQUIAL DE MILHEIRÓS DE POIARES

■ Apresentação

Quando alguém aparece pela primeira vez, ou é apresentado, ou se apresenta. Mais: se os motivos da sua vinda não forem conhecidos, tem de dizer ao que vem. Eis o que se pretende fazer. E fá-lo-emos, apontando os dois principais objectivos: Primeiro, quisemos que este Boletim servisse de apoio à Campanha de Renovação da Paróquia iniciada precisamente há um ano.

Trata-se de todo um plano tendente a fazer da paróquia uma comunidade, uma família. Uma comunidade onde a união

as perguntas que se seguem, vão indicar-nos se vivemos um cristianismo consciente. Dos irmãos que vão à missa, quantos frequentam os sacramentos ao menos uma vez no ano? — Quantos o fazem com recta intenção?

(Continua na pág. 3)

A Santa Missão

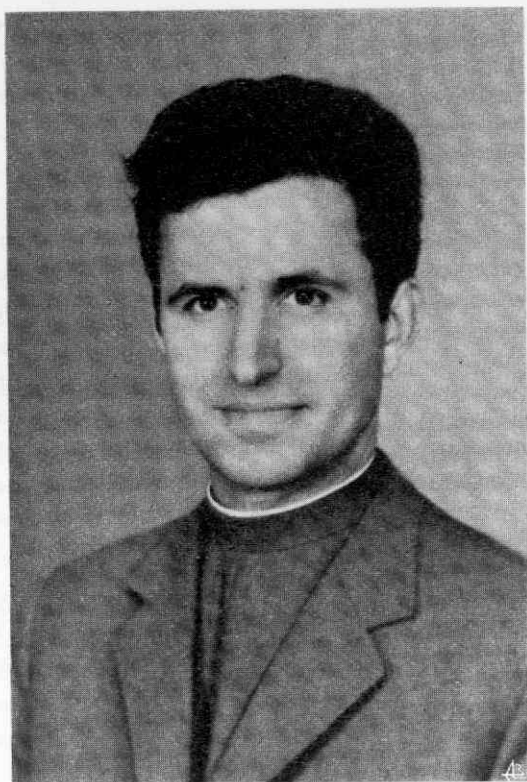


CARTA AOS AUSENTES

Caríssimos amigos ausentes: A vós que aqui nascesteis e vivestes a fase das mais gratas recordações da vossa vida, é

cessárias para a realização de um plano tão grandioso. Foi por isso que todo o nosso povo se distribuiu, por grupos, a pedir tais graças e a preparar-se.

(Continua na pág. 3)



Padre Albino de Almeida Fernandes
Director do «Boletim Paroquial de Milheirós de Poiares»

mente há um ano. Trata-se de todo um plano tendente a fazer da paróquia uma comunidade, uma família. Uma continuidade onde a união dos esforços e a ajuda mútua levem a uma reforma séria (ainda que lenta no plano espiritual): moral, social e material. Em segundo lugar, para que fosse uma carta aberta aos nossos ausentes. Carta que lhes levasse informações sobre a terra e fizesse um apelo à sua generosidade. Uma terra que queira progredir, tem de procurar a ajuda de todos. Este apelo vai em lugar à parte e para ele chamamos a sua atenção...»

O jornal, com muito bom aspecto e impresso em bom papel, desdobrava-se em muitas secções, como agrícola, assistência, história da terra, assuntos paroquiais, teatro, movimento paroquial, etc., além de inserir muitos anúncios, como já dissemos: preocupou-se muito com a conclusão do Salão Paroquial, alargando a sua construção com mais salas a fim de ser criado o Centro Paroquial.

25

VIDA NOVA

Teve o seu início em Fevereiro de 1959 e ainda se publica, tendo entrado no XI ano: inclui a freguesia de Milheirós de Poiares, em substituição da de Palmaz,

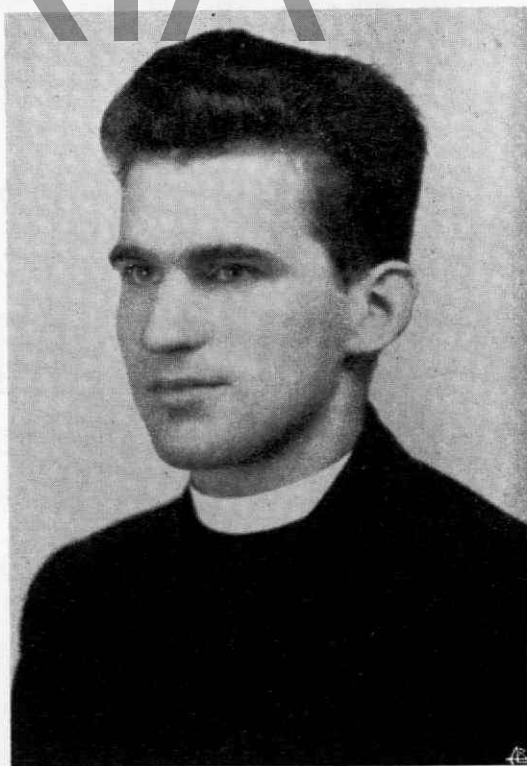
do concelho de Oliveira de Azeméis, a partir do número 116 de 1 de Janeiro de 1969 (ano X).

É um jornal mensal, com quatro páginas, tendo, cada uma, quatro colunas: tem a dimensão de 0,375 x 0,25.

É composto e impresso na já aludida escola tipográfica das Missões de Cucujães, não informando o jornal onde está situada a redacção e administração: apurei, contudo, que se localiza na residência do seu director.

Foram seus fundadores os párocos de São Roque (Vila Chã) e de Pindelo, ambos do concelho de Oliveira de Azeméis, respectivamente — padre Manuel Pereira da Costa, natural da freguesia de Fornos (Vila da Feira), que foi coadjutor em Valbom, pároco de São Roque, falecido em 1961 e padre Celestino de Oliveira Félix, da freguesia de Anta (Espinho) coadjutor em Matosinhos e pároco em Pindelo, Reguenga e Rebordões (Santo Tirso).

Por falecimento do padre Costa em 1961, assumiu a direcção do jornal o padre Elias da Silva Rocha, de S. Vicente Pereira, concelho de Avintes, sucedendo-lhe, até 1963, o padre José Gomes da Rocha, natu-



Padre Manuel Pires Bastos
Director de «Vida Nova»

ral de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis, então nomeado pároco para S. Roque.

Presentemente e desde Janeiro de 1964, é seu director o padre Manuel Pires Bastos, pároco de Macinhata da Seixa, sendo proprietário e redactor o padre Elias de S. Rocha, pároco de Pindelo e editor o já falado padre Albino A. Fernandes, pároco de Milheirós de Poiares.

O padre Pires Bastos nasceu em 1935, na freguesia de Loureiro, do concelho de Oliveira de Azeméis: é filho de Manuel Maria Pereira Bastos e de D. Rosa Alves Feres.

Foi assistente adjunto diocesano da JOC, estando pároco de Macinhata da Seixa, desde 1961. Tem colaborado na imprensa regional e no diário «Novidades», sendo actualmente professor de religião e moral na Escola Comercial e Industrial de Oliveira de Azeméis.

Este jornal designa-se boletim paroquial mensal de Macinhata da Seixa, Pindelo e Milheirós de Poia-

res: por este enunciado fica esclarecido o seu âmbito de acção, bem como o seu propósito e programa.

Naquele referido número 116, diz que com a inclusão da freguesia de Milheirós de Poiares o jornal entrava em nova orientação. Explica a integração nos seguintes termos: «Se é certo que o Boletim foi de distribuição gratuita até aqui, também é certo que quem dá uma vez não pode dar sempre», para, em seguida, se referir ao elevado custo por que ficava cada número, concluindo: «Vamos fazer uma experiência. Juntarmos assim a outras paróquias e em conjunto distribuímos o trabalho e a despesa. Será até uma forma de nos valorizarmos acompanhando o trabalho e o esforço dos outros. Resultará? — o tempo e os milheiroenses o vão dizer. Vamos experimentar este ano».

«Vida Nova» dedica a segunda, terceira e quarta páginas, exclusiva e respectivamente às paróquias de Macinhata da Seixa, Pindelo e Milheirós de Poiares, com noticiário, movimento paroquial e, ainda, quanto à de Macinhata, uma secção referente à sua história.

ANO X

Janeiro de 1969

Número 116

Vida Nova

BOLETIM PAROQUIAL MENSAL DE MACINHATA DA SEIXA, PINDELO E MILHEIRÓS DE POIARES

Composto e impresso na Esc. Tipográfica das Missões Cucujães

Director:
P. MANUEL PIRES BASTOS

Proprietário e Redactor:
P. ELIAS DA S. ROCHA

Editor:
P. ALBINO A. FERNANDES

TRIBUNA DAS MÃES

O PAPEL DA MÃE EDUCADORA

Pela Professora Rosa da Costa G. Fernandes

Queridas mães leitoras, cá estou eu novamente a tocar na tecla da educação. Creio que se lembram ainda, quando há 2 anos escrevi um artigo no nosso jornal sobre a arte de educar e o nosso papel na educação das crianças. Pois quero novamente focar mais uns pontos a este respeito, mas agora dando um saltinho mais amplo, referindo-me sobretudo à missão da mãe como educadora, perante filhas adolescentes.

Querer que as dificuldades desapareçam nas nossas jovens, é preciso ajuda à nova mulher que entra, um pouco surpresa, na arena da vida.

Pelos 16 anos brota, em geral, o primeiro afecto, o primeiro rebate de amor. É natural que assim aconteça. É o primeiro estremecimento das pétalas do botão, quase comparado à flor ao primeiro bufejo da Primavera. A jovem tem ânsia de amar; é esta ânsia que a leva a deter o

mas isso não é amor. Não é? Mas pode, muitas vezes, vir a ser. O amor à primeira vista, nessas idades, é uma quimera, ou melhor uma pretensão de criança que se propõe amar um capricho. O amor sério, aquele que carrega destinos e aproxima corações, que dá felicidade, paz, alegria, só aparece quando se conhece o seu amado nas suas qualidades morais. É preciso que haja correspondência leal e sincera; sem isso há desequilíbrio, desacerto, e esse clima não é favorável ao verdadeiro amor. As mães devem dizer isto às filhas.

Saber, sabem-no, por uma experiência que lhes custou talvez algumas dolorosas desilusões.

Evitem as mães que as filhas sofram essas horas

temente, carinhosamente, compreensivamente na resolução deste problema — o maior e o mais melindroso de toda a juventude.

Mães, olhem que os filhos são os membros vivos da família, que contribuem para a santificação dos pais. A Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, afirma que os filhos são, sem dúvida o maior dom do matrimónio que contribuem muito para o bem dos próprios pais. Daqui a responsabilidade que nós mães, temos perante Deus, dos actos praticados pelos nossos filhos.

clusão: um pequeno jornal é extraordinariamente vantajoso. Mas...

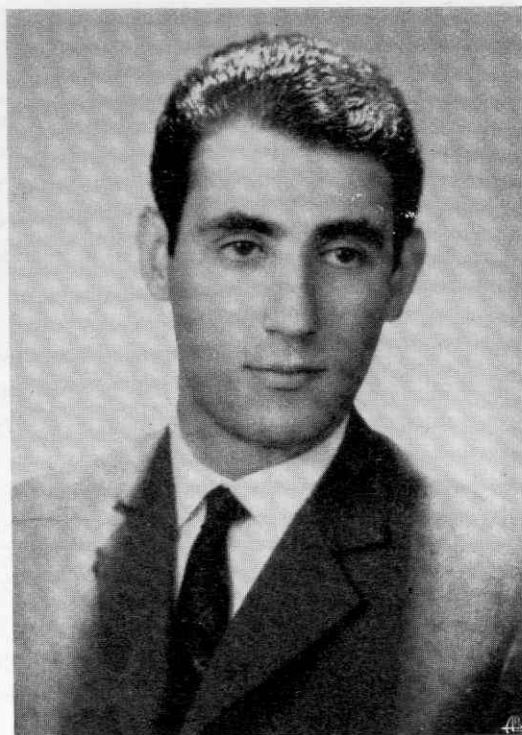
BOLETIM DO CLUBE DESPORTIVO
DE PAÇOS DE BRANDÃO

É o único, no género, que se publicou neste concelho. Teve o seu início em 18 de Janeiro de 1966 e o seu termo, com o número 15, sem data: esclarecemos, porém, que o anterior está datado de Outubro de 1967.

A sua publicação era mensal, embora em dia incerto do mês, com oito páginas, a duas ou três colunas, com a dimensão de 0,335x0,225.

Manteve sempre o mesmo cabeçalho, embora com uma variante de cor no número 12 de Agosto de 1967.

Era composto e impresso na Empresa Gráfica Feirense e tinha a sua redacção na Avenida Dr. Oliveira Salazar, em Paços de Brandão, mas a partir do número 8 de 17 de Dezembro de 1966, passou a ser composto e impresso na Empresa de Publicações do Norte, do Porto.



José Augusto Vasconcelos Vale
Director do «Club Desportivo de Paços de Brandão»

TERÇA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 1966 N.º 1

BOLETIM

DO
CLUBE DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDÃO

PROPRIEDADE DO CLUBE DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDÃO

Director e Editor:
António Rui Monteiro do Amaral — Redacção — AVENIDA DR. OLIVEIRA SALAZAR — Telef. 967180 — PAÇOS DE BRANDÃO
SAI TODOS OS MESES

Composto e Impresso na Emp. Gráfica Feirense, Lda — VILA DA FEIRA

1.ª COLUNA

Foi para mim muito honroso e desvanecedor o convite solícito dirigido pela prestimosa Direcção do Clube Desportivo de Paços de Brandão em ordem a associar-me à publicação do primeiro número do Boletim do Clube. E faço votos com insistência

dirigir palavras de reconhecimento apreço aos sacrificados e devotados condutores deste baluarte desportivo, erguido em Paços de Brandão para servir a juventude e prestigiar a Terra.

O Presidente da Câmara,
Dr. Domingos da Silva Coelho

NOTA DE ABERTURA

sózinhos nesta longa caminhada que iniciamos hoje.

Alegremo-nos, pois, com a saída do número 1 do nosso jornal, e façamos do nosso Clube um baluarte forte onde impere acima de tudo a educação e dêmos Graças a Deus por sentirmos dentro de nós uma ânsia enorme de gritar bem alto, para que nos oíçam os incrédulos: O Clube Desportivo de Paços de Brandão não morre! Viva, pois, o Clube Desportivo de Paços de Brandão!

A Direcção

Quando começou a sua publicação teve como director e editor António Rui Monteiro do Amaral, professor primário na mesma freguesia.

A partir do número 12 de Agosto de 1967 passou a seu director e editor José Augusto Vasconcelos Vale.

Este é filho de Adelino Armando da Costa Vale e de D. Maria do Céu Oliveira Vasconcelos: nasceu em Mirandela e reside na mencionada freguesia de Paços de Brandão.

Este jornal, como o seu título indica, representava o Club Desportivo de Paços de Brandão que um grupo de jovens procurava defender e prestigiar. Na «Nota de Abertura» do seu primeiro número, pede que não desamparem o jornal, lembrando as modalidades em que o podiam fazer, pedindo que o comprem sempre («façai colecção deste boletim mensal e tereis d'aqui a alguns anos um forte motivo para recordardes a actividade cultural em Paços de Brandão...»).

Tinha toda a razão: se sempre assim se fizesse, não haveria hoje tanta dificuldade em encontrar determinados jornais.

Pena foi que a voz do «Boletim» não fosse ouvida, pois é difícil encontrar colecções deste jornal.

Este periódico ainda no seu último número (15) contava sobreviver indicando o plano do número seguinte, embora já se queixasse muito dos criticos que o censuravam por não sair com a assiduidade desejada.

Tinha secções de várias modalidades desportivas, entre as quais se contava columbofilia, ténis de mesa e «foot-ball», além de noticiário, humorismo e de vida feminina (o cantinho da mulher), não descurando a parte histórica da freguesia (terra querida), com entrevistas sobre o desporto e vida local.

II

NÚMEROS ÚNICOS

A

DA VILA

27

O CHAREU

Publicou-se, nesta vila, no dia 31 de Janeiro de 1917: em 13 de Fevereiro seguinte, saíu um «Suplemento».

Villa da Feira, 31 de Janeiro de 1917

Redacção
Rua Direita, 117
VILLA DA FEIRA.

O CHAREU

Composição, impressão
e tipografia do
«CORREIO DA FEIRA»

Director
JOSE NUNES DA SILVA
(Manecas)

« Literario, critico e humoristico »

Redactor principal e Editor
HENRIQUE PINTO
(Quim)

LEITORES

Eis-nos aqui para vos dizer o fim a que o nosso jornal se destina, o que por certo já sabeis, e do que muito folgamos para evitar mais trabalho.

A ocasião não é das melhores para quem se arroja a publicar um jornal. Primeiramente pela grande carestia e elevado preço do papel, e segundo porque a nossa situação de beligerantes nos impõem o dever de sermos patriotas, e não pôr entraves á marcha dos negocios publicos. Tambem temos uma mordaca, que se chama: Censura. Por esse motivo temos

Tambem daremos á publicidade alguns versos e prosa a sério, para as nossas amáveis e gentis leitoras se entreterem. E' por o belo sexo que nós trabalhamos, porque é dele que nós esperamos carinhos e meiguices quando já a nossa pena não tiver forças para escrever, e o nosso cansado cerebro não tiver força para pensar.

Mais uma vez agradecemos o vosso auxilio adquirindo o nosso jornal, que vos tirará de preocupações para vos dar alguns momentos de alegria, e retiramo-nos porque nos espera um succulento jantar com inumeros chareus.

a Redacção.

com pessoas de alta categoria. Sua Ex.^a respondeu ao meu cumprimento com um: viva! que caracteriza todas as pessoas da sua jerarchia.

Expuz-lhe o motivo da minha ida ali, ao que S. Ex.^a acedeu de bom grado e, levantando-se, convidou-me a entrar para uma sala contigua onde não se encontrava ninguém.

—Então você deseja saber a minha opinião sobre o atentado «boche» á cidade do Funchal?

—Desejava, sim, respondi eu. Como vossa Ex.^a é pessoa muito autorizada no assumpto e como não haja quem melhor que vossa Ex.^a possa dar informações veridicas, dignas de se publicarem nos jornaes, resolvi incomoda-lo, roubando-lhe alguns minutos de descanso.

—Saiba v. que essa raça maldita dos «boches» descende dos Hayums povos que Guliver visitou na sua

SUPLEMENTO AO

CHARÉU

Director
JOSE NUNES DA SILVA
(Manecas)

Composição, Impressão e Tipografia
do
"CORREIO DA FEIRA"

Redacção
Rua Direita, 175
VILA DA FEIRA

Redactor principal e Editor
HENRIQUE PINTO
(Quim)

Feirenses

Cá estamos novamente para vos agradecer o bom acolhimento que fizestes ao nosso modesto jornal, assim como as palavras flogiosas que nos dispensou o «Democrata Feirense», e, em especial ao Sr. José Soares de Sá, digno director e proprietário do «Correio da Feira», pela boa vontade com que acedeu ao nosso pedido, consentindo que o nosso jornal fosse impresso nas suas oficinas.

Vae organizar-se uma empresa para continuar a publicar-se este modesto jornal porque o bom acolhimento que teve o primeiro numero nos dá forças e coragem para defrontar todos os obstáculos.

Devemos dizer em abono da

O Centurião

Causas-nos riso o Centurião moderno! tu, que te julgando um homem, és um canalha, e tão descarado, que todos persegues e em tudo te metes, sem sequer passar pela tua fraca mente a ideia de que aqueles que te admitem no seu convívio, o fazem por compaixão e esmola.

Que fazes tu com os doutores? Andas a aprender a balbuciar algumas palavras que não conseguiste aprender na escola em tantos anos que lá andaste?

Tu, que foste o estudante mais laureado no analfabetismo português, tu que foste um cábula incorrigível, «ab-ôvo», como diz o latim, ainda tens aspirações a secretario de finanças?

Tu que lambes as botas a toda a gente que te liga dez réis de trêta, da qual abusas muitas vezes, queres julgar-te superior a todos, e nem sequer te recordas que muitas vezes nos pediste com cara desconsolada,

Covarde atentado

E' do conhecimento de todos o covarde atentado que um grupo de malandrins levou a efeito no dia 4 do corrente.

Um moderno Poncio Pilatos, mas mais nógento e covarde que o outro, sentenciou o nosso director pelo crime de pôr a nu todos os defeitos que eles teem.

Nada faltou para que se assemelhasse á scena do Calvario.

O Judas desempenhou o seu asqueroso papel, dando na indefeza vítima o beijo da traição, e o outro, o Centurião, já arrependido, desculpa-se com aqueles que condemnaram o seu amalandrado procedimento.

Pilatos, com o seu costumado descuramento tenta lavar as mãos desse atentado que promoveu e da sentença que proferiu.

Nógenta canalha!

Decreto mal entendido

Veio lá dias um decreto
Dando-nos já como certo
Uma alta nomeação!
-Juz substituto da Feira
Terra de muito toupeira
Fica nomeado o Ferrão.

Estás a ver que é uma toupeira!
-Já sabia, com certeza
Fica radiante! mas... cottado!
Convença-se, e isto é certo,
Que de Juz, e bem perto,

Também ficava sentado!
Lá porque é ajudante do homem,
... Por ahí todos o comem
Com qualquer banalidade!
E grantito-aos, o... morto,
Eu não sou já homem morto,
Sou cá da terra entidade!

Tem paciência,... vai-te... despir
Porque até nos fazes rir
De coisas sem importancia,
O que é pena é andares por cá
Convencido de que não ha
E... coberto de tanta ignorancia!!!

IMPOSSIVEIS

Cada um daqueles exemplares compunha-se de duas páginas com três colunas cada, tendo o número de 31 de Janeiro a dimensão de 0,35 x 2,55 e o do «Suplemento» a de 0,51 x 0,35.

Ambos foram compostos e impressos na tipografia do «Correio da Feira», tendo a sua redacção na rua Direita (hoje do Dr. Roberto Alves) desta vila, o primeiro no número 117 e o segundo no 175 tendo, ambos, como director José Nunes da Silva (Manecas), redactor principal e editor Henrique Pinto (Quim).

«O Charéu» intitulava-se literário, crítico e humorístico. Apresentou-se dizendo: «nós não temos política. O nosso partido é o da Risota. Crítica a tudo e a todos. Temos pouca habilidade, mas esperamos que a benevolência do leitor nos releve tudo. Também daremos à publicidade alguns versos e prosa a sério, para as nossas amáveis e gentis leitoras se entreterem...»

Por sua vez, no «Suplemento» de 13 de Fevereiro, anuncia-se o propósito de o jornal continuar, o que não sucedeu, informando que o seu director fora agredido por «pôr a nu todos os defeitos que eles têm...»

Consequência do cumprimento do seu programa de crítica «a tudo e a todos» mas mesmo assim, em 1918 reaparece com o título de Charéu Júnior.

Existe um exemplar de cada um, na Biblioteca Municipal. Do «Suplemento» tenho um exemplar no meu arquivo.

28

JÁ SABIA!...

Foi dado à publicidade em 20 de Fevereiro de 1917.

Não obstante se anunciar como ano 1 número 1, não conheço, nem me consta que tivesse havido outros números: por isso o incluo entre os de número único.

Era formado por quatro páginas—com três colunas cada e com as dimensões de 0,35 x 0,255.

Não indica o local da sua composição e impressão: figura como redactor, editor, director e proprietário, Virgílio Moura, que era aspirante de Finanças nesta vila e veio a ser primeiro-oficial da Direcção de Finanças de Évora.

Era um jornal carnavalesco, como lhe chama o «Democrata Feirense» no seu número 126 de 24 do mesmo ano e mês: talvez, por isso, o numerou embora já com o propósito de o limitar a número único.

Não indica onde se fazia a composição e impressão. Era formado por uma só página (em virtude da carestia do papel, segundo anuncia), com três colunas cada e a dimensão de 0,35 x 0,26.

Ano 1
Feira, 29 de Fevereiro de 1917
N.º 1

Redactor, editor, director e
proprietario
Virgílio Moura

JÁ SABIA!

Jornal anti-monarchico (por se estar na republica...)

Em virtude da grande carestia dos generos não se dá este periodico, sem o se t'avia adiantado.

Apresentação do «creação»

Preclarísimos e conspícuos leitores que atentamente leem estas mal alinhavadas passagens do meu jornal, o *Já Sabia* por quanto algo façanhudo e serumbático, descendente de linhagem peripatética e trombudacia; não deixem de me dar um pouco de apoio, ou poia, como quizerem, pois não ora essa está boa ou então um pouco de benevolencia atendendo já á proximidade do grande Carnaval.

E' festejando o heroe, que sae este periodico afim de castigar com uma pontinha de má lingua muitos transeuntes da nossa Feira, onde com franquesa se espanejam á mercê dos grandes ventos.

Invocando pois as musas mais alcoolicas do vinho de Castelo de Paiva, chamo-as a mim para que me levem

Consulta entre Dr. Pinchelim e B. Portas

Da-me licença doutor?!
Pois não, minha flor o que te trás por cá?
Um negocio importante...
Então diz, sou todo ouvidos.
Como está amavel senhor doutor.
Fui sempre assim e jamais para uma formosa sevelhana que mais parece uma deusa do que um vivente.
Muito agradecido, são favores que eu não mereço, mas enfim!...
Então, de que se trata.
Investigação de paternidade.
O quê?
Queria pôr em questão o que acabo de dizer, pois tenho provas mais que suficientes e sei bem qual é o pae...
E' de cá rapariga?
Sim, meu senhor.
Como se chama?

Ao meu presado amigo senhor Dr. Paulo de Sá

Desculpe meu senhor perguntar-lhe como se encontra. Sempre aborrecido e talvez muito chateado...
Gostava dessas expressões sinceras que bem diziam o encanto da sua alma e a a bondade, finura e elevação do seu caracter. Neste pequenino e humilde jornaleco, onde com dificuldade espiolhei, estas mal e alinhavadas linhas que se espalham num papel ridiculo; eu, sempre humilde e a quem sabe talvez apagado no seu pequeno, mas escolhido livro d'amizade, venho depor uma lembrança de bom amigo e desejar que nessas terras de Mondim de Basto o nome do Moura seja bendito e não esquecido.

Um futuro risonho e cheio de mil venturas.

E parabens ó Mondim, não com alegria te digo isto, porque me levaste, quem com sentimento, exprimia um fadinho, numa

No seu cabeçalho intitulava-se — «jornal anti-monarchico (por se estar na república)» e, ao lado, insere os seguintes dizeres: «Em virtude da grande carestia dos géneros não se dá este periódico, sem o se t'avia adiantado».

Existe um exemplar na Biblioteca Municipal.

29

O CHAREU JÚNIOR

Número único — publicado em 12 de Fevereiro de 1918 — terça-feira.

Foi seu director José Nunes (Maneca) e, como editor, Henrique Pinto (Quim), exactamente aqueles que no ano anterior fizeram circular «O Charéu» e o seu «Suplemento».

Também era humorístico, visando sobretudo as pessoas da vila e os acontecimentos locais, como já acontecera com o «Charéu» e o seu «Suplemento».

Finalizou o seu «discurso de abertura» por «vivas à rapioca e ao bródio».

Existe um exemplar na Biblioteca Municipal.

Terça-feira, 12 de Fevereiro de 1916



O CHARÊU JUNIOR

Editor
Henrique Pinto (Quim)

Numero unico. Preço 20 reis

Director
José Nunes (Maureca)

DISCURSO DE ABERTURA



Meus senhores e minhas senhoras:

De novo aparece o já conhecido *Charêu* que agora também é Junior, o qual como é rapiqueiro, quiz neste dia sair á rua para vos fazer rir ou chorar. Os paes do pimpolho não querem que V. Ex.^a passem este dia ao sol, sem terem com que se divertirem. Se ele vos não agrada, perdoem-lhe, porque ela ainda é criança e nesse caso fez-lhe não dele para

Competencias



E' pena que o sr. Sidonio Paes não tenha conhecimento destas tres competentissimas *inteligencias* para serem nomeados ministros. Isto até nos dá vontade de cantar:

Ai, ó Laura, querida Laura, já não vou ao teu jardim, lá... lá... lá...



Novidades velhas

B

COMEMORATIVO

30

A TRADIÇÃO

Em 17 de Abril de 1914, publicou-se em «Arrifana-Feira» um número único, intitulado «A Tradição», com 16 páginas e capa, tendo, cada página, duas colunas. Tem o formato de 0,33 x 0,24.

Imprimiu-se nas oficinas da empresa gráfica «A Universal», do Porto.

No seu cabeçalho, além do seu referido título — e com as datas 17 de Abril, 1809 - 17 de Abril, 1914 — apresenta-se como número único, comemorativo da inauguração do monumento da Guerra Peninsular em Arrifana, nomeando-se como editor e administrador Adão Rodrigues.

Aquele monumento comemora a terrível carnificina feita durante a segunda invasão francesa, pelas tropas do marechal Soult, na população de Arrifana, naquele triste e horrível dia 17 de Abril de 1809.

Depois de inúmeras violências praticadas por aquelas tropas, pela morte, na cidade do Porto, do Desembargador da Relação desta cidade, Dr. Manuel Marques Soares, em 29 de Março de 1809, um seu sobrinho, daquela freguesia de Arrifana, de nome José Soares Barbosa da Cunha de Figueiroa Borges, pessoa ilustre e considerada, representante de uma antiga família d'aí, de grande linhagem, deliberou praticar um acto de desafronta, que executou com alguns companheiros, matando, na próxima freguesia de S. Tiago de Riba d'Ul, o tenente-coronel Lameth, figura de relevo nas hostes invasoras, até como sobrinho do referido marechal Soult.

Como represália, na manhã daquele dia 17 de Abril, as tropas francesas — do comando do general Tomiers — invadiram Santa Maria de Arrifana, cercaram a igreja onde o povo se refugiara, obrigando os homens a sair.

Nesta chacina pereceram dezenas de arrifanenses,

Nas fotografias que se publicam pode-se ler o brilhante artigo com que D. Fernando de Tavares e Távora

17 de Abril, 1914

ARRIFANA—FEIRA NUMERO UNICO

Commemorativo da inauguração do monumento da GUERRA PENINSULAR em ARRIFANA

Editor e Administrador: ADÃO RODRIGUES

Copyright © 2004 by John Wiley & Sons, Inc.

[illegible]

O DIA MAIS TRAGICO DE ARRIFANA

FINDARA o inverno do anno calamitoso de 1809 quando Soult, marechal de França e duque da Dalmacia, e a desunção que anulava a energia e a bem preparada defeza da cidade de Porto, fazia n'ella a sua entrada triumphal no dia 23 de Marco d'aquelle anno.

Aquartelado no palácio dos Carrancas, principiou o Marechal arriçando o sonho magnífico em que se pavoneava sentado no trono de Afonso Henriques elle, Nicolau I, o filho diuino e heróico de um modesto tabelião de Tarn.

As suas tropas iam avançando cautelosa mas seguramente para o Sul e os seus generaes curavam de abafar os assomos patrióticos do Povo Portuguez ao qual a "primeira invasão", tirara todas as illuzões, despertando e afimando todas as energias.

O general Franceschi com a sua cavallaria varreu o terreno comprehendido entre o Douro e o Vouga e por meados de Abril achava-se nas alturas de Oliveira de Azemeis.

Entre os ajudantes de campo do Duque da Dalmacia contava-se o tenente-coronel Lameth que uns dizem era seu sobrinho e outros o dão como filho do general Lameth que acompanharia o general Franceschi.

Problema a resolver, embora de pouca monta para o objecto d'esta dest

Por aquelle tempo foi o tenente-coronel incumbido por Soult de conduzir despachos para Franceschi, como

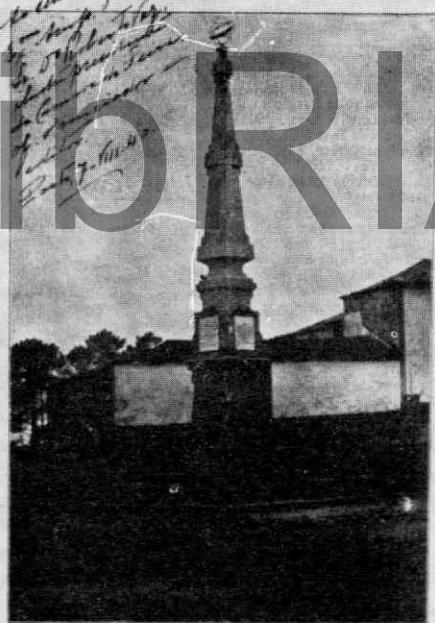
escreveu a sr. Marques Gomes, ou para Lameth, como diziam os velhos e repete alguém.

Constituiu em Arrifana a passagem do estafeta, mas parece que erradamente se entendeu que era um general que passava e não o tenente-coronel Lameth, ajudante de campo de Souza.

João Soares Barbosa da Cunha de Figueiredo Borges, uma das pessoas mais categorizadas da Feira de Santa Maria, que depois foi tenente-coronel de Milícias da Feira, governador militar d'Aveiro e deputado às Cortes, resolveu apurcar o ensejo de vingar a morte de seu tio paterno o Desembarçador da Relação do Porto, Domingos Manoel Marques Soares, que os franceses barba- ramente assassinaram em uma das ruas d'aquella cidade no dia 29 de Março de 1809, segundo anno de 1809.

do mesmo anno de 1808, Aliçados tres ou quatro companheiros tentre os quaes, segundo consta, um accedente a familia Rebello que reconsiderando, a ultima hora tegou o seu concurso foi Jose Soares postar-se com elles na Diveza do Pereira frequencia de São Thizão de Rilha d'El, proximo da ponte que atravessa o Ribeiro de Cavalheiros e ali esperaram, de madrugada, a passagem do malaventurado official, occultos, como esta escripto, por um comoro de loureiros, apez das espargadas desastadamente cabu morto da

Logo que o tiveram ao alcance das espingardas desfecharam sobre elle, que immediatamente cahiu morto do cavallo em que montava.



Monumento da Guerra Peninsular, na Praça do mesmo nome

Presente a Subsecretaria de Meio Ambiente—Antônio

A comemorar esta horrorosa tragédia, foi levantado, numa praça de Arrifana, um monumento, que

«A Tradição», impressa em bom papel, bem documentada fotograficamente e com bom aspecto gráfico.

teve colaboradores de elite que são referenciados no sumário com que abre a sua primeira página: D. Fernando de Tavares e Távora; D. Maria Feijó; Dr. Vaz Ferreira; Dr. Álvaro de Azeredo; Maximiano Rica; Conde de Samodães (Francisco d'Azevedo); Júlio Vicente

Ainda abrange um escrito do grande bairrista arrifanense e já referido neste trabalho — Adão Rodrigues, a cujo esforço e dedicação se deve a publicação de «A Tradição». Este número também publicou muitos anúncios de casas comerciais e de estabelecimentos

Tratava-se de um oficial de elevada patente, aporantado com pessoas de alta categoria no exército francês.

Entendeu-se que a vitória deveria ser retumbante e não se fez esperar. Ao alvorecer do dia 17 d'Abril d'aquella anno memorável de 1809, foi invadida a desolada Arrifana por tropas francezas commandadas pelo general Thomiers que n'esta epocha, pouco antes ou depois, esteve aquartelada na casa da quinta de Ribas junto ao Castello da Feira e alli por suas mãos pregou na porta do seu quarto, um prego onde costumava dependurar a espada.

O que então se passou, não desmentiria a habitual ferocidade d'este homem que na "primeira invazão", deixara de si pavorosa memoria, opprimindo com vexames insupportaveis os povos de Peniche, Nazareth, São Martinho, Collares e Alcaboga, excedendo por vezes nas suas atrocidades as praticadas em Leiria pela sinistra individualidade de Margarão.

Rapidamente foram aprisionados na egreja matriz todos os homens que foi possível haver as mãos para, pouco depois, esmagados a sahir á formiga serem *quintados*.

E todos aquelles a quem o fatal numero cinco indicasse, seriam sem demora executados.

Assim se cumpria no campo da Bassiqueira, sem que a tal obstassem os alterosos clamores, as supplicas mais desesperadas e mais humilde e o pranto mais doloroso das mulheres e das erancas da infeliz terra de Santa Maria de Arrifana, nem a judiciosa consideração de que entre tantas victimas, bem podia acontecer nenhuma ser culpada na morte desforçadora do tenente-coronel Lameth!

Escriveu-se e diz-se que o numero de mortos se elevou a mais de cem e que ficaram 84 viúvas.

Parece que estes numeros são exagerados.

Um dos livros de nascimentos, casamentos e obitos da freguesia de Arrifana, accusa os nomes de 82 individuos, todos do sexo masculino, mortos pelos francezes no dia 17 d'Abril, incluindo n'elles João Leite, solteiro, levado para o lugar de Carevalhos, freguesia de Riba d'Al, onde, na expressão do parcho, existiu dependurado, o que parece evidentemente significar que morreu enforcado.

Mais dois nomes apparecem de victimas dos francezes, mas estes de individuos mortos na cidade do Porto. Um, na rua como ficou dito, o Desembargador Domingos Manoel Marques Soares em 29 de Março; o outro no mesmo dia, mas nas trincheiras da cidade, defendendo-a naturalmente do ataque dos francezes que n'esse dia a tomaram.

Nos mesmos assentos faz-se menção de trinta e duas viúvas e vê-se que sete dos executados foram sepultados em São João da Madeira e os restantes dentro e fóra da matriz de Arrifana.

O senhor Marques Gomes, no seu trabalho *Centenario da Guerra Peninsular*, consigna que um só das condemnados "que ficara cahido por entre o fumo e os mortos, conseguiu escapar "aproveitando-se das trevas da noite."

Este homem chamava-se Nazario e vivia ainda em 1869. Era filho bastardo de uma escrava do capitão João Antonio Gomes de Pinho, de Arrifana, e nasceu n'esta freguesia em 29 de Julho de 1783, contando pois vinte e seis annos ao tempo do morticínio.

Quando se deu a primeira descarga lançou-se o Nazario por terra e com tanta felicidade que o não attingiu nenhuma bala, cahindo-lhe mortos por cima, dois dos seus companheiros.

Interrogou-se, conservou-se immovel até á noite e quando lhe pareceu azada a occasião, conseguiu fugir não e salvo.

Pouco depois, em 9 de Maio, o Marechal general do exército anglo-luso Arthur Wellesley mais tarde, pelos seus talentos militares, duque da Victoria, marquês de Torres Vedras e conde de Vimieira, abalava de Colubra,

atravessava o Vouga e seosando os francezes obrigava-os a retirar, escaramuçando, pela estrada de Oliveira de Azeiteis.

Repellidos em Albergaria-a-Velha e Albergaria-Nova soffreram uma bem marcada derrota em Gripe, onde em numero de 5-200 homens pretenderam defender-se.

Em 11 de Maio, Quinta-feira d'Ascensão, Franceschi com as suas tropas atravessava o Douro e juntava-se a Soult para com elle enveredar difficilmente, mais fugindo que retirando, por caminhos quasi intransitaveis, galgando serras alterosas, desiludido já do throno com que sonhara e sentindo talvez ecoar-lhe no espirito, como se fora uma ironia da sorte, as pomposas palavras de Napoleão ao atrojar na Peninsula os seus duzentos mil homens:

"Soldados, preciso de vós. O odioso leopardo

"está polluindo os continentes de Hespanha e

"Portugal: quando vos avistar fugirá espavorido."

"Levemos as nossas aguias triumphantes até

"as Columnas de Hercules onde temos ultrages

"a vingar.

"O que tendes feito e o que fareis ainda

"para felicidade do povo francez e para minha

"gloria ha-de ficar gravado para sempre no meu

"coração."

As aguias regressaram ao ninho apavoradas para segredar a seu amo que se preparasse para a queda, pois não poderiam por longo tempo sustental-o.

Assim principiou a vingança das victimas de Arrifana e de tantas outras que mais ou menos brilhantemente se inscreveram no martyriologio glorioso da Patria Portuguesa.

Feira, 27 de Março de 1914.

D. FERNANDO DE TAVARES E TAVORA

Vencedor Vencido

Pairava sobre o mundo esse abutre implacavel
Que foi Napoleão,
E, altivo, sobre nós a guerra insaciavel
Tentou lançar então.

A presa, que era audaz, sentindo enfraquecida,
Pra não erguer-se mais;
Mandou a Portugal, em fera arremetida,
Seus bravos generaes.

Travou-se a guerra ingente; e elle, que domára
Poderosas nações,
Viu como, tão pequeno, a vida vende cara
Um povo de leões.

Sem tropas e sem rei, sem armas de combate,
Beni viu, mais d'uma vez,
Como é que a tyrannia heroicamente abate
O povo portuguez.

Seis annos porfion; mas, sempre destróado,
D'aqui fugiu, enfim,
D'est'arte iniciando o seu tam desastroado,
Angustioso fim.

E quando, em Santa Helena, o sonhador da gloria
Morria, por seu mal,
Inscriviamos nós em nossa altiva Historia
Mais um feito immortal.

Porto, março, 914.

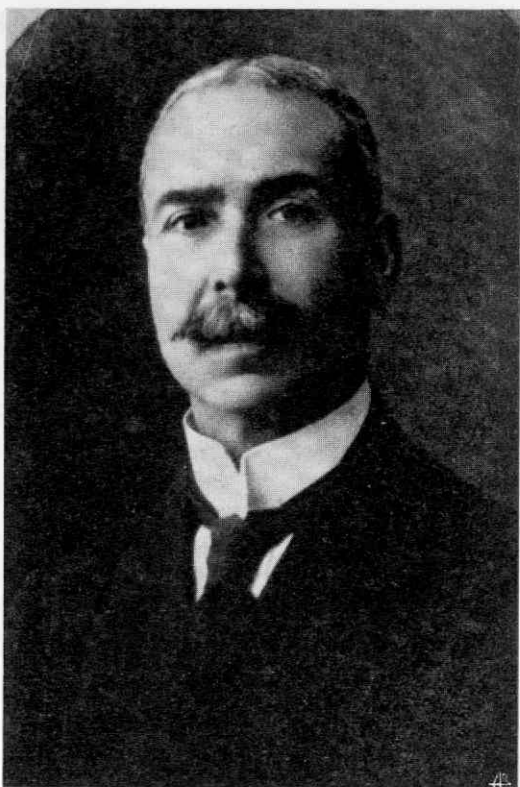
MAXIMIANO RICA.

O melhor café é o d'A Brasileira

que se diz ser o pseudónimo de um dos mais illustres generais da época); Dr. Eduardo Pimenta, visconde de Castelões (Álvaro); D. Maria da Luz Albuquerque; Saul Rebelo Valente; Tenente-Coronel Manuel Ramos; Vicente Rebelo de Sousa Reis; Doutor José Beleza dos Santos e Primo Homem.

industriais da mesma freguesia e de outras localidades, designadamente do Porto.

A esta publicação refere-se A. Carneiro da Silva, no seu já citado trabalho, nada esclarecendo mais do que já ficou dito.



José Adão Rodrigues Pinhal
Editor e administrador de «A Tradição»

PAROQUIAL

31

O ABRAÇO

Este «jornal da paróquia de Argoncilhe», como se intitula na capa do seu número único publicado em S. Martinho de Argoncilhe, em 9 de Junho de 1966, tomou a forma de uma revista e muito interessante, da freguesia, com sabor de monografia.

Tem 76 páginas, na generalidade com duas colunas cada uma e capa a branco e azul com a imagem de S. Martinho, padroeiro da paróquia e as dimensões de 0,29 x 0,215.

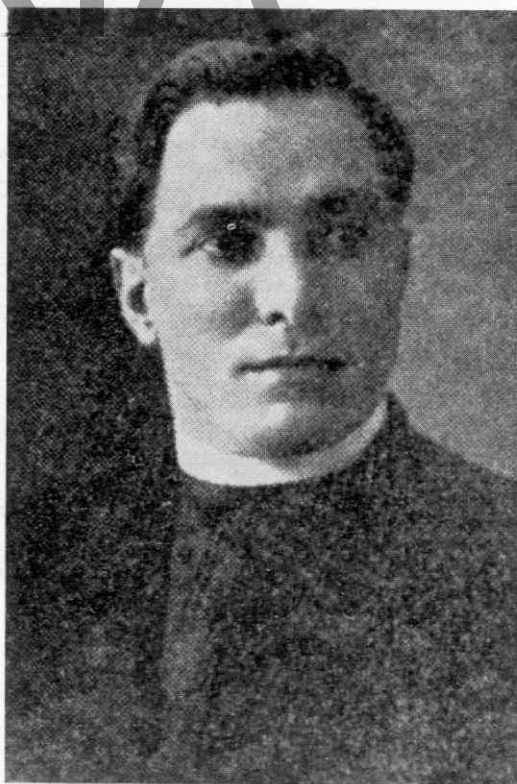
Foi composto e impresso na escola tipográfica da Oficina de S. José do Porto e publicado sob o patrocínio de uma comissão formada por Agostinho Pedrosa, Alberto Almeida, Lino Guedes, Gaspar Pereira e Rogério Cabeça, sob a orientação do pároco.

Este, de nome José de Fontes Batista, nasceu na mesma freguesia em 7 de Abril de 1906, sendo filho de Manuel de Fontes Pinto e de sua mulher Amélia Henriques Baptista; foi designado para pároco de Seixezelo e Argoncilhe em Janeiro de 1937 e para Argoncilhe em 9 de Setembro do mesmo ano.

Definiu o seu objectivo e justificou o fim a que se propunha nos seguintes termos: «Fala o Abraço... Se no passar da tua existência, alguém te perguntar... Quem sou?... Se ao olhá-lo bem no fundo da alma presintires uma necessidade incontida em exteriorizar um desabafo humano, mas permanente; uma alegria esfuizante, mas sincera; uma dor repassada de sofrimento, mas resignada; um alarme construtivo, mas preciso; uma confissão de vida, orgânica, mas comunitária; um passatempo menineiro, mas instrutivo; uma recordação saudosa, mas vivida!...

Se, como Irmão em Paróquia, lhe quiseses testemunhar, num Abraço bem apertado e sentindo, que são Meus os seus problemas e lhes conseguires transmitir, pelo contacto da tua carne, que o meu Amor Cristão vive nele, pela Graça!...

Então, sim, ter-lhes-ás dado cabalmente, a resposta que tanto o preocupava — ».



Padre José de Fontes Batista
Autor e editor de «O Abraço»

O ABRAÇO



JORNAL DA
PARÓQUIA

DE ARGONCILHE

«O Abraço» teve apreciável colaboração, focando diversos aspectos da história e da vida de Argoncilhe, com estudo do seu movimento demográfico e artigos literários, muito ilustrado e com número avultado de anúncios referentes a casas comerciais e estabelecimentos industriais da freguesia e de outras localidades.

III

CURIOSIDADES

MANUSCRITOS

Embora os jornais manuscritos não possam enquadrar-se no conceito de imprensa, entendi que devia incluir, neste trabalho, a referência aos jornais manus-

critos—por revelarem uma forma de publicidade—embora pequena e rudimentar e haver necessidade de os fazer passar à posteridade, prevendo um possível extravio dos poucos exemplares que ainda existem.

Foram cinco, que eu saiba—em forma de jornal: o primeiro circulou na segunda década do século passado e os demais datam dos meses de Setembro e Outubro de 1910.

1

GAZETA DA VILA DA FEIRA

São ainda muito insuficientes as informações que tenho sobre este manuscrito.

De certeza apenas me posso alicerçar nas que João Corrêa de Sá nos dá no «Correio da Feira», números 3703, 3705 e 3707, respectivamente de 7, 21 de Março e 4 de Abril de 1970, que utilizamos com a devida vénia.

Mesmo assim, cumpre-me esclarecer que este estudo foi feito à base de cópia, que já não é directa, de documentos que creio ainda existirem no arquivo da família de um ilustre feirense, já falecido, que muito honrou a sua terra natal com os seus valiosos estudos e as suas aturadas investigações sobre história regional e designadamente da Feira.

A razão da dificuldade na divulgação deve-se atribuir ao facto deste manuscrito se ter dedicado, fundamentalmente e por motivos políticos ao ataque a personalidades de destaque nesta vila, militantes no campo oposto aos liberais, em termos injustos, e muito grosseiros (chegando mesmo a atingir a pornografia), nomeadamente a um ascendente de uma família nobre ainda ligada a esta terra.

Compreendo o melindre e as implicações sentimentais que o caso comporta, mas não posso deixar de lembrar que há exagero nestes escrúpulos que brigam com as exigências da história.

O tempo se encarregará de proporcionar melhores dias: o que é essencial é que os documentos se não percam.

Do que fica dito, se depreende que a «Gazeta da Feira» testemunha acontecimentos da vida política, que já então era agitada na Vila da Feira, no limiar de 1820.

Isso e ainda a referência a outros factos que muito interessam à vida da vila e à dos seus personagens de então, bem justificam um sacrifício, se sacrifício se pode chamar, a favor da sua história.

Muito já se conseguiu com os artigos de Corrêa de Sá, para os quais chamamos a atenção dos que desejarem conhecer esta matéria mais em pormenor.

Este manuscrito circulou desde 1817 a 1819, compreendendo 22 números: o seu redactor ocultava-se sob o pseudónimo «Lizirão d'Arouca Bestunto» e era escrito na oficina do «Diabo Coxo».

Os apontamentos de Corrêa de Sá abrangem «cinco números, exactamente os últimos, começando no n.º 18

(talvez de 23-9-1818 para continuar no n.º 19 de 3-11-1818), no n.º 20 (de 6-6-1819), no n.º 21 (de 30-6-1819) e a terminar no n.º 22 (de 20-7-819)».

Como diz o articulista, este foi o último número, pois dele consta o seguinte termo de encerramento — «O Redactor desta Gazeta faz saber que, não fazendo negócio na redacção da mesma não está para continuar e se dá desde já por despedido podendo o referido público procurar quem o sirva».

Como se vê, não tinha data certa na sua distribuição: funcionava como folha volante sempre que se entendia ser necessário e oportuno despejar a bolsa de fel.

No parecer de João Corrêa de Sá, devia ser de uma só folha «dado o modesto tamanho do texto»: a sua estrutura denuncia ter sido influenciado pelo jornal da época — Gazeta de Lisboa. Segundo informações colhidas a Gazeta tinha o formato pouco maior que uma carta.

BIBLIOTECARIA

2
O POVO

Teve o seu início em 27 de Agosto de 1910.

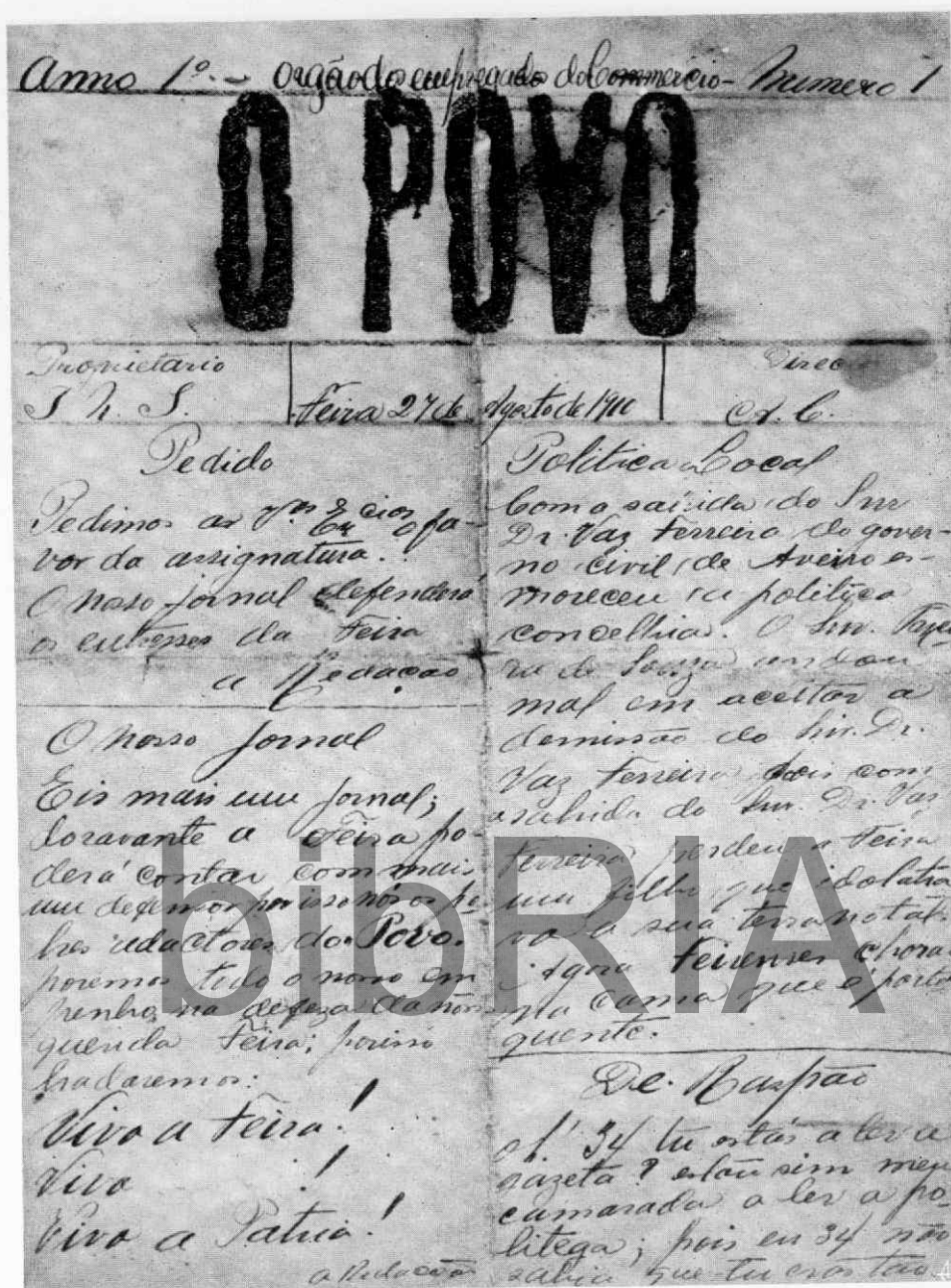
Penso que foi número único: figura como proprietário (!) J. N. S. (José Nunes da Silva) e director A. C. (Aníbal Correia) que ocuparam idênticas posições no «Caster», adiante referido: ambos estão escritos pela mesma mão.

Lembramos que este José Nunes da Silva é o mesmo já referido como director de «O Charéu», seu «Suplemento» e «Charéu Júnior».

Tinha 4 páginas, cada uma com duas colunas, medindo 0,22 x 0,163.

Intitulava-se «órgão dos empregados do comércio» e propunha-se defender a Feira. «Eis mais um jornal; doravante a Feira poderá contar com mais um defensor: por isso os pobres redactores do Povo pusemos todo o nosso empenho na defeza da nossa querida Feira...»

Existe um exemplar na Biblioteca Municipal.



3

O CASTER

O primeiro número que conheço — o 3, de 10 de Setembro de 1910, que faz parte da minha colecção, anuncia no fim da sua última página que é semanal, mas no número seguinte, já saiu em 20.

Posteriormente, desde o número 4 (terça-feira) até ao oitavo, último da série, saiu regularmente, todas as semanas: tomando isto em consideração e ainda pelo que já foi dito, em referência ao «O Povo», presumo que o «O Caster» teve o seu início depois de 27 de Agosto de 1910.

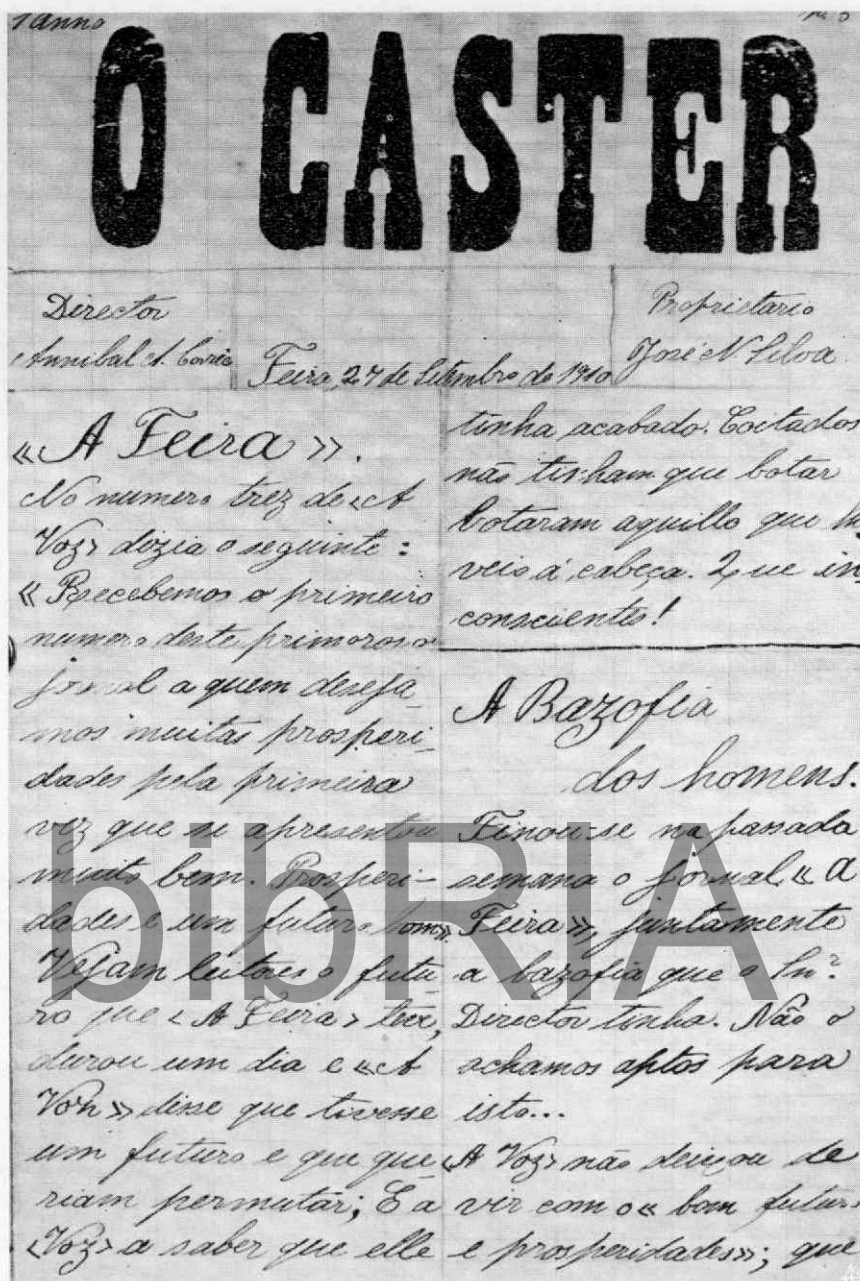
Acabou no número 8 de 18 de Outubro de 1910,

no qual participa a sua suspensão, «em vista aos acontecimentos de Lisboa e haver divergências entre o director e o proprietário, porque as ideias são contrárias».

Estes acontecimentos, devem ser os da proclamação da República.

No seu referido número três, figura como director Anibal Correia (Anibal Alves Correia) e proprietário José N. Silva (José Nunes da Silva), com a redacção e administração na rua Direita, mas a partir daquele número 8 José Nunes da Silva reuniu, em si, as duas posições de proprietário e de director.

Intitulava-se «Jornal semanário extra-partidário», mas no seu último número intitulou-se «semanário político extraordinário, literário e noticioso».



Este manuscrito dedicou a maior parte da sua actividade a guerrear os seus congéneres «Voz» e «Feira» parecendo que a sua principal preocupação era a maledicência, em termos muito desagradáveis.

Dava noticiário e mantinha secções de raspão e gazetilha, anunciando casas comerciais da vila.

Tenho os números 3, 4, 5, 6 e 8, existindo na Biblioteca Municipal os números 4, 5, 7 e 8; não conheço outros.

4

A VOZ

O número três, o mais antigo que conheço, é datado de 78 de Setembro de 1910 e o quatro de 25

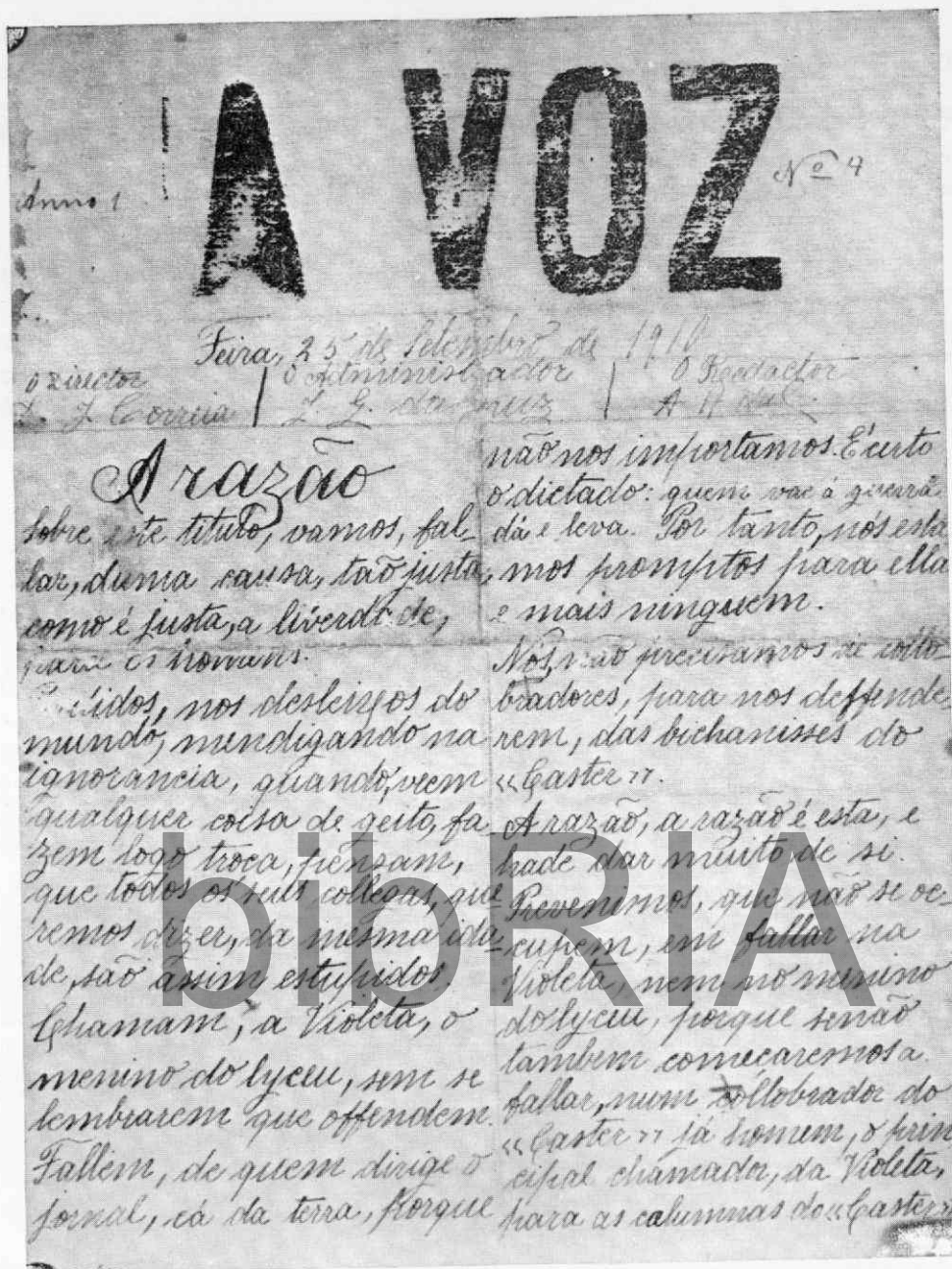
seguinte: estes, que estão arquivados na Biblioteca Municipal, são os únicos que consegui ver.

Se, porventura, saíu regular e semanalmente, há que concluir que o primeiro número apareceu em 4 daquele mês de Setembro.

O número 4 deve ter sido o último, porque o seu adversário «O Caster», no número 6 de 4 de Outubro de 1910, dizia «Parece que já se encontra escangalhada a sociedade de «A Voz»; até à hora que sahio o nosso jornal não fomos entregues do afamado jornal».

Esclarece no final da última página — «À última Hora»: «O Director de «A Voz» disse que o jornal sahia só para a Páscoa. Leva tempo. Liquidatum».

Por isso é de presumir que já não tivesse saído o número correspondente ao dia 2 de Outubro.



O mesmo «O Caster», no seu número 7 de 11 de Outubro, afirmava, com grande alegria: «terminou a Voz; o jornal que se dizia defensor da Feira».

«A Voz» era formada por quatro páginas, com duas colunas cada e com as dimensões de 0,223 x 0,165.

Tinha como director D. J. Correia (Dionísio José Correia), administrador J. G. da Cruz (Joaquim Gomes da Cruz) e redactor A. H. da C. (António Homem da Cruz).

Este manuscrito sustentou, continuamente, polémica com o «O Caster», mas, também em termos reprováveis: ambos se diminuíram nos insultos com que mutuamente se mimosearam.

5

A FEIRA

Deve ter saído por meados de Setembro de 1910, porque «A Voz», no seu número de 18 desse mês, diz que recebeu o primeiro número «deste primoroso jornal com o qual muito nos congratulamos porque, apesar da sua pequenez, nos revela como seus directores são dignos de toda a estima».

Parece que era manuscrito e, por isso, aqui o inscrevemos.

Dizemos que foi número único porque «O Caster», no seu número 5 de 27 de Setembro, diz que «A Feira»

durou um dia, afirmando: «finou-se na passada semana o jornal «A Feira».

Enfileirou ao lado de «A Voz» contra os outros dois, como se vê pelo elogio que este lhe fez, acrescentando: «também atirou ao Caster e fez muito bem...»

Foi seu director Arménio M. (Moreira) de Azevedo, como informa «O Caster» no número 5 de 27 de Setembro de 1910: era filho do antigo professor primário José Moreira de Azevedo.

ADENDA

1 — JORNAL DA FEIRA

Publicou suplementos aos números 865 e 877, respectivamente de 7 de Março e 30 de Maio de 1899, sobre a luta entre a Feira e Espinho, aquando da criação deste concelho.

Este jornal anunciou a sua qualidade de órgão do partido progressista no concelho da Feira no número 860 de 29 de Janeiro de 1899: suprimiu a referência a esta sua filiação partidária a partir do número 878 de 4 de Junho de 1899, para retomar a posição de órgão do mesmo partido e dos interesses do concelho da Feira desde o número 1008 de 1 de Dezembro de 1901.

Juntamente com o número 1036, publicou-se uma folha com as contas do município da Feira.

2 — O FEIRENSE

Encontrei o último número deste jornal — 810 de 8 de Outubro de 1898 (sábado).

Nele justifica o seu termo em longo artigo, onde conclui, depois de descrever as lutas que dividiam o partido progressista local, o que transcrevo, em alguns trechos, pelo interesse que reveste para o conhecimento da panorâmica política concelhia de então: «O partido regenerador local também teve o seu 14 d'Abril de 1896, dia igualmente fatal para elle, mas que não surtiu tão desastrosos effeitos por que o Sr. Dr. Eduardo Vaz, a figura mais proeminente e sympathica d'este partido, foi generoso para com elle; retirou-se da politica e não creou outras difficuldades aos seus correligionários que deixou em paz. Com o partido progressista o caso foi differente: os políticos ficaram, mas com elles ficou também a desharmonia de que resultou a scisão do partido... A bandeira progressista está rasgada de meio a meio!... Diante d'estes desastres, cuja culpa não queremos saber a quem pertence, quando o partido que o Feirense defendia se

vê sumir e quasi desaparecer amortalhado nos seus destinos que deve fazer o Feirense? Desaparecer também. Viveu com o partido, é justo que morra com ele... E pelos motivos expostos o Feirense despede-se hoje dos seus amigos, assignantes e leitores e da politica a que serviu durante quasi 16 anos...»

3 — MISCELANEA MUSICAL

A colecção que foi propriedade de D. Gilberta Xavier de Paiva e de seu marido Dr. Humberto Xavier de Paiva pertence hoje ao Dr. Domingos Caetano de Sousa.

4 — EURICO

A esta revista também se refere Alberto Bessa no seu trabalho «Jornais da minha terra — subsídios para uma bibliografia do jornalismo portuense» publicado em «O Tripeiro» — 3.ª série, 2.º ano — Março e Abril de 1927.

Existe um exemplar do número um na mão do já mencionado Vicente de Sousa Reis, de Arrifana, encadernado juntamente com a colecção de «O Arrifanense».

7 — A VOZ DA FEIRA

A confirmar o que disse sobre a data do início da sua publicação transcreve-se o que informou — «O Feirense» — Ano 16, número 810 de 8 de Outubro de 1898 (sábado): «No próximo sábado, 15 do corrente, sai n'esta villa o primeiro número do semanário «A Voz da Feira» de que demos noticia ha dias».

8 — CORREIO DA FEIRA

Devido à carestia do papel, este jornal, desde o número 1185 de 1 de Maio de 1920 até ao 1189 de 1 de Julho seguinte foi quinzenal, voltando a semanal a partir do número 1190 de 10 do mesmo mês.

10 — PROGRESSO DA FEIRA

«Commercio da Feira» no seu número 6 de Fevereiro de 1902 anuncia a mudança da farmácia Souza para o prédio onde ainda hoje está instalada: «mudou a sua pharmácia para as casas do Snr. P.º João, sitas na Ponte, o Snr. Domingos Augusto de Sousa, proprietário da Pharmácia Central».

Vila da Feira — Casa das Ribas
1969 - 1970

No passado dia 29 de Agosto, o Senhor Ministro do Interior presidiu a uma reunião de trabalhos na Sala das Sessões da Junta Distrital, a que assistiram, também, os Senhores Director-Geral de Administração Política e Civil, Governador Civil do Distrito e Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Aquele ilustre membro do Governo foi recebido pelos Senhores Presidente, Vice-Presidente, Vogais e funcionários superiores da Junta Distrital.

Após a visita às instalações do Internato Distrital de Aveiro e da Junta Distrital, que os ilustres visitantes percorreram demoradamente, teve lugar a reunião de trabalhos a que presidiu o Senhor Ministro do Interior, que se referiu à dinamização das atribuições das Juntas Distritais, nomeadamente das respeitantes ao fomento, em perfeita harmonia com as câmaras municipais, sob a orientação do Governo, através do Governador Civil do Distrito, tendo-se congratulado pelo facto de a Junta

Distrital de Aveiro já ter instituído e em pleno funcionamento os Serviços Técnicos de Fomento, os quais tão meritórios serviços estão a prestar às Câmaras Municipais do Distrito.

Foram, também, trocadas impressões acerca das demais atribuições consignadas ao corpo administrativo do distrito, principalmente as de âmbito assistencial.

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO

Tomou posse do lugar de Directora do Arquivo Distrital de Aveiro a Senhora Dr.^a D. Maria Camila Duarte Lumiar Ramos.

Julga-se que no próximo mês de Janeiro terá lugar a transferência dos documentos à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra, pertencentes a este Distrito.



O Sr. Presidente da Junta Distrital no uso da palavra

CONSELHO DO DISTRITO

No passado dia 4 do corrente mês de Dezembro, teve lugar a sessão ordinária do Conselho do Distrito, destinada à discussão e votação do Plano de Actividade e Bases do Orçamento para o ano de 1971 que, por unanimidade, foi aprovado.

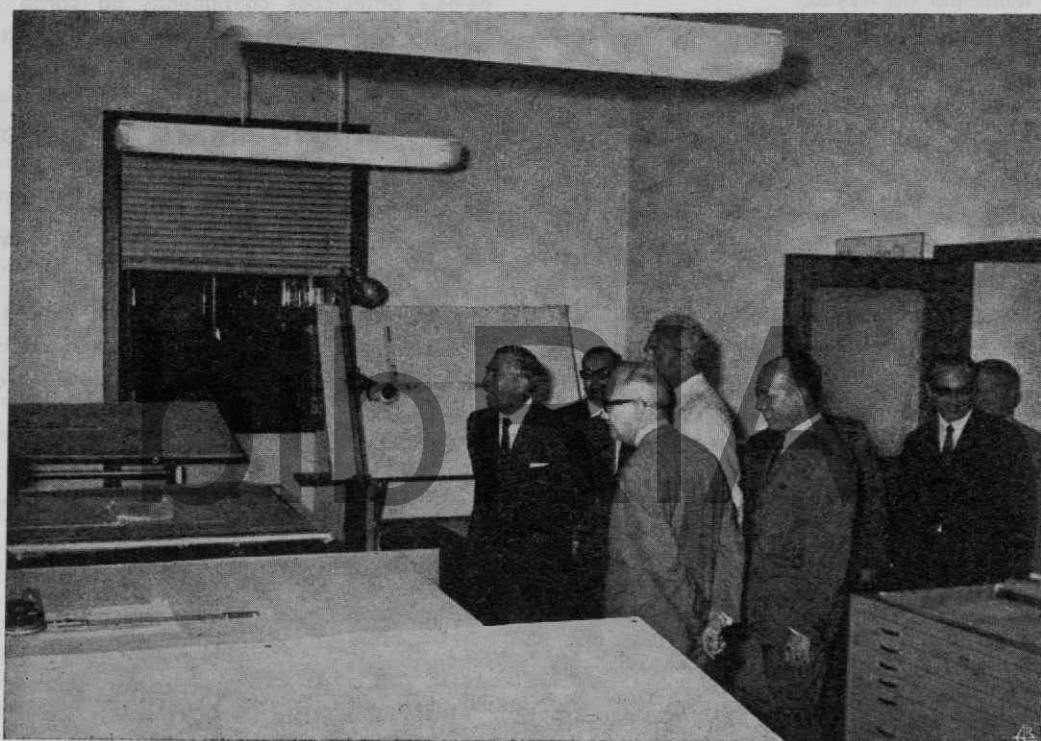
PLANO DE ACTIVIDADE PARA 1971

Conforme determinam os n.ºs 4.º e 5.º do art. 320.º do Código Administrativo, pertence ao Presidente da Junta Distrital elaborar, de acordo com o Corpo Admi-

fas que adiante passamos a enumerar, já que é esta a última oportunidade que se nos oferece para o efeito.

Antes, porém, convém notar que a execução dos inúmeros cometimentos acarreta, como é óbvio, consideráveis despesas. As fontes de receita de que dispomos resultam, fundamentalmente, do adicional de 2 % sobre as colectas das contribuições predial e industrial e dos impostos sobre a indústria agrícola e de capitais,, liquidados para o Estado na área da sua jurisdição — art. 784.º do Código Administrativo.

Se às Câmaras Municipais, por força da nova Tabela de Taxas e Licenças, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 49 438, de 11 de Dezembro de 1969, se possibilitou



Visita aos Serviços Técnicos de Fomento

nistrativo do Distrito, o plano anual de actividade, bem como preparar as bases do orçamento ordinário.

À discussão e votação de tão importantes documentos é consagrada a sessão ordinária de Dezembro do primeiro Órgão da Administração Distrital.

Dando cumprimento ao que a lei determina, temos o grato ensejo de, uma vez mais, submeter à apreciação do Conselho do Distrito os cometimentos que este Corpo Administrativo pretende concretizar no próximo ano.

Afigura-se-nos oportuno chamar a atenção para o facto de se avizinhar o último ano do quadriénio para que todos nós fomos eleitos pelo que envidaremos os melhores esforços, no sentido de, ainda com maior vontade, virmos a conseguir a concretização das tare-

um considerável aumento nas respectivas receitas, o mesmo não sucedeu quanto às Juntas Distritais cujas receitas, provenientes dos aludidos adicionais, se mantêm na mesma percentagem.

Já o mesmo não acontece, todavia, no que respeita aos encargos a suportar, entre os quais se passou a contar com o resultante do Planeamento Regional que anualmente atinge algumas centenas de contos.

Tais circunstâncias implicarão — enquanto não for revista a percentagem consignada no art.º 782.º, referido, o que, sinceramente esperamos seja muito brevemente —, rígidos princípios de prudência e tacto económico, em ordem a colher-se uma sã e equilibrada administração.

A — Construção do novo Internato Distrital

Tivemos o ensejo de, em idêntico plano, correspondente ao ano que decorre, dizer o seguinte:

«Julgámos nós que no início do ano que agora se aproxima do respectivo termo, estariam removidas todas as dificuldades, em ordem a iniciar-se a obra de construção. Infelizmente assim não aconteceu e, ainda hoje, aguardamos a aprovação do projecto que em Agosto último, foi submetido à aprovação Superior.

Temos, porém, fundas esperanças em que a

ração desta Junta Distrital — art. 319.º do Código Administrativo —, e a concessão da imprescindível participação.

Recentemente, visitou a Junta Distrital, uma vez mais, as precaríssimas instalações que de modo algum, poderão albergar centena e meia de rapazes do nosso Distrito.

Havia que agir rapidamente e enveredar-se por um de dois caminhos: encerrar-se o Internato ou promover-se a transferência imediata para outras instalações.

Ponderado convenientemente o assunto, chegou-se à conclusão de que a casa existente na Quinta do Forte, depois de executadas ligeiras obras de reparação e



No Internato Distrital a Banda de Música presta a guarda de honra

construção do novo Internato Distrital será levada a cabo no próximo ano, pois tão importante como premente problema continua a constituir o objectivo fundamental deste Corpo Administrativo.»

Não obstante todos os nossos esforços, não nos foi possível — é certo que por motivos estranhos à Junta Distrital —, iniciar as respectivas obras de construção.

Todavia, julgamos poder afirmar com verdade que, finalmente, no próximo ano, terá início a obra de construção do novo Internato Distrital de Aveiro. Efectivamente, o respectivo projecto encontra-se já homologado, aguardando-se somente a aprovação de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas correspondente à delibe-

conservação e a instalação de um pavilhão pré-fabricado, aproveitável mesmo após a construção do novo Internato, possibilitará em condições aceitáveis a imediata instalação de todos os serviços do Internato Distrital.

E trabalha-se activamente no sentido de, muito brevemente, ter lugar a mais que urgente transferência.

B — Fomento

I — PLANEAMENTO REGIONAL

O encargo a suportar por esta Junta Distrital ultrapassará, no ano de 1971, mais de duas centenas de

contos, importância que pesa consideravelmente no respectivo orçamento. No entanto, confia este Corpo Administrativo que a Comissão Regional do Centro consiga concretizar os importantes cometimentos que a lei lhe assinala, do que resultará assinalável benefício na respectiva região onde o nosso distrito se enquadra.

II — SERVIÇOS TÉCNICOS

Aumentam as solicitações dos Municípios, referentes à elaboração de estudos e projectos de obras e melhoramentos e, também, o número de Câmaras Municipais interessadas na prestação de assistência técnica.

Tivemos, recentemente, a honrosa visita de Sua Ex.^a o Ministro do Interior e do Ex.^{mo} Sr. Director-Geral de Administração Política e Civil.

Na reunião realizada nesta Junta Distrital, sob a presidência daquele ilustre membro do Governo, a que assistiram os Senhores Governador Civil e Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, membros da Junta Distrital e Funcionários Superiores deste Corpo Administrativo, ouvimos a opinião de Sua Ex.^a acerca da instituição e incremento substancial de tão úteis como importantes Serviços.

A Junta Distrital na medida das respectivas possibilidades, continuará atenta, promovendo a criação dos lugares que vierem a ser julgados necessários.

II — PRÉMIOS PARA CONCURSOS PECUÁRIOS

Todas as iniciativas tendentes a estimular a agricultura, a pecuária e as indústrias tradicionais da região, donde há que destacar os concursos a levar a cabo pelos Grémios da Lavoura do Distrito, destinados à realização de certames pecuários, continuarão a merecer a melhor atenção por parte desta Junta Distrital.

C — Cultura

I — ARQUIVO DISTRITAL

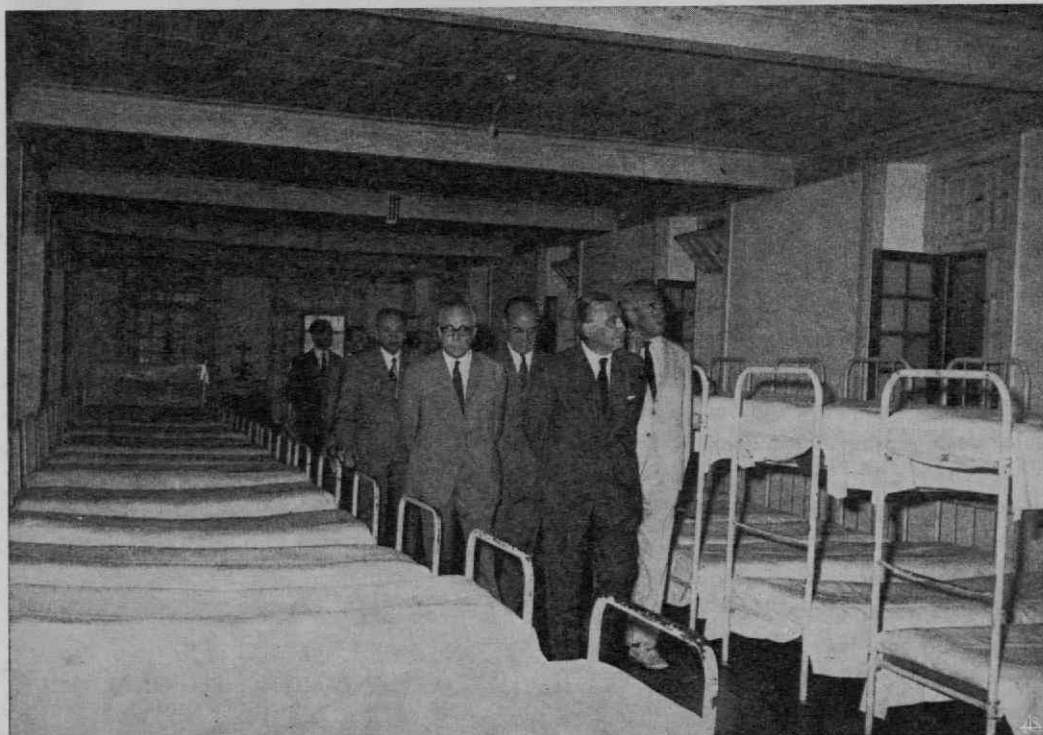
Julgamos que até ao fim do ano em curso, estará completada a instalação do novo Arquivo Distrital na dependência contígua à Biblioteca Municipal.

Encontra-se já provido o lugar de Director e, assim, muito brevemente, terá lugar a transferência dos livros até agora à guarda da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

De acordo com as disponibilidades respectivas enviaremos todos os nossos esforços no sentido de o Arquivo Distrital poder desempenhar a missão que esteve na base da respectiva criação.

II — REVISTA «AVEIRO E O SEU DISTRITO»

Continuaremos a dedicar a tão prestante publicação, o melhor do nosso esforço.



Internato Distrital — Visita às camaratas

III — SUBSÍDIOS

Ainda que reconheçamos a necessidade e utilidade de auxiliarmos as associações e instituições de carácter cultural, é com profunda mágoa que verificamos não nos ser possível, no próximo ano, aumentar o auxílio que se vem repetindo em anos anteriores por falta, para o efeito, de disponibilidades.

D — Assistência

A concretização do problema que já no ano transacto considerámos fundamental: a construção do novo Internato, continuará a merecer a nossa melhor atenção, agora que finalmente, entrará na fase de construção.

Os meios estritamente indispensáveis ao funcionamento das três Casas da Criança não serão negados, procurando-se, pelo menos, manter o número de crianças que as frequentam.

São estas as realizações em que vamos ocupar a nossa actividade no próximo ano, contando para tanto, com as imprescindíveis participações do Estado, com o precioso conselho do Srs. Procuradores e, também, com a leal colaboração de todos os Membros da Junta Distrital, que, no exercício das suas funções têm sido inextinguíveis em zelo, dedicação e espírito de unidade.

Idêntica colaboração esperamos do funcionalismo, para quem a Junta tem dirigido as melhores atenções no sentido da sua remuneração estar de acordo com a dignidade humana e profissional de que se revestem, embora limitada pelos parâmetros legais.

A obra é ingente e digna do carinho de todos.

Aveiro, 14 de Novembro de 1970

O Presidente,

FERNANDO DE OLIVEIRA

bibRIA

bibRIA

NA CAPA:

1 — Monumento ao Bombeiro, em Aveiro.

2 — Busto do Arrais Gabriel Ançã, na Praia da Costa Nova.

Sumário

	Página
★ Salazar: mito ou génio?	3
Por Fernando de Oliveira	
★ Página Heráldica	7
★ O Arrais Gabriel Ançã	9
Pelo Dr. Frederico de Moura	
★ Problemas da reconversão agrícola na orla marítima de Aveiro à Figueira da Foz	11
Pelo Eng.º Agr.º Eduardo A. Ramalheira	
★ D. Manuel Trindade Salgueiro	21
Por D. Manuel de Almeida Trindade	
★ O Museu Marítimo e Regional de Ilhavo	23
Pelo Dr. Frederico de Moura	
★ Página de um Diário Náutico	29
Pelo Dr. Amadeu Eurípedes Cachim	
★ Antologia Aveirense	32
Pelo Dr. Frederico de Moura	
★ Egaz Moniz e a Igreja Católica	42
Pelo Padre João Gonçalves Gaspar	
★ Imprensa Periódica da Vila e Concelho da Feira	49
Por Roberto Vaz de Oliveira	
★ Vária	69